



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
MESTRADO EM HISTÓRIA



**FELISBELO FREIRE, O IHGB E A POLÊMICA EM TORNO DA OBRA
*HISTÓRIA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO (1901)***

Maria Fernanda dos Santos

São Cristóvão
Sergipe – Brasil
2018

MARIA FERNANDA DOS SANTOS

**FELISBELO FREIRE, O IHGB E A POLÊMICA EM TORNO DA OBRA
*HISTÓRIA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO (1901)***

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, da Universidade Federal de Sergipe, como requisito obrigatório para a obtenção do título de Mestre em História, na Área de Concentração Cultura e Sociedade.

Orientador: Prof. Dr. Samuel Barros de Medeiros Albuquerque.

São Cristóvão
Sergipe - Brasil
2018

MARIA FERNANDA DOS SANTOS

**FELISBELO FREIRE, O IHGB E A POLÊMICA EM TORNO DA OBRA
*HISTÓRIA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO (1901)***

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, da Universidade Federal de Sergipe, como requisito obrigatório para a obtenção do título de Mestre em História, na Área de Concentração Cultura e Sociedade.

Orientador: Prof. Dr. Samuel Barros de Medeiros Albuquerque.

Aprovada em 26 de março de 2018.

Prof. Dr. Samuel Barros de Medeiros Albuquerque (Orientador)
Universidade Federal de Sergipe

Prof.^a. Dr.^a. Eva Maria Siqueira Alves (Examinadora interna)
Universidade Federal de Sergipe

Prof. Dr. Clovis Carvalho Britto (Examinador externo)
Universidade Federal de Sergipe

Esse trabalho é dedicado a meu pai, José Joviniano dos Santos (*in memoriam*) e minha estimada mãe, Maria Francisca dos Santos.

AGRADECIMENTOS

A elaboração deste trabalho não teria sido possível sem a colaboração, estímulo e empenho de diversas pessoas. Gostaria, por este facto, de expressar toda a minha gratidão e apreço a todos aqueles que contribuíram para a realização desse trabalho. A todos quero manifestar os meus sinceros agradecimentos.

Em primeiro lugar a meus pais pela oportunidade de promover uma educação profícua. A meus irmãos pela compreensão da minha ausência em alguns momentos familiares.

Ao meu orientador, Prof. Dr. Samuel Albuquerque, por disponibilizar seu tempo e dedicação a realização desse trabalho e pelo seu incentivo em momento difíceis desta jornada. Agradeço aos professores da banca de defesa, Clóvis Carvalho Brito e Eva Maria, que enriqueceram com suas contribuições o aperfeiçoamento do trabalho.

Aos funcionários e estagiários do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, pelo carinho e colaboração prestada sempre que solicitada. Aos colegas do Curso de Mestrado em História pela amizade e companheirismo. Aos meus amigos, que nunca estiveram ausentes, agradeço a amizade e o carinho que sempre me disponibilizaram. Em especial agradecimento ao amigo Cleber Santana, por disponibilizar tempo em fotografar obras raras, localizadas na cidade de Salvador, para auxílio nesta pesquisa. Aos ex-colegas de trabalho, aos antigos companheiros de classe e a todos aqueles com quem caminhei até o presente momento.

Ao meu namorado Joaldo Rodrigues, agradeço todo o seu amor, carinho, admiração, e pela presença incansável com que me apoiou ao longo do período de elaboração desta dissertação.

A CAPES, por financiar desta pesquisa.

Todos que não citei, mas sabem do importante papel, que tem na minha vida.

Meu muito, obrigada a todos!

LISTA DE ABREVIATURAS

ANPUH/SE – ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE HISTÓRIA – SEÇÃO SERGIPE

IAHGP – INSTITUTO ARQUEOLÓGICO, HISTÓRICO E GEOGRÁFICO
PERNAMBUCANO

IHGB – INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO

IHGAL – INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE ALAGOAS

IHGSE – INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE SERGIPE

RIHGB – REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO

SAIN – SOCIEDADE AUXILIDORA DA INDÚSTRIA NACIONAL

RESUMO

Em 1902, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) avaliou e emitiu pareceres sobre uma controversa obra do médico e historiador sergipano Felisbelo Firmo de Oliveira Freire (1858-1916), intitulada *História da Cidade do Rio de Janeiro* (1901). A referida obra concorria a um concurso promovido pela prefeitura do Rio, aberto em 1896, prevendo o intervalo de cinco anos para a conclusão dos trabalhos. Único concorrente, Felisbelo Freire teve sua obra avaliada no âmbito do IHGB, fato que se desdobrou em amplos e conflituosos debates entre os sócios da consagrada “Casa da Memória Nacional”. Explorando os vestígios da polêmica em torno desse livro e dialogando com a bibliografia historiográfica sobre o IHGB, busquei estudar as recepções à *História da Cidade do Rio de Janeiro*, obra que só seria publicada em 1912.

Palavras-chave: *História da Cidade do Rio de Janeiro*. Felisbelo Freire. IHGB.

ABSTRAIT

En 1902, l'Institut historique et géographique du Brésil (IHGB) a évalué et publié des opinions sur un ouvrage controversé du médecin et historien Felisbello Firmo de Oliveira Freire (1858-1916), intitulé *História da cidade do Rio de Janeiro* (1901). Ce travail faisait partie du concours promu par la ville de Rio, ouvert en 1896, prévoyant l'intervalle de cinq ans pour terminer le travail. Le seul concurrent, Felisbello Freire, a fait évaluer son travail dans le cadre du IHGB, un fait qui s'est déroulé dans des débats amples et contradictoires entre les membres de la “Maison consacrée de la mémoire nationale”. Explorant les vestiges de la controverse autour de ce livre et dialoguant avec la bibliographie historiographique sur le IHGB, nous avons étudié les réceptions à *História da cidade do Rio de Janeiro*, qui ne seront publiées qu'en 1912.

Mots Cles: *História da Cidade do Rio de Janeiro*. Felisbello Freire. IHGB.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	7
CAPÍTULO I	
O IHGB ENTRE A MONARQUIA E A REPÚBLICA (1888-1902).....	14
CAPÍTULO II	
FELISBELO FREIRE E O IHGB.....	40
CAPÍTULO III	
OS PARES DO IHGB.....	57
CAPÍTULO IV	
RECEPÇÕES À OBRA <i>HISTÓRIA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO</i>	73
CONCLUSÃO	91
FONTES E BIBLIOGRAFIA.....	95
ANEXOS.....	102

INTRODUÇÃO

[...] a leitura de um texto pode escapar à passividade que tradicionalmente lhe foi atribuída. Ler, olhar ou escutar são, efetivamente, uma série de atividades intelectuais que longe de submeterem ao consumidor [...], permitem na verdade a reapropriação, o desvio, a desconfiança ou resistência¹.

Roger Chartier entende que a leitura ocorre “como um processo coletivo de produção de sentido do texto, e não apenas como um efeito de um ato individual e silencioso”² ou, ainda, “num dado momento por determinados leitores frente a determinados textos, as situações de leitura são historicamente variáveis”³.

A partir dessa compreensão das práticas de leitura, nasce esta pesquisa, a qual visa a estudar as recepções à *História da Cidade do Rio de Janeiro*, obra do historiador sergipano Felisbello Firmo de Oliveira Freire (1858-1916), com publicação iniciada em 1901 e marcada pela intensa polêmica em sessões do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, ocorridas no ano seguinte à publicação.

A obra em estudo, a *História da Cidade do Rio de Janeiro*, surgiu a partir de um concurso lançado no ano de 1896, durante a gestão de Francisco Farquim Werneck de Almeida (1895-1897) como prefeito da Cidade do Rio de Janeiro, que, ansiando legar uma contribuição à memória e à História do Distrito Federal, publicou, no Diário Oficial, o Decreto nº 231, de 19 de março de 1896⁴, o qual comunicava um prêmio em espécie a qualquer pessoa interessada em escrever a história “completa” do Distrito Federal.

O concurso despertou o interesse do médico e historiador Felisbello Freire, que se debruçou, entre outros, sobre os arquivos do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, da Biblioteca Nacional, do Arquivo Municipal, com o intuito de produzir o que seria a obra de maior relevância sobre a história da cidade do Rio de Janeiro, após o advento da República.

O trabalho, escrito entre fins do século XIX e princípios do século XX, aborda desde a chegada e a conquista, a fundação e a organização administrativa, como também os costumes, os hábitos, as tradições, a arte, a cultura, a educação e ainda enfatiza, minuciosamente, a política externa e interna dos governantes, seus atos, suas finanças e o movimento econômico da cidade do Rio de Janeiro.

¹ CHARTIER, Roger. **História Cultural entre práticas e representações**. Tradução de Maria Manoela Galhardo. Rio de Janeiro: Bertand Brasil, 1990. p. 59.

² TRAGINO, Arnon. O leitor, a leitura, o livro e a literatura na Estética da Recepção e na História Cultural. **Revista Mosaicum**, Espírito Santo, n. 18, p. 24-33, jul./dez. 2013.

³ CHARTIER, Roger. **Práticas da leitura**. Tradução de Cristiane Nascimento. In: PÉCORRA, Alcir. 2. ed. São Paulo: Estação Liberdade, 2001. p. 233.

⁴ Ver Anexos.

Percorrido o prazo de cinco anos, o escritor Felisbello Freire entregou a obra sobre a história do Distrito Federal, cumprindo assim uma das exigências propostas pelo Decreto.

Diante disso, o então prefeito, o Sr. Dr. Xavier da Silveira Siqueira (1901-1902), dando continuidade ao projeto do anterior gestor, encaminhou ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro - IHGB um ofício, datado de 16 de janeiro de 1902, juntamente com a obra de Felisbello Freire, solicitando desta instituição sua colaboração no sentido de constituir uma Comissão Especial para a análise da obra e a elaboração de parecer⁵.

Uma comissão especial foi formada com o objetivo de avaliar a importância do trabalho para a história do Rio de Janeiro, como também para a historiografia nacional, e classificar a obra como merecedora ou não do prêmio.

O parecer emitido pela Comissão do IHGB concluiu que o trabalho do Dr. Felisbello Freire era da maior utilidade ao país e merecedora do prêmio da municipalidade. Entretanto, alguns sócios da agremiação, presentes na sessão, pediram a palavra e deram início a uma discussão que teve como desdobramento o convite do IHGB para que Freire fizesse a leitura do seu trabalho no Instituto.

Percebe-se, com isso, que a repercussão de tal obra no IHGB se desdobrou em muitos embates e discussões, pois, mesmo com o parecer favorável da Comissão Especial, a obra foi questionada, obrigando o autor à exposição pública.

Uma explicação para essas diferentes interpretações em torno do livro, segundo o conceito de leitura, de Pierre Bourdieu, ocorre pelas leituras diversas, as quais englobam “competências diferentes, instrumentos diferentes a apropriar-se desse objeto”⁶.

Assim, entre os problemas que deram vida a este trabalho, destaco inicialmente uma questão-chave: perceber até que ponto a polêmica envolvendo a obra de 1901 seria um reflexo dos conflitos políticos que, no ventre do IHGB, opunham monarquistas e republicanos. Também pretendo problematizar as convergências e divergências nos discursos sobre a obra, confrontando as atas das sessões do IHGB através dos pareceres emitidos sobre o trabalho.

De acordo com Chartier, um novo conceito para a História Cultural surge afirmando que a história precisa romper com a ideia “que dotava os textos e as obras de um sentido intrínseco, absoluto, único”⁷.

⁵ ATA da 1ª Sessão Extraordinária em 20 de fevereiro de 1902. RIHGB. Tomo 65, 1902. p. 407- 412.

⁶ CHARTIER, 1990, p. 237.

⁷ CHARTIER, 1990, p. 27.

A partir desse rompimento, é possível caracterizar as “práticas discursivas como produtoras de ordenamento, de afirmação de distâncias, de divisões; daí o reconhecimento das práticas de apropriação cultural como formas diferenciadas de interpretação”⁸. Além disso,

O historiador deve poder vincular em um mesmo projeto o estudo da produção, da transmissão e da apropriação dos textos. O que quer dizer manejar ao mesmo tempo a crítica textual, a história do livro, e, mais além, do impresso ou do escrito, e a história do público e da recepção⁹.

Com efeito, o objetivo aqui é identificar a relação entre produção, circulação e apropriação a partir da leitura realizada da obra *História da Cidade do Rio de Janeiro*, na qual buscarei compreender o conceito acerca da apropriação, como sendo:

A apropriação, tal como a entendemos, tem por objectivo uma história social das interpretações, remetidas para suas determinações fundamentais (que são sociais, institucionais, culturais) e inscritas nas práticas específicas que as produzem¹⁰.

Investigo, assim, a forma de apropriação da obra *História da Cidade do Rio de Janeiro*, de Felisbello Freire, pelos sócios do IHGB, através da recepção crítica ao trabalho do historiador sergipano no início do século XX.

Para Chartier, um autor somente pode ser lido e entendido quando se leva em consideração o contexto no qual o seu trabalho foi produzido. Assim, intento compreender a influência exercida pelo IHGB nos fazeres historiográficos no Brasil de fins do século XIX e princípios do século XX, como também analisar, através do conceito de *campo científico*, do sociólogo Pierre Bourdieu, os agentes dominantes e dominados no âmbito daquela instituição, a qual representava, à época, um lugar de consagração e “*autoridade científica* definida, de maneira inseparável, como capacidade técnica e poder social”¹¹.

O IHGB representava um campo de forças e lutas, o que significava aos membros pertencentes à instituição uma posição que legitimava suas falas e seu modo de agir, de forma autorizada e com autoridade concedida pelo grêmio.

Segundo a autora de *O Velho Vaqueano*, Rebecca Gontijo, o IHGB representava:

Nas primeiras décadas republicanas a principal referência organizacional para os estudos históricos [...]. Ao longo do século XIX, sua tarefa havia sido estabelecer

⁸ CHARTIER, 1990, p. 28.

⁹ CHARTIER, Roger. **A aventura do livro: do leitor ao navegador**. Tradução Reginaldo Carmello Corrêa de Moraes. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo; Editora UNESP, 1998. p. 18.

¹⁰ CHARTIER, 1990, p. 26.

¹¹ BOURDIEU, 1980, p. 11.

uma história da nação brasileira capaz de lhe garantir uma identidade própria em relação ao conjunto das Nações civilizadas. Identidade capaz de se impor tanto externa quanto internamente. O início da República, marcado por um clima geral de instabilidade política, suscitou muito ceticismo acerca do futuro do país¹².

Em face disso, a recepção da obra surge nesta pesquisa como fato político e histórico ao situar as reações e posturas individuais dos sócios presentes nas sessões realizadas para a leitura da *História da Cidade do Rio de Janeiro*, de Felisbelo Freire.

É necessário explicitar a metodologia utilizada para analisar os intelectuais envolvidos na avaliação da obra, na tentativa de compreender, através das características comuns e divergentes desses indivíduos, suas posturas políticas no momento em que elaboraram as avaliações em torno da obra, e isso tomando como ponto de partida o estudo de Pierre Bourdieu acerca da ilusão biográfica.

Após o levantamento e o tratamento da documentação, foi feita a crítica documental, confrontando-se as informações de diferentes registros e vestígios através da análise textual, dialogando com a bibliografia adequada, notadamente aquela que diz respeito ao IHGB e à reconfiguração do campo intelectual brasileiro nos primórdios da República. Tudo isso a partir das lentes (conceitos) tomadas de empréstimo aos teóricos mencionados.

A revisão bibliográfica foi acompanhada do levantamento de fontes atinentes aos debates travados no âmbito do IHGB, em fins do século XIX e início do século XX. Nesse sentido, este estudo pretende contribuir com estudos sobre a história da intelectualidade brasileira em sua conexão com a história política. Há, por exemplo, estudos que indicam as disputas e os conflitos que marcaram a história do IHGB pouco antes de proclamado o novo sistema político nas primeiras décadas da República, opondo sua ala monarquista e sua ala republicana. O caso de Felisbelo Freire e da polêmica acerca da sua obra sobre a história do Rio tende a ampliar a contribuição dada por autores como Lúcia Paschoal Guimarães, Manoel Luís Salgado Guimarães, Arno Wehling e Ângela de Castro Gomes.

Bonifácio Fortes, escritor sergipano, no trabalho intitulado *Felisbello Freire o homem publico, o escritor e o constitucionalista*, publicado em comemoração ao centenário de nascimento daquele intelectual, protestou contra o esquecimento, também em Sergipe, da obra de Felisbelo Freire:

E o desejo de conhecer mais Felisbelo, entender melhor o constituinte exemplar, propagar ao máximo a obra do pesquisador incansável e lamentar compreensivelmente esta nossa terra de inteligência que, ainda hoje, apesar dos

¹² GONTIJO, Rebeca. **O velho vaqueano**: Capistrano de Abreu, da historiografia ao historiador. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2013. p. 231.

pesares, pode se dar ao luxo de manter no esquecimento um nome que podia, só por si, honrar qualquer coletividade!¹³.

Mesmo que se saiba que Felisbello Freire é consagrado pelos estudiosos da História da Historiografia Sergipana¹⁴, o conjunto e a diversidade da obra do patrono da historiografia local são pouco conhecidos, mesmo entre os seus conterrâneos.

Na obra *A rede dos Conceitos: uma leitura historiográfica de Felisbello Freire*, desdobramento de sua tese de doutorado defendida em 1998, Francisco José Alves expõe o ostracismo imposto a Freire: “FF afasta-se definitivamente do IHGB e, em 1912, ao editar a obra, critica duramente o sodalício”¹⁵.

Assim, as investigações sobre as recepções à obra de Felisbello no Brasil e em Sergipe ainda estão por serem realizadas. Estudou-se o lastro teórico da obra de Felisbello, um pouco de sua biografia e, sobretudo, sua História de Sergipe (1891). Mas há obras, como a *História da Cidade do Rio de Janeiro*, que repousam sob o manto do esquecimento. Entretanto, neste trabalho e em outros publicados recentemente em comemoração ao centenário de morte de Felisbello Freire no ano de 2016, a atenção para suas obras e sua biografia trouxe a lume essa relevante obra¹⁶.

No tocante à documentação, é possível citar as atas¹⁷, presentes no arquivo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), como também os jornais¹⁸, com destaque para o jornal *Cidade do Rio*, no qual Freire publicou alguns capítulos da ainda inédita obra sobre a história da cidade do Rio de Janeiro.

O recorte temporal centra-se no ano de 1902, mas se recua até o ano de 1888, quando o autor sergipano se submeteu aos trâmites do grêmio, com o intuito de pertencer ao cotidiano

¹³ FORTES, Bonifácio. **Felisbello Freire: O Homem Público, o escritor e o constitucionalista**. Aracaju, 1958. p. 54.

¹⁴ CALASANS, José. **Aracaju e outros temas sergipanos**. 2. ed. São Cristóvão: Editora UFS; Aracaju: IHGSE, 2013. 190p. (Coleção Biblioteca Casa de Sergipe); e FREITAS, Itamar. **Historiografia Sergipana**. 1. ed. São Cristóvão: Editora da UFS, 2007. v. 1. 310p.

¹⁵ ALVES, Francisco José. **A rede de Conceitos: uma leitura da historiografia de Felisbello Freire**. São Cristóvão: Editora UFS; Aracaju: Fundação Oviêdo Teixeira, 2010. p. 16.

¹⁶ Outros trabalhos relacionados a Felisbello Freire publicados em Sergipe: GUARANÁ, Armindo. **Dicionário bi-bibliográfico Sergipano**. Rio de Janeiro, 1925; CAMPOS, Olimpio Campos de Sousa. **Orientação da política de Sergipe: resposta ao Dr. Felisbello Freire**. Typ. d’O Estado de Sergipe, 1906. p. 66; LIMA, Jackson da Silva. **Felisbello Freire: um desbravador pioneiro**. In: _____. **Os estudos antropológicos, etnográficos e folclóricos em Sergipe**. Aracaju: Governo do Estado de Sergipe, 1984. p. 17-18; _____. **Felisbello Freire**. In: _____. **Os estudos filosóficos em Sergipe**. Aracaju: Sociedade Editorial de Sergipe, 1995. p. 75-76; NUNES, Maria Thetis. Prefácio. In: FREIRE, Felisbello. **História territorial de Sergipe**. Aracaju: Sociedade Editorial de Sergipe, 1995. p. 9-12; BARRETO, Luiz Antonio. Apresentação. In: FREIRE, Felisbello. **História Territorial de Sergipe**. Aracaju: Sociedade Editorial de Sergipe, 1995. p. 7; DANTAS, Ibarê. **Leandro Ribeiro de Siqueira Maciel (1825/1909): O patriarca do Serra Negra e a política oitocentista em Sergipe**. Aracaju: Criação, 2009.

¹⁷ IHGB. **Atas do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**. 1888 à 1916.

¹⁸ Ver jornal: **Cidade do Rio**. 1887-1902.

e à vida intelectual da instituição. O marco transiu avança até o ano de 1914, quando o autor publica, com seus próprios recursos, o segundo volume da sua *História da Cidade do Rio de Janeiro*. O primeiro volume foi publicado no ano de 1912, ambos editados pela Typographia da Revista dos Tribunais. O corte temporal tornou-se flexível todas as vezes que o objeto analisado exigiu informações que mantivessem a capacidade elucidativa do texto.

Bonifácio Fortes analisou sumariamente a obra *História da Cidade do Rio de Janeiro* e descreveu: “Felisbello executou um painel gigantesco sôbre a grande cidade. Há riqueza portentosa de informações e um conhecimento de causa que pasma. Trabalho de paciência, fôrça de vontade e inteligência”¹⁹.

O professor Paulo Knauss também analisou a escrita historiográfica sobre a *História da Cidade do Rio de Janeiro*, de Felisbello Freire, observando diferenças entre as produções realizadas pelos historiadores cariocas ao estudarem sobre a história da cidade do Rio de Janeiro, a partir das crônicas históricas. Diferente do fazer historiográfico de Felisbello Freire, Paulo Knauss diz que:

A análise do sumário da obra já indica que a leitura da história arquitetada por Felisbello Freire tem como objetivo a caracterização de estruturas históricas a partir do governo e seus governantes, a organização administrativa, política, tributária, militar e judiciária, e, no caso, o que ele chamava a cidade que tinha em suas ruas o tema central. A cronologia se constitui como fio da narrativa e ordenador da compreensão do processo histórico, caracterizando a cidade de cada século ou cada época, demarcada pelos seus governos, ordem jurídica e plano descritivo da ordem física da cidade. Fundamentalmente, o governo do Estado se constitui como sujeito principal da história²⁰.

Pode-se perceber, com isso, a tradição historiográfica como uma forte marca no estilo de escrita de Felisbello Freire. O professor Francisco José Alves definiu o estilo historiográfico como:

Adoção de uma visão nomológica da ciência histórica, aceitação de princípios explicativos mesológicos e raciais, o uso de metáforas organicistas, a periodização através de marcos políticos ou administrativos, o predomínio da narração, a frequência da parataxe como recurso expositivo, a transcrição das fontes²¹.

No que se refere ao conteúdo deste trabalho, o primeiro capítulo, intitulado *IHGB entre a Monarquia e a República (1888-1902)*, demonstro o papel relevante do Instituto Histórico enquanto lugar de consagração e o que ele representava naquele período para a

¹⁹ FORTES, 1958, p. 41.

²⁰ Texto apresentado na conferência do V Congresso Sergipano de História, realizado entre 24 a 27 de outubro de 2016.

²¹ ALVES, 2010, p. 37.

história do país e como se portou durante o fim da Monarquia e o advento da República, através de manobras criadas para manter abertas as portas da instituição num momento crucial da história do grêmio, que por diversas vezes correu o risco de encerrar suas atividades.

No segundo capítulo, *Felisbello Freire e o IHGB*, discuto o papel de Felisbello Freire na casa da *Memória Nacional* e seu posicionamento político diante de uma associação simpatizante da Monarquia; também tento analisar os “fazeres” historiográficos desempenhados pelos sócios no âmbito do IHGB, a partir da construção historiográfica de Felisbello Freire, quando, por solicitação da municipalidade carioca, escreveu a obra *História da Cidade do Rio de Janeiro*, essa que causou grande polêmica no momento de sua avaliação pelos pares do grêmio, e a postura de Felisbello Freire diante dessa querela.

Já no terceiro capítulo, *Os Pares do IHGB*, demonstro sumariamente aspectos da trajetória dos sócios que emitiram os pareceres à obra do escritor sergipano, os posicionamentos políticos daqueles membros a partir do estudo de suas trajetórias de vida, bem como as características comuns e divergentes que influenciaram nas recepções do livro *História da Cidade do Rio de Janeiro* e a rede de sociabilidade estabelecida no momento da avaliação da obra.

Por último e, não menos importante, no quarto capítulo, intitulado *Recepções à obra História da Cidade do Rio de Janeiro*, estudo as recepções críticas à obra do pesquisador sergipano e os reflexos dos conflitos políticos entre o autor e a ala monarquista do âmbito do Instituto, o que refletiu no prólogo escrito por Felisbello Freire, intitulado *Ao Leitor*, quando publicou sua obra completa, no ano de 1912, descrevendo o episódio ocorrido no ano de 1902, quando do julgamento ao seu trabalho realizado pelo IHGB.

O trabalho, com efeito, fornece alguns subsídios ao delineamento da vida daquele personagem e sua trajetória intelectual na cidade do Rio de Janeiro, podendo ser ainda um ponto de partida para outros pesquisadores interessados nesse objeto de estudo.

Dessa forma, pretende-se lançar luz sobre um livro e um autor pouco conhecidos, ampliando o conhecimento sobre a trajetória dos fazeres historiográficos no Brasil de fins do século XIX e princípios do século XX.

CAPÍTULO I

O IHGB ENTRE A MONARQUIA E A REPÚBLICA (1888-1902)

Notou que a pouca gente que havia ali não estava sentada, como de costume, olhando à toa, lendo gazetas ou cochilando a vigília de uma noite sem cama. Estava de pé, falando entre si, e a outra que entrava ia pegando na conversação sem conhecer os interlocutores; assim lhe pareceu, ao menos. Ouviu umas palavras soltas, Deodoro, batalhões, campo, ministério, etc. [...] Quando Aires saiu do Passeio Público, suspeitava alguma coisa, e seguiu até o largo da Carioca. Poucas palavras e sumidas, gente parada, caras espantadas, vultos que arpejavam caminho, mas nenhuma notícia clara nem completa. Na Rua do Ouvidor, soube que os militares tinham feito uma revolução, ouviu descrições da marcha e das pessoas, e notícias desencontradas²².

Manhã de 15 de novembro de 1889. O Rio de Janeiro quebrava o silêncio matutino com o coro dos jovens oficiais executando a *Marselhesa* e gritando “Viva”. Era o início de um novo regime político no país e o fim de um reinado de quase meio século.

Como relatou Machado de Assis, em seu livro *Esau e Jacó*, o Rio acordava espantado, em meio a tantas informações desencontradas. O povo, sem saber ao certo dos movimentos políticos que estavam ocorrendo, ficava “bestializado” diante dos episódios que tomaram a cidade e o país.

Segundo José Murilo de Carvalho, o Rio de Janeiro sofreria

[...] grandes transformações de natureza econômica, social, política e cultural, que se gestavam há algum tempo, precipitaram-se com a mudança do regime político e lançaram a capital em febril agitação que só começara a ceder ao final da década²³.

Diante da queda da monarquia, da expulsão da família imperial e do advento da República, seriam colocados à prova, em diversos momentos, o funcionamento e a manutenção das instituições ligadas ao regime deposto. Por sua vez, o novo regime político pairava como algo incerto à nação brasileira, principalmente nos seus primeiros anos, sob os governos militares de Deodoro da Fonseca e Floriano Peixoto.

A cidade do Rio de Janeiro²⁴, como se pode perceber, representava o centro da vida política, cultural e social do país. Foi nela fundado, ainda no Período Regencial, o que viria a

²² ASSIS, Machado de. **Esau e Jacó**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2016. p. 138. (Coleção Clássicos para Todos)

²³ CARVALHO, José Murilo de. **A construção da Ordem: A Elite Política Imperial**. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1981. p. 15. (Coleção temas brasileiros; v.4)

²⁴ A cidade do Rio de Janeiro durante o período aqui estudado pode ser entendida como: “A sobreposição de capital comercial, política e intelectual fez do Rio uma cidade singular no cenário brasileiro, com uma estrutura social complexa e uma densidade política própria. Como capital política, concentrava a burocracia de Estado.

ser o “principal centro de pesquisa histórica no país até as três primeiras décadas do século XX”²⁵.

O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro – IHGB –, criado no ano de 1838, sob os auspícios da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional²⁶ (SAIN), idealizada logo após a independência do Brasil com a marca do espírito iluminista, possuía características que aconselhavam “o incentivo ao progresso e ao desenvolvimento do povo brasileiro”. Partindo desse pressuposto, segundo Virgílio Corrêa Filho, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro foi então formado

Na sala baixa, escura e sem forró, despida de móveis e de todo o necessário; mas no meio desta pobreza tínhamos o coração ardente dos fundadores; as nossas sessões eram concorridas e os nossos trabalhos o que mostra a Revista [...] sala do pavimento térreo do antigo Museu Nacional, situado ao lado da rua dos Ciganos, hoje da Constituição²⁷.

O principal objetivo do IHGB, segundo seus estatutos, era centralizar a coleta e publicação de documentos para a História do Brasil e incentivar estudos de natureza histórica, com a finalidade de construir uma identidade do povo brasileiro.

A respeito dessa preocupação em centralizar e institucionalizar a história e a geografia do país, descreveu o historiador Manoel Luis Guimarães:

[...] duas diretrizes centrais para o desenvolvimento dos trabalhos: a coleta e publicação de documentos relevantes para a história do Brasil e o incentivo, ao ensino público, de estudos de natureza histórica. Estes primeiros estatutos estabelecem também as pretensões do IHGB em manter relações com instituições congêneres, quer nacionais, quer internacionais, e em constituir-se numa central, na capital do Império, que, incentivando a criação de institutos históricos provinciais, canalizasse de volta para o Rio de Janeiro as informações sobre as diferentes regiões do Brasil²⁸.

No plano nacional, a meta do IHGB era ramificar-se por todas as províncias do Império, com a finalidade de coletar e recolher documentos e realizar pesquisas. Os primeiros institutos criados ainda no século XIX foram o Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico

Como centro comercial e porto estratégico, conectava o sul e o norte, bem como o país com a Europa, a África e o restante da América”. Ver: ALONSO, Ângela. **Idéias em movimento** – A geração de 1870 na crise do Brasil- Império. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002. p. 105.

²⁵ GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal. **Debaixo da imediata proteção imperial**: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1838-1889). São Paulo: Editora Annablume, 2011. p. 26.

²⁶ Criada em 1827, funcionou até 1904 e tinha como intuito divulgar as atividades da lavoura e da indústria nacional, através da sua revista, *O Auxiliador da Indústria Nacional*.

²⁷ CORRÊA FILHO, Virgílio. Sedes do Instituto Histórico. **RIHGB**, Rio de Janeiro, v. 254, jan./mar., p. 4, 1962.

²⁸ GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. Nação e Civilização nos trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma História nacional. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, n. 1, p. 5-27, 1988. p. 8.

Pernambucano (1862), o mais antigo depois do IHGB, e o Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas (1869).

O grêmio foi arquitetado pelos sócios fundadores – o Marechal Raimundo José da Cunha Mattos e o Cônego Januário da Cunha Barbosa, que seriam, respectivamente, vice-presidente e primeiro secretário na criação da instituição, e eles “justificavam a nova instituição alegando seu caráter pedagógico, posto que, destinava a ministrar grandes auxílios à administração pública e ao esclarecimento de todos os brasileiros”²⁹. Essa era a justificativa para sobrepor a relevância da instituição, de caráter privado, diante da fundação do Arquivo Público, criado meses antes do grêmio.

A *Casa da Memória Nacional*, como seria também conhecido o IHGB, ocupa um lugar de destaque na história intelectual do nosso país, “criado para consolidar a glória da nação independente, para escrever a história de um povo e construir uma identidade nacional”, como pronunciou em discurso o primeiro presidente após a consolidação da República, Olegário Herculano de Aquino e Castro³⁰. Segundo Virgílio Corrêa Filho, o IHGB seria “a instituição predestinada a luminosa trajetória”³¹.

Para essa empreitada, no ano seguinte foi criada a Revista do IHGB como forma de divulgar os trabalhos relacionados à história e à geografia nacionais, intitulada nos primeiros anos de *Revista Trimestral de Historia e Geographia* ou *Jornal do Instituto Histórico e Geographico Brasileiro*.

Segundo Jean-François Sirinelli, o meio intelectual pode constituir seus laços em torno da redação de uma revista. Ele compreende que, “em suma, uma revista é antes de tudo um local de fermentação intelectual e de relação afetiva, ao mesmo tempo viveiro e espaço de sociabilidade, e pode ser, entre outras abordagens”³². E a Revista do IHGB representava esse veículo de sociabilidade entre os pares da historiografia brasileira.

As primeiras produções da Revista tinham como preocupação o recorte temático, Manoel Guimarães³³ assinalou que eram três os principais temas relacionados: as questões indígenas, as descrições de viagens e os temas regionais. Vale lembrar que muitos desses estudos auxiliaram o governo nas questões territoriais internas e externas, como também as descrições detalhadas da economia de cada região e sua organização político-administrativa.

²⁹ GUIMARÃES, 2011, p. 33.

³⁰ AQUINO E CASTRO, Olegário Herculano. O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro desde sua fundação até hoje. **RIHGB**, Rio de Janeiro, t. 60, p. 171. 1897.

³¹ CORRÊA FILHO, 1962:4

³² SIRINELLI, Jean-François. “Os intelectuais”. In: REMOND, René. **Por uma história política**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2003. p. 249.

³³ WEHLING, Arno (Coord.). **Origens do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro: ideias filosóficas e sociais e estruturas de poder no Segundo Reinado**. Rio de Janeiro: IHGB, 1989. p. 25.

Lúcia Guimarães tratou da importância da publicação da Revista do IHGB como uma das mais antigas publicações do gênero no mundo ocidental, editada ininterruptamente³⁴ desde 1839.³⁵ A autora estudou o periódico através de outro viés, privilegiando os estudos dos intelectuais que contribuíram para a produção da Revista, tais como Fernandes Pinheiro, Moreira de Azevedo e Tristão de Alencar, sócios da instituição, cuja produção correspondeu a um terço dos trabalhos divulgados no periódico. Além da produção histórica e de obras de estudiosos da época e literatos nacionais e internacionais, a Revista traz em suas páginas as atas do IHGB, as memórias dos sócios e a lista do quadro social atualizada anualmente.

O quadro social da instituição na época da sua fundação era, em sua maioria, dos nascidos em Portugal. Seguiu o ideário da Revolução Francesa e o modelo do Instituto Histórico de Paris, como bem observou Manoel Guimarães³⁶.

A formação dos sócios do IHGB foi alvo de vários estudos, um dos mais relevantes foi o do historiador Arno Wehling. No artigo intitulado “As Origens do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro”, publicado no ano de 1982, o autor descreve os vinte e sete sócios fundadores do IHGB através da análise sócio-profissional, política e ideológica. O autor percebeu que, na sua maioria, os sócios do IHGB eram pertencentes “à alta burocracia do Império”, bem como à “elite política moderada”, e afirmou que eram “homens de visão nacionalista e centralizadora que caracterizou a elite política do Império”³⁷.

Seguindo o trabalho pioneiro apresentado por Arno Wehling, Lúcia Guimarães também estudou o quadro de sócios fundadores, acrescentando ao seu estudo o processo para ingressar naquela instituição. Segundo a autora, o estudo dos candidatos era regulamentado por normas bastante rígidas. Contudo, mesmo com as mudanças estatutárias ocorridas em 1851, que exigiam a comprovação de produção intelectual para os sócios efetivos e correspondentes, em alguns momentos ocorria um forte apadrinhamento do imperador, que, desde o ano de 1849, quando convidado para patrono do grêmio, participara de 508 sessões até 1889.

³⁴ A Revista distribuída a 136 sociedades congêneres estrangeiras recebeu um prêmio internacional no Congresso de História em Veneza, em 1881, devido à sua periodicidade ininterrupta (GUIMARÃES, 2007, p. 21).

³⁵ Atualmente, todos os números da Revista encontram-se disponíveis no site da instituição, facilitando o acesso à pesquisa aos interessados pela história nacional e da instituição.

³⁶ GUIMARÃES, 1988, p. 10.

³⁷ WEHLING, 1982, p. 9.

Conforme José Murilo de Carvalho, o imperador “aproveitava essas ocasiões para conversar com os sócios, muitos deles políticos importantes e seus amigos”³⁸. Com isso, o imperador exercia, nitidamente, grande influência nas decisões do grêmio.

O IHGB foi, durante décadas, um importante espaço de consagração. A entidade reunia as mais proeminentes figuras da vida intelectual brasileira. Segundo Lília Schwarcz, estava ali reunida “a nata da política imperial”³⁹, que dava vida e prestígio ao grêmio, movimentando suas sessões, publicando em sua revista, doando ricos acervos, etc.

O Instituto Histórico desde a sua criação esteve sob a proteção imediata de D. Pedro II. Patrono atuante, o imperador destinou quantias significativas através de subvenções ao IHGB, essas que representavam 75% do orçamento anual daquela instituição, destinadas à manutenção e ao funcionamento da casa. Para outras despesas, como viagens de excursões e pesquisas aos acervos do país e da Europa, com o intuito de recolher documentos para a construção da história nacional, promoção de concursos com ofertas de prêmios àqueles que produzissem sobre temas relacionados à construção da história e da geografia do país, entre outros, era destinada pelo governo imperial uma verba extra⁴⁰.

A participação e a influência de D. Pedro II na vida acadêmica do Instituto Histórico significavam cumprir seu principal objetivo, que era contribuir para a consolidação da identidade nacional. Para Lucia Guimarães, “o Instituto, fundado em 1838, cumpriu o papel de primeira grandeza na construção da memória nacional, colocando-se a serviço de um projeto político bem definido: a consolidação do Estado imperial”⁴¹. Essa lealdade do grêmio ao imperador foi descrita pela autora:

Melhor dizendo, estavam afetos a ele, o que em última instância significativa uma dupla sujeição a D. Pedro II – mecenas do IHGB e autoridade maior do país. Em síntese, duas palavras caracterizariam, com propriedade, o perfil daquela relação analisada: dependência e lealdade. À Coroa e ao Imperador⁴².

Essa relação entre o soberano e a instituição era recíproca. D. Pedro II demonstrava seu interesse pelo IHGB. Em várias ocasiões, por exemplo, em uma delas, o imperador declarou: “[...] O Instituto bem sabe, que sou todo dele”⁴³.

³⁸ CARVALHO, 2007, p. 227.

³⁹ SCHWARCZ, 1993, p. 102.

⁴⁰ GUIMARÃES, 2007, p. 22.

⁴¹ GUIMARÃES, 2007, p. 11.

⁴² GUIMARÃES, 2007, p. 59-60.

⁴³ GUIMARÃES, 1995, p. 456.

Depois de longos anos sob a proteção imediata de D. Pedro II, o IHGB saíria da sua vivacidade gloriosa para uma fase dúbia, obscura e inerte. O objetivo inicial de sua fundação encontrava-se enfraquecido pelas novas mudanças políticas que sofreria a instituição no início da República, uma vez que a nova formação do quadro social do ano de 1889 era constituída, em sua maioria, por amigos e servidores da Família Imperial⁴⁴, como também observou Lúcia Guimarães, destoando, assim, do perfil dos sócios fundadores. Era um ponto fraco que desviava do foco entusiástico das atividades acadêmicas, as quais ficaram neste momento em segundo plano. Faltava ao Instituto, naquele momento, pesquisadores dotados de ânimo para com o “fazer” histórico.

A instituição centralizava suas forças no tradicionalismo e nas rotinas burocráticas. Eram essas as novas preocupações que cercavam a intelectualidade brasileira daquela instituição. Lúcia Guimarães salientou que “o mais importante reduto intelectual do Império se arrastava tal qual o regime nos últimos tempos, por festas e cerimoniais”⁴⁵.

O IHGB, instituído como uma associação privada de caráter científico-cultural pelos seus fundadores, foi, no decorrer de sua existência, perdendo essa característica. Os favores realizados pelo governo imperial à associação muitas vezes a confundiam com uma instituição oficial.

Pode-se notar, a partir do seu local de funcionamento, que logo após a presença de D. Pedro II, no ano de 1849, a instituição, que antes funcionava anexa a uma salinha do Museu Nacional, passara a ocupar o terceiro andar do antigo Paço da Cidade⁴⁶. Nota-se também que a data de aniversário da fundação, que era em 21 de outubro, passara a ser realizada em 15 de dezembro, quando da primeira aparição de D. Pedro II nas sessões ordinárias e extraordinárias do IHGB.

Os recursos financeiros adquiridos para manutenção e funcionamento da agremiação eram frutos do governo imperial, oriundos da subvenção no valor de 9:000\$000 (nove contos de réis) destinados anualmente ao IHGB. Já os recursos próprios provenientes das anuidades

⁴⁴ Hugo Hruby também traz em seu trabalho informações detalhadas sobre o quadro de sócios do IHGB. Informa que até 15 de novembro de 1889 o IHGB possuía em seu quadro social, além do Imperador como *Protetor Perpétuo* e o Conde d’Eu como *Presidente Honorário*, 17 Barões e 9 viscondes, representando 25% do total de 106 sócios, ou seja, a cada quatro sócios nacionais, um pertencia à nobreza.

⁴⁵ GUIMARÃES, 2011, p. 63.

⁴⁶ O Paço Real – depois Imperial ou da Cidade – é um edifício colonial localizado na atual Praça XV de Novembro, no centro histórico da cidade do Rio de Janeiro. Construído no século XVIII para residência dos governadores da Capitania do Rio, passou a ser a casa de despachos, sucessivamente, do Vice-Rei do Brasil, do Rei de Portugal Dom João VI e dos imperadores do Brasil. Atualmente, é um centro cultural vinculado ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – Iphan – e à Secretaria de Patrimônio, Museus e Artes Plásticas do Ministério da Cultura. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/348/>>. Acesso em: 01 ago. 2017.

dos sócios (muitos dos quais inadimplentes), das joias derivadas do ingresso de novos sócios, afóra a venda de alguns exemplares da Revista, eram valores pouco representativos diante dos gastos para a manutenção do grêmio.

Em suma, todos esses fatores constituíam provas da estreita relação do IHGB com o governo imperial naquele momento crucial da história política e diante de um novo regime que combatia firmemente a memória do governo deposto. O grêmio era uma instituição com fortes traços do regime destituído e, por isso, seria alvo de perseguições políticas no novo regime, principalmente durante os governos militares.

Logo após a queda do Império e o banimento da família imperial, dois dias depois de proclamada a República, reuniam-se, como de costume, às 19h de uma sexta-feira, do dia 29 de novembro de 1889, alguns dos membros da diretoria e sócios do IHGB, já sob o novo sistema político instituído no Brasil.

A sessão transcorria aparentemente na sua normalidade, com leitura do expediente, aprovação de novos sócios, propostas para novos ingressos ao grêmio, quando, o então presidente da época, Joaquim Norberto Sousa Silva, pronunciou em seu discurso o papel relevante da figura do imperador para aquela instituição, descrevendo o valor dele enquanto patrono e protetor, bem como a presença sua assídua naquele recinto intelectual por quarenta anos. Diante dos últimos episódios acontecidos no país, o presidente demonstrava sensatez e um tom neutro ao pronunciar o posicionamento do IHGB em relação à nova situação política. Declarou que:

A política tem suas necessidades intransigentes, não nós que, Vestaes d'este templo da História, collaboramos para a posteridade n'esta *pacífica scientice occupatio*; e pois a gratidão, um dos mais bellos caracteres da humanidade, viverá na nossa tradição até quando o último de nós tiver baixado á sepultura, em que a queiramos antepor de modo algum a ordem das novas couzas estabelecidas e a que nos curvamos, certos de que o governo do povo pelo povo será uma realidade para a terra à qual Deos outorgou por símbolo a cruz da sua redempção, e a quem imploramos, que a republica seja tão livre como foi o império de D. Pedro II⁴⁷.

Neste momento, a instituição não estava mais à sombra do trono imperial, e o discurso do presidente era no sentido de demonstrar a gratidão, referenciando a figura de D. Pedro II e sua dedicação ao IHGB, como ainda demonstrava imparcialidade diante das incertezas políticas do país, esclarecendo seu posicionamento enquanto presidente e representante legal daquela instituição. Declarou que não iria aquela agremiação fazer oposição ao novo sistema

⁴⁷ ATA da 21ª Sessão Ordinária em 29 de novembro de 1889. **RIHGB**. Tomo 52, parte 2, 1889. p. 532.

político. Por fim, concluiu o discurso com um ar de esperança em relação à nova situação do país.

Hugo Hruby observou que naquele momento, no IHGB, “o lema do Instituto, *pacifica scientiae occupatio*, deveria designar o que lá se fazia – atividade científica pacífica”⁴⁸.

Nesta mesma reunião, foi proposta pelo sócio e primeiro secretário interino, o Sr. João Severiano da Fonseca, a suspensão por motivos óbvios da sessão magna de aniversário, realizada, desde 1849, no dia 15 de dezembro.

⁴⁹O secretário interino continuou sua fala, proferindo seu discurso, o qual foi ouvido de pé pelos demais confrades, e comovido demonstrou afeto e reverência ao imperador na fala sobre os esforços de D. Pedro II à nação brasileira e pela sua dedicação e seu respeito por aquela instituição, sendo considerado “o pai do Instituto”. O confrade, no ensejo, defendeu e justificou a saída do então ex-imperador, “saiu, porque não podia ficar. Não é um decaído; é antes um aposentado; retirando-se com todas as honras e distinções”⁵⁰. Propôs, ainda, que a cadeira ocupada pelo patrono, enquanto vivo fosse, se conservasse coberta por um véu em respeito à figura de D. Pedro II naquele espaço que representara a sua segunda casa, confirmando a predisposição da figura de Pedro de Alcântara, que, pelos estudos e pela leitura, era considerado um homem culto, um erudito. Aprovada por unanimidade, foi acatada de imediato a decisão e louvada a ideia por todos os sócios presentes.

Ainda na sessão, o primeiro secretário que se fazia ausente, e também defensor dos ideais republicanos, o Sr. Barão Homem de Mello, sugeriu por escrito ao grêmio a criação de uma comissão responsável por saudar e cumprimentar o governo provisório e o ministro do interior, Aristides da Silveira Lobo⁵¹.

A sugestão do primeiro secretário era uma tentativa de aproximar a instituição do novo regime instaurado e a busca por apaziguar os ânimos que rodeavam o grêmio. Era esse também o discurso, por parte de alguns membros da diretoria, com o objetivo de manter o IHGB distante das querelas políticas. Todavia, essa postura gerou críticas dos sócios César Augusto Marques e José Egídio Garcez Palha.

O capitão de fragata Garcez Palha, após a leitura do pronunciamento, pediu a palavra e destacou “que o Instituto, associação perante as letras, nada tem que ver com movimentos

⁴⁸ HRUBY, Hugo. **Obreiros diligentes e zelosos auxiliando no preparo da grande obra**: a História do Brasil no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1838-1912). Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2007. p. 33.

⁴⁹ A sessão comemorativa foi realizada no ano seguinte, mas sem as pompas de outrora e marcada pela ausência do ex-imperador, lembrado nos discursos pronunciados pelos sócios. Ata da sessão solene realizada em 15 de dezembro de 1890. **RIHGB**. Tomo. 53, parte 2. 1890.

⁵⁰ 21ª Sessão Ordinária em 29 de novembro de 1889. **RIHGB**. Tomo 52, parte 2, 1889. p. 532-537.

⁵¹ 21ª Sessão Ordinária em 29 de novembro de 1889. **RIHGB**. Tomo 52, parte 2, 1889. p. 532-537.

políticos do paiz, inteiramente alheios aos seus fins, entende, que não deve o Instituto tomar conhecimento da alludida proposta”⁵². A proposta do sócio Barão Homem de Mello foi posta em votação e rejeitada.

É preciso assinalar que ambos os pronunciamentos dos confrades defendiam, mesmo que de forma oposta, uma postura “neutra” do Instituto Histórico diante dos fatos políticos, distinta na prática do que ocorrera durante o governo imperial de D. Pedro II, ocasião em que a relação com o regime político era bastante significativa e as decisões internas e externas adotadas pelo IHGB demonstravam a nítida influência que exercia a monarquia, na figura do seu representante, sobre a agremiação.

Hugo Hruby salientou que, durante o período de transição entre o regime destituído e o novo sistema político instaurado no país, “o caráter apolítico da Instituição era reforçado: aceitação e submissão, mas sem adulação”⁵³.

Analisarei, através das atas transcritas na Revista do IHGB e das referências bibliográficas sobre a instituição, como o grêmio, ligado à figura do seu protetor, D. Pedro II, sobreviveria aos primeiros anos do regime republicano.

Diante desses desencontros de opiniões políticas travadas no IHGB, através da postura dos sócios monarquistas e republicanos, pode-se notar o clima acirrado que enfrentaria aquela agremiação. Por vezes, o discurso era apaziguador, na tentativa de manter forte e unida a instituição, outras vezes os discursos eram calorosos e de tom ameaçador, principalmente durante dos dois governos militares.

Logo, a tarefa não seria fácil. O episódio mais tenso foi relatado por Americo Jacobino Lacombe, em artigo publicado pelas comemorações dos 150 anos da instituição, com o título “Lideranças e Expressões do Instituto Histórico”. O autor descreveu o episódio em que o sócio Aristides Lobo, então ministro do interior, propôs extinguir o local intelectual que acolhera por décadas o imperador D. Pedro II:

Segundo o testemunho de Max Fleiuss, o ministro Aristides Lobo chegou a preparar a minuta do ato com essa finalidade. Porém, outro “republicano histórico”, Tristão de Alencar Araripe Júnior, [...] correu a enfrentá-lo e rasgou o decreto diante do ministro dizendo: *Como teu amigo estou evitando que cometas uma asneira*⁵⁴.

Ao final do ano de 1889, era informada nas páginas da Revista do IHGB a receita financeira do Instituto no valor de 12.818\$110 (doze contos, oitocentos e dezoito mil, cento e

⁵² 21ª Sessão Ordinária em 29 de novembro de 1889. **RIHGB**. Tomo 52, parte 2, 1889. p. 546.

⁵³ HRUBY, 2007, p. 35

⁵⁴ In: WEHLING, 1989, p. 97.

dez réis) e suas despesas, que correspondiam a um montante de 12.096\$840 (doze contos, noventa e seis mil e oitocentos e quarenta réis), restando no caixa da instituição para o ano seguinte um saldo de 721\$270 (setecentos e vinte e um mil duzentos e setenta réis), que deveria suprir as necessidades urgentes. Entretanto, a instituição foi surpreendida com os cortes do auxílio financeiro por parte do novo governo republicano. Em suma, as benesses de outrora encurtariam o orçamento daquela casa.

Apesar dos esforços por parte de alguns sócios e amigos políticos em manter abertas as portas do grêmio, a crise financeira do IHGB aumentara com as incertezas no instante em que o governo provisório de Deodoro da Fonseca descumprira o acordo firmado com a instituição. Proclamada a República, “o Governo Provisório reconhece e acata os compromissos nacionais contraídos durante o regime anterior, os tratados subsistentes com as potências estrangeiras, a dívida pública externa e interna, contratos vigentes e mais obrigações legalmente estatuídas”⁵⁵ pelo seu representante. Contudo, o mesmo não prevaleceu para o IHGB.

Notável foi o desprezo do governo de Deodoro da Fonseca ao ignorar o pacto do governo banido com a instituição, no qual o ex-imperador teria se comprometido com todas as despesas referentes às comemorações dos cinquenta anos da instituição, a solenidade em homenagem à chegada da esquadra chilena⁵⁶ e às confecções das medalhas em comemoração da Lei Áurea, despesas realizadas pelo IHGB, fora dos previstos orçamentários, que colocaram em situação bastante delicada para o momento a instituição, que arcou com grandes sacrifícios os gastos adquiridos.

Além da recusa ao auxílio dessas despesas, a medida mais trágica para o sodalício foi o corte inesperado pela metade da subvenção destinada anualmente à instituição no valor de 9:000\$000 (nove contos de réis), que passaria, já no ano seguinte à queda da monarquia, ao valor de 4:500\$000 (quatro contos e quinhentos mil réis), deixando o orçamento do Instituto comprometido.

A justificativa do governo para o corte destinado ao auxílio financeiro do IHGB, através da subvenção, era decorrente da situação financeira que assolava o país com a queda da monarquia e os problemas emanados da abolição. Oriunda dessa situação surgia a crise econômica provocada pela especulação monetária, e, como consequência, isso motivou uma inflação generalizada.

⁵⁵ CARONE, Edgard. **A Primeira República**. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1969. p. 14.

⁵⁶ O IHGB reunia-se em sessão solene realizada por ocasião da visita ao Brasil dos oficiais chilenos que foram recepcionados pelos sócios da instituição em 31 de outubro de 1889. Ata da 8ª Sessão Ordinária realizada em 6 de junho de 1890. **RIHGB**. Tomo 53, parte 2, 1890. p. 433.

Também se pode citar o estado de instabilidade da ordem pública após a queda do Império, como observou José Murilo de Carvalho, ao estudar a transição do regime político imperial para a República:

Os primeiros anos da Republica foram de repetidas agitações e de quase permanente excitação para os fluminenses. Os militares tinham provado o poder que desde o início da Regência lhes fugira das mãos. Daí em diante julgaram-se donos e salvadores da Republica, com o direito de intervir assim que lhes parecesse conveniente⁵⁷.

Essas intervenções do governo provisório também se fizeram sentir no ambiente do IHGB, que sofrera outros episódios de descasos. Logo após a ascensão do novo regime político, foi de imediato autorizada a suspensão da impressão da Revista do IHGB, junto à Imprensa Nacional, que desde a sua criação era patrocinada pelo governo imperial.

A Revista do IHGB, publicada trimestralmente e enviada para diversas partes do mundo, de mérito elevado para a produção historiográfica do país, através de diversas publicações importantes acerca da construção da identidade do povo brasileiro, cumprira bem o seu papel de divulgar em suas páginas a memória da nação.

O Instituto, mesmo diante da valiosa contribuição historiográfica da sua Revista, esta sofreu o descaso durante o período de transição do sistema político, tendo a suspensão da impressão do periódico por parte do novo regime. O IHGB, com isso, recorreu ao apoio dos amigos influentes do sistema republicano para manter ininterruptas as novas publicações, como também suprir os números ausentes da Revista. É possível citar o apelo do sócio, Luiz Rodrigues de Oliveira, quando ele pleiteou ao ministro da Fazenda a reimpressão de alguns números escassos da Revista, junto à Imprensa Nacional.

Também o sócio e tesoureiro Tristão de Alencar Araripe assegurou, através de sua solicitação, a impressão de números escassos da Revista do IHGB, durante o governo de Floriano Peixoto, tendo à frente do Ministério da Fazenda o médico sergipano Felisbello Firmo de Oliveira Freire, sócio da instituição desde 1890 e amigo de Tristão Araripe.

Diante desses acontecimentos, estrategicamente, os sócios uniam forças para manter o funcionamento daquela instituição, doando quantias para auxiliar despesas urgentes nas atividades da biblioteca e do museu, como também na manutenção do prédio⁵⁸, que já contava com pouquíssimos funcionários, os quais se encontravam com seus subsídios em atraso.

⁵⁷ CARVALHO, José Murilo de. **A construção da Ordem: A Elite Política Imperial**. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1981. (Coleção temas brasileiros; v. 4)

⁵⁸ “A sede do IHGB de 1840 a 1913 funcionou no terceiro pavimento do antigo Convento do Carmo, ao lado da Capela Imperial, onde hoje se acha instalada a Universidade Cândido Mendes, em cuja entrada principal foi

Eram essas e outras as medidas adotadas para manter aberta a porta daquela cinquentenária agremiação, mesmo que de forma acanhada.

A respeito da verba de subvenção do governo, o Instituto suplicava a manutenção do valor de 9:000\$000 (nove contos de reis). Segundo Hruby, “um ofício foi encaminhado ao Congresso Nacional para que continuasse a conceder a subvenção”; incorporado a ele, vários argumentos foram reunidos para assinalar a importância do IHGB e a justificativa para a manutenção do valor destinado àquela instituição.

Além disto, os sócios do Instituto, os deputados Artur Indio do Brasil e Silva e Felisbello Firmo de Oliveira Freire, apresentaram uma emenda ao orçamento para que se mantivesse a consignação de nove contos de réis recebidos desde os tempos monárquicos⁵⁹.

Os representantes da agremiação encaminharam várias solicitações com o intuito de sensibilizar o governo, para que mantivesse o valor da subvenção, como também o pedido do pagamento da dívida adquirida pelo Instituto e que o governo deposite se comprometera a reembolsar, decorrente das despesas com a sessão solene de 31 de outubro de 1889, realizada para a recepção da esquadra chilena.

A essa última solicitação o governo indeferiu o pedido do IHGB, o qual foi informado através de publicação no *Jornal do Commercio*, demonstrando, com isso, a apatia das autoridades republicanas no tocante ao mais antigo ambiente intelectual brasileiro.

Outra medida para auxiliar nas finanças era a cobrança das anuidades dos sócios inadimplentes e a nomeação de novos membros para o quadro social do IHGB. Houve, após o ano de 1890, uma ampliação no número de sócios, decorrente do pedido do sócio César Marques, para criar uma comissão especial com o objetivo de verificar as propostas de novos interessados a uma vaga no sodalício, encaminhadas à instituição nos últimos dez anos.

Ao longo dos anos e sob o novo regime político, o quadro social passara por mudanças quantitativas, como se pode observar nas atas de 1889. O número de sócios efetivos era de trinta e oito membros, substituídos por novos sócios, de acordo com as normas estatutárias, e/ou sócios correspondentes, que residissem na capital federal há mais de dez anos, passariam à categoria de sócio efetivo.

No ano de 1902, o quadro de sócios efetivos era de sessenta e quatro membros, ultrapassando o que regia o estatuto. Observa-se que essa situação era decorrente das

aposta, 2001, placa evocativa”. Ver Site do IHGB. Disponível em: <<https://ihgb.org.br/ihgb/historico/as-sedes.html>>. Acesso em: 12 fev. 2018.

⁵⁹ HRUBY, 2007, p. 41.

condições políticas externas, as quais forçaram o Instituto a ampliar o quadro social como uma das soluções para auxiliar nas finanças da casa.

Entre esses novos sócios, muitos eram simpatizantes do regime deposto que se juntaram aos sócios veteranos, afastados da instituição durante o governo imperial, mas que retornavam, naquele momento improvável da política, para ocupar seus espaços no principal “santuário” intelectual, com o intuito de apoiar e auxiliar a sobrevivência do Instituto diante das posturas do novo regime e, principalmente, combater o avanço do lume republicano dentro da instituição.

Segundo Janotti, o Instituto Histórico “transformou-se em um reduto monarquista, onde eventualmente era permitida a presença republicana”⁶⁰.

Lúcia Guimarães e Hugo Hruby também observaram esse fato referente aos novos sócios, simpatizantes do regime derrotado, que ingressaram no quadro social da instituição após a proclamação da República, tornando conflituoso o discurso entre a ala monarquista e a ala republicana no âmbito da instituição.

De acordo com a pesquisadora Lúcia Lippi Oliveira, os “monarquistas e republicanos constituíam os dois grupos em conflitos explícitos no início da República, construindo cada qual a sua versão dos fatos e desafios a serem vencidos”⁶¹.

O clima político externo refletia também o interno da instituição:

Havia duas facções no Instituto Histórico que se rivalizavam na disputa pelos cargos da Mesa Diretora. A primeira reunia os monarquistas e orbitava em torno do visconde de Ouro Preto, admitido como sócio efetivo em 1900. A segunda, de acordo com nossas pistas, não possuía uma liderança tão definida. Aglutinava os partidários do novo regime, que apoiavam a gestão do conselheiro Olegário Herculano de Aquino e Castro, na presidência do grêmio desde 1891⁶².

Conforme esses autores, a instituição que buscava, através dos discursos da diretoria, uma neutralidade, principalmente na gestão do presidente Olegário Herculano de Aquino e Castro (1891-1908), se contradizia com os embates políticos travados pelos membros da instituição, os quais em sua maioria não legitimaram a “República proclamada pelos militares, apesar de alguns sócios republicanos históricos saírem em defesa da proclamação”⁶³, como

⁶⁰ JANOTTI, M. de L. M. **O diálogo convergente:** políticos e historiadores no início da República. In: FREITAS, M. C. (Org.). *Historiografia brasileira em perspectiva*. São Paulo: Contexto, p. 119-143, 2011. p. 123.

⁶¹ OLIVEIRA, Lúcia Lippi. **A questão nacional da Primeira República**. São Paulo: Brasiliense, 1989. p. 176.

⁶² GUIMARÃES, 2006, p. 49.

⁶³ SOUSA, Francisco Gouvêa de. Revolta e proclamação como molduras da história: escrita da história e olhares para a República entre os sócios do IHGB. **História e Historiografia**, Ouro Preto, nº 18, p. 213-230. 2015.

Tristão de Alencar Araripe, Argimiro Silveira e Aristides Milton. Afora essas questões políticas do quadro social do IHGB, existia a questão financeira para sanar.

A solução com efeito imediato para conter a crise financeira que se alastrava na instituição foi a criação de uma nova classe de sócios, denominada de *beneméritos*. Essa nova classe criada não podia exceder o número máximo de 50 membros e tinha como objetivo a doação significativa, em espécie, no valor de 2:000\$000 (dois contos de réis) ao IHGB, como requisito para ingressar naquele recinto⁶⁴.

Alguns sócios, como o visconde de Taunay, foram contrários a essa nova classe de sócios e a criticavam severamente, por eximir-se a nova categoria da comprovação de “suficiência literária”, uma vez que a instituição se desviara do objetivo principal dos seus fundadores.

Em defesa da criação dessa nova categoria, a comissão de estatutos, justificando seu parecer favorável à proposta apresentada pelo então presidente do IHGB, citava como exemplos outras instituições literárias da Europa e dos Estados Unidos que possuíam, no seu quadro de sócios, cidadãos abastados e inclinados ao auxílio financeiro àquelas instituições intelectuais.

No discurso de posse ao novo sócio benemérito Visconde de Carvalhaes, o então presidente Joaquim Norberto salientou a importância do Instituto para com o país e a construção da identidade nacional, como também a relevância dos sócios beneméritos. Segundo Norberto, “manter o Instituto é o dever da pátria; auxiliá-lo é o dever dos cidadãos, que como nossos novos e beneméritos consórcios se enlevam por tudo quanto é bello, útil e grande”, continuou discursando acerca da relevância do papel significativo daqueles novos membros no auxílio à construção da história nacional e da instituição, e concluiu que:

[...] quando a posterioridade, se descobrindo ante os bustos do cônego Januario, do marechal Cunha Matos, do Visconde de São Leopoldo, do Visconde de Porto Seguro, do Barão de Santo Angelo, de Macedo, de Gonçalves Dias e tantos outros, perguntar: - E quem são estes? O Instituto lhes responderá: - Esses são os meos beneméritos! Enquanto os obreiros trabalhavam, gravando nas paginas de bronze as letras de ouro da história patria, elles, magestozos esteios, sustentavam o templo da memoria!⁶⁵.

Percebe-se, com a inserção dessa nova categoria no quadro de sócios do IHGB, um novo impulso financeiro diante da situação política que sofria o país e que amargava severamente a agremiação, a saber, a possibilidade de manter viva a instituição apesar das

⁶⁴ GUIMARÃES, 2006, p. 51.

⁶⁵ Ata da 19ª Sessão Ordinária em 28 de novembro de 1890. **RIHGB**. Tomo 53, parte 2, 1890. p. 529.

restrições sofridas. Como citou Lucia Guimarães, “já no ano de 1890, alcançaram o montante de 23:000\$000 (vinte e três contos de réis), e permitiram que as dívidas do Instituto fossem quitadas, livrando-o da insolvência”⁶⁶. No contexto em tela, foram empossados vinte e quatro novos sócios beneméritos⁶⁷ até o final do ano de 1891, representando 25% do total de sócios que possuía a instituição naquele momento.

Outra preocupação dos sócios do IHGB era a falta de uma sede própria, pois, como demonstrado, o Instituto, desde o governo imperial, esteve sob o amparo dos órgãos públicos, ocupando um pequeno espaço no antigo convento dos Carmelitas⁶⁸, expondo a fragilidade da instituição diante do novo regime político instituído no Brasil e que naquele momento empenhava-se em desbancar o funcionamento do mais importante campo intelectual do país.

O tesoureiro, Tristão de Alencar Araripe, um republicano histórico⁶⁹, empenhado nas questões financeiras bastante delicadas da instituição, dedicou-se a essa causa e adquiriu, através das poucas economias do Instituto, apólices da dívida nacional, com o objetivo de comprar um terreno para a construção da sede definitiva do IHGB. Esse desejo, empenhado pelo sócio, foi concretizado no ano de 1913, sobre a gestão do presidente Afonso Celso e no governo republicano de Hermes da Fonseca. A construção definitiva da sede só ocorreu no ano de 1972⁷⁰.

Mesmo diante da influência de alguns republicanos, que se dividiam no quadro social do IHGB e em cargos importantes do novo regime político, como era o caso do primeiro secretário João Severiano da Fonseca e do tesoureiro Tristão de Alencar Araripe, respectivamente irmão de Deodoro da Fonseca e ministro do seu governo, além dos sócios, que pertenciam às casas legislativas, os entraves postos àquele recinto não deixaram de ocorrer.

⁶⁶ GUIMARÃES, 2011, p. 25.

⁶⁷ Alguns nomes dos sócios beneméritos: Cândido Gafrée, Antônio José Gomes Brandão, Visconde de Carvalhaes, Antônio José Dias de Castro, Tobias José Laureano Figueira de Mello, Francisco de Paula Mayrink, barão de Oliveira Castro, visconde Leopoldina, visconde de Figueiredo e outros mecenas.

⁶⁸ Antigo Paço Imperial, localizado hoje na atual praça XV, no centro da cidade do Rio de Janeiro. “Em 1808, com a chegada do Príncipe-Regente, D. João, transformou-se em Paço Real e, para abrigar o Príncipe e sua Corte, o Conde dos Arcos construiu acréscimos em terceiro piso e o Palácio foi ligado, por meio de um passadiço, ao antigo Convento dos Carmelitas, então residência da Rainha D. Maria. A partir da Independência do Brasil (1822), transformou-se em Paço Imperial. Durante o século XIX, teve seu apogeu como palácio de despachos e centro do poder, onde foram aclamados um rei (Dom João VI) e dois imperadores (Dom Pedro I e Dom Pedro II), deu-se o episódio do Dia do Fico e foi assinada a Lei Áurea”. Ver Site do IPHAN. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/ccpi/pagina/detalhes/1326>>. Acesso em: 12 fev. 2018.

⁶⁹ Na História do Brasil, dá-se o nome de **republicanos históricos** às personagens que tinham aderido à causa republicana desde antes da proclamação da República. Disponível em: <<http://dicionario.sensagent.com/Republicanos%20hist%C3%B3ricos/pt-pt/>>. Acesso em: 10 out. 2017.

⁷⁰ GUIMARÃES, 1995, p. 9.

O discurso neutro no IHGB é visível no pronunciamento do primeiro secretário interino José Alexandre Teixeira Mello no relatório das atividades dos anos 1889 e 1890:

Senhores. – Achamo-nos em um campo neutro, onde não entra a política com suas tergiversações e subtilezas. Lá fora esbraveja de noite e de dia o ruído dos interesses desencontrados e antagonistas; o sorriso que mascarará o rancor e o despeito; a phrase assucarada que encobre o pensamento; o patriotismo, que é santo e nobre, encarrado por prismas diversos⁷¹.

Na tentativa de evidenciar a importância da instituição, os sócios dedicavam-se, mesmo que de forma muito acanhada, às atividades intelectuais do grêmio, como também à organização em torno da comemoração do 4º centenário de *Descobrimto da América*, com a publicação da biografia sobre Cristóvão Colombo.

No mesmo ano, com a informação da morte de D. Pedro II, no dia 5 de dezembro de 1891, na cidade de Paris, a instituição voltara os olhos às homenagens ao ex-imperador, não mais representado na figura do monarca, mas do homem Pedro de Alcântara. A instituição encerrou suas portas por sete dias em luto, e vários discursos e homenagens foram realizados. Esses episódios geraram um desconforto por parte dos radicais republicanos, como citou Hugo Hruby: “revoltados, clubes jacobinos e batalhões patrióticos saíram em defesa das instituições, perseguindo e denunciando suspeitos de ‘atividades antinacionais’”⁷². Contudo, as homenagens seguiam na capital federal como em outros estados do país.

Para eternizar a importância do protetor, que naquele momento tornara-se o protegido do IHGB, a sala onde se realizavam as sessões do Instituto passou a ser denominada *Sala de D. Pedro II*. Na oportunidade, um concurso foi proposto para a melhor escrita histórica e biográfica do ex-imperador, organizado pelo Instituto⁷³.

O patrono, mesmo distante de sua pátria, não se esquecera do IHGB, o qual tanto zelo e dedicação lhe demonstrou, como se pode perceber quando o advogado e procurador, aqui no Brasil, José da Silva Costa informou a instituição acerca da doação da biblioteca particular de Pedro de Alcântara para o grêmio, o qual podia escolher dentre os livros da biblioteca imperial aqueles de seu interesse, e os demais seriam doados à Biblioteca Nacional. Uma comissão especial foi escolhida para a separação, organização e catalogação da biblioteca doada ao Instituto, que, a pedido do ex-imperador, seria chamada de Coleção *Tereza Cristina*, em homenagem à sua esposa, que faleceu logo depois de proclamada a República, na cidade do Porto.

⁷¹ Sessão Magna de Aniversário em 15 de dezembro de 1890. **RIHGB**. Tomo 53, parte 2, 1890. p. 561.

⁷² HRUBY, 2007, p. 54

⁷³ GUIMARÃES, 2006, p. 31.

Esses episódios fogem à tentativa de neutralidade, como é perceptível em atas. Também outro fato ocorrido mostra a parcialidade dos sócios em relação à política, principalmente no tocante à salvaguarda da memória do país, quando o sócio César Marques reclamou ao Instituto um posicionamento diante da atitude destruidora do governo republicano quanto aos monumentos públicos. O sócio defendia que os monumentos representavam “as pegadas da civilização em qualquer território”⁷⁴, e, por esse motivo, o IHGB deveria solicitar providências junto ao governo provisório.

Outro sócio que reclamou a postura do governo republicano em extinguir os resquícios do passado monárquico foi o associado José Luís Alves. Na oportunidade, o sócio enumerou os estabelecimentos que tiveram os nomes mudados por representar o regime deposto e seu maior representante, como foi o caso do Colégio D. Pedro II, do Hospício D. Pedro II, da estrada de ferro D. Pedro II, entre outros.

Diante desses fatos, o Instituto demonstrava uma preocupação com a memória do país através dos seus membros inquietos com tais atitudes insensatas, por parte do governo. Assim, “os sócios lançaram-se na defesa dos vestígios de seu protetor espalhados pelas cidades brasileiras”⁷⁵.

Um dos episódios que demonstrou claramente as acirradas brigas entre a ala monarquista e a ala republicana da instituição ocorreu com a posse de um sócio correspondente, o bispo de Olinda, D. João Esberard, pois a ala republicana entendeu que era uma provocação ao novo regime político firmado no país e regido por um Estado laicizado⁷⁶.

Outra polêmica também se deu em torno do parecer da Comissão de Admissão, em relação ao Pe. Júlio Maria⁷⁷. Naquele momento, alguns sócios estavam divididos diante do

⁷⁴ Ata da 18ª Sessão Ordinária em 06 de novembro de 1891. **RIHGB**. Tomo 54, 1891. p. 266.

⁷⁵ HRUBY, 2007, p. 73-74.

⁷⁶ HRUBY, 2007, p. 56.

⁷⁷ Júlio César de Moraes nasceu em Angra dos Reis (RJ), em 20 de agosto de 1850, e faleceu no Rio de Janeiro, em 12 de abril de 1916. Cursou as humanidades em Niterói, doutor em Direito pela Faculdade de São Paulo (1874), seguindo, inicialmente, a magistratura, como promotor público da comarca de São João do Rio Claro, São Paulo, e em Mar de Espanha, MG. Em 1871, recebeu ordens sacras em Mariana, MG, recebendo o nome de Júlio Maria. Em 1905, recolheu-se ao claustro dos Redentoristas. Antes, mais precisamente em 1897, inaugurou no Rio de Janeiro o curso católico que se tornou conhecido como “As conferências da Assunção”. Colaborou em diversos periódicos como a *Imprensa Acadêmica* (jornal noticioso, agrícola, comercial e literário dos estudantes de SP), a “*Província de Minas*” (órgão do Partido Conservador), *Correio Fluminense* (órgão noticioso de Angra dos Reis). Sócio correspondente do IHGB em 1899. Embora conservador e depois de um estágio extremamente ortodoxo, voltou-se para os problemas sociais, seja por considerar que a Igreja se isolava cada vez mais, seja porque a *Rerum Novarum* despertasse nele a preocupação com o social. De qualquer forma, Júlio Maria insistia em que a Nação estava se “descatolizando”, sendo o clero o grande responsável. Para ele, os padres deveriam pregar o Evangelho aos camponeses e aos trabalhadores, devendo deixar de cuidar apenas dos ricos e bem-nascidos. Publicou: *Apóstrofes...* Niterói: Escola Tip. Central de Evaristo R. da Costa, 1882 – *Questões políticas*, RJ: Tip. Montenegro, 1883. – *O Deus desprezado*, Juiz de Fora: Tip. Americana. – *A Paixão*, Juiz de Fora: Tip. Americana – *A Caridade* (conferência), Juiz de Fora: Tip. Americana. – *A Caridade* (conferência), Juiz de Fora: Tip. Americana, 1895 – *A Graça*, Juiz de Fora: Tip. Americana, 1897. – *Conferências da Assunção*, 4 séries

posicionamento da laicização do novo regime, decorrente da postura política de alguns membros simpatizantes da Monarquia e de outros defensores da República.

O presidente da instituição, na tentativa de acalmar os ânimos, pronunciou-se dizendo que as considerações dos membros daquela comissão tinham caráter individual, o que não condizia com os da instituição. Apesar disso, os discursos em defesa do posicionamento de alguns sócios, a favor ou não da Igreja, não cessaram após a fala do presidente, demonstrando as acirradas disputas de poder dentro do sodalício⁷⁸.

Nota-se que o clima na instituição refletia as posturas políticas travadas “lá fora”, pois a qualquer momento os desafetos políticos podiam florescer, e a postura neutra da mesa diretora não mais condizia com a realidade e a opinião dos sócios, no quesito político. Segundo Hugo Hruby:

[...] o Instituto serviu sim, como arena de discussão política, principalmente quando o presente procurava, muitas vezes, destruir aquele passado idealizado que, desde 1838, o IHGB auxiliou a construir. Mesmo que a aproximação com o novo regime fosse essencial para a continuidade dos trabalhos do Instituto, alguns de seus sócios, mantendo-se fiéis aos seus antigos ideias, não silenciaram ante a nova ordem das coisas⁷⁹.

A situação mais delicada para o grêmio ocorreu durante o governo de Floriano Peixoto, *o marechal de ferro*, que, após a renúncia de Deodoro, assumiu o governo e, sem convocar novas eleições, de acordo com a constituição, declarou o golpe e permaneceu no governo marcado por fortes perseguições e ataques a qualquer representatividade de ameaça. Sua gestão foi assinalada por longos e sérios conflitos, e sua permanência na Presidência da República era questionada com vigor, inclusive por membros do IHGB.

O governo de Floriano Peixoto logo respondeu a essa desconfiança do Instituto e de imediato enviou para aprovação no Congresso Nacional o corte no valor de 9.000\$00 (nove contos de réis) pela metade da verba de subvenção, o que correspondeu aos anos de 1892 e 1893.

Aprovado o orçamento do governo republicano, o Instituto, que ainda se encontrava com suas contas no vermelho, foi surpreendido quando o sócio e deputado federal Desemb. Tomás Garcez Paranhos Montenegro sugeriu que fossem publicados em jornais da Capital os

realizadas no RJ, 1897/1900. – Sete Discursos (inclui o discurso de recepção no IHGB), Juiz de Fora: Tip. Torres, 1900. – A Igreja e o Povo, Juiz de Fora: Tip. Torres, 1900. – Para o Livro do Centenário escreveu A Religião; ordens religiosas, instituições pias e beneficentes no Brasil, RJ: Impr. Nac., 1900. Site do IHGB. Disponível em: <<https://ihgb.org.br/perfil/userprofile/padream.html>>. Acesso em: 12 fev. 2018.

⁷⁸ HRUBY, 2007, p. 76.

⁷⁹ HRUBY, 2007, p. 76-77.

resumos das sessões do Instituto como forma de demonstrar a existência da instituição, pois alguns políticos questionavam a presença do grêmio, diante da crise política e das perseguições do governo ao IHGB, e isso serviria como forma de justificar e convencer os parlamentares a continuarem aprovando a verba de subvenção para o sodalício. A sugestão foi imediatamente aprovada, e o *Jornal do Brasil* se propôs a essa incumbência, mediante uma contribuição simbólica⁸⁰.

Durante o ano de 1893, com a eclosão da Revolta da Armada⁸¹ na capital federal, o Instituto tentou por diversas vezes convocar suas sessões ordinárias para contemplar suas atividades intelectuais, entretanto, com a instabilidade política e o conflito da marinha, que estava insatisfeita com o governo, a revolta foi declarada, e a cidade do Rio de Janeiro tornou-se um campo de batalha.

Ali, no paço imperial, não estavam somente construções, arquivos, placas, bustos, enfim, materiais que lembravam o Império. Naquele lugar ainda reuniam-se os destacados ex-dirigentes do regime depostos. A ligação para os apaixonados defensores da República era clara: o IHGB representava o antigo regime. O rótulo de “ninho de sebastinistas”, ou melhor, “pedrinistas” não lhe era gratuito⁸².

O IHGB foi obrigado a cerrar suas portas por questões de segurança, interrompendo suas atividades, inclusive a eleição para nova diretoria e a sessão magna de aniversário da instituição foram suspensas por ocasião da Revolta. O Instituto permaneceu fechado por alguns meses, entre agosto de 1893 e abril de 1894⁸³, até que a paz e a segurança pública fossem restabelecidas. Segundo informou o presidente Aquino e Castro:

[...] que, por força dos acontecimentos políticos que profundamente tem alterado a ordem publica e a segurança pessoal, n'esta cidade, de continuo atacada pelas forças revoltosas, cujas balas tem por mais de uma vez atingido este estabelecimento, deixou o Instituto de reunir-se em suas sessões ordinárias desde 11 de agosto do anno passado até hoje, posto que por diversas vezes houvesse sido para esse fim convocada⁸⁴.

Em 06 de abril de 1894, reabertas as portas, o IHGB retomava suas atividades. Mas, decorrentes ainda da instabilidade política, algumas mudanças foram realizadas para manter a

⁸⁰ HRUBY, 2007, p. 78.

⁸¹ Segundo Lúcia Lippi, foi o movimento mais sério em que os adesistas estiveram envolvidos. Resultante do Manifesto de 13 oficiais que, em nome da defesa da constituição republicana, se rebelaram contra a posse de Floriano (OLIVEIRA, 1989, p. 176).

⁸² HRUBY, 2007, p. 43.

⁸³ Em 15 de janeiro de 1894, o IHGB realizou uma sessão extraordinária para comunicar a impossibilidade de reunirem os sócios daquela agremiação por motivos políticos que geraram a Revolta da Armada, e a cidade do Rio de Janeiro foi bombardeada pelas forças oposicionistas ao governo.

⁸⁴ Sessão Extraordinária em 15 de janeiro de 1894. **RIHGB**. Tomo 57, parte 2, 1895. p. 293.

continuidade do funcionamento do Instituto, a começar pela modificação dos dias e horários das sessões, antes ocorridas às sextas-feiras durante a noite, mas que agora passariam, por questão de segurança, a ocorrer quinzenalmente nos domingos à tarde.

A normalidade na instituição retornaria com o fim dos governos militares e a posse do primeiro presidente civil, Prudente de Moraes. O Instituto incumbiu uma comissão especial para cumprimentar o novo presidente e, aproveitando o ensejo, seguiu o que regia seu estatuto, concedendo o título de *Presidente Honorário* do IHGB ao chefe do executivo nacional.

Logo após sua posse, o presidente prestigiou a sessão magna em comemoração ao aniversário do IHGB, que desde a queda da monarquia não havia granjeado a aproximação dos governos militares, apesar da tentativa frustrada, quando encaminhou o convite ao ex-presidente Deodoro da Fonseca.

Prudente de Moraes foi então o primeiro presidente do novo regime a adentrar a sede da mais tradicional associação literária do Brasil. Na oportunidade, visitou os locais da instituição e observou a cadeira vazia à cabeceira da mesa em homenagem a D. Pedro II, e, diante do episódio, dirigiu-se de forma respeitosa a sentar-se junto com os demais membros da diretoria do IHGB.

Aquino e Castro, um ano depois de Prudente de Moraes ter comparecido à sessão aniversária do IHGB, seguia opondo a vitória pela *ciência* à vitória pela *força*, opondo sua posição e o governo atual ao passado recente da República da Espada. A assimetria “lá” e “aqui” mostrava que o novo governo de Prudente de Moraes os sócios se dedicariam da mesma forma que se dedicaram um dia ao “protetor imediato”. Nesse momento, ficavam para trás os anos de dúvida intensa, inclusive sobre a continuidade do IHGB⁸⁵.

As relações entre o grêmio e o governo republicano aumentaram à medida que o governo compreendia a importância e o papel da instituição para a memória do país. As atitudes de Prudente de Moraes, entre elas “diminuir as restrições às atividades monarquistas”⁸⁶, imposta na gestão de Deodoro da Fonseca e ampliada no governo de Floriano Peixoto, aproximaram o presidente civil da instituição que acolheu os monarquistas perseguidos pelos presidentes militares.

O Instituto também demonstrava zelo pelo presidente, como no atentado contra a vida de Prudente de Moraes em que morreu o ministro da Guerra, Marechal Carlos Machado

⁸⁵ SOUSA, 2015, p. 221.

⁸⁶ OLIVEIRA, 1989, p. 179.

Bittencourt⁸⁷. Na ocasião, foi realizado na sessão de 21 de novembro de 1897 um voto de congratulação ao presidente da República e presidente honorário do IHGB, que saiu ileso do ataque. Também uma comissão com três membros foi enviada para apresentar felicitações do Instituto ao presidente.

Imediata atitude de auxílio do governo ao IHGB ocorreu através do repasse no valor integral de 9:000\$000 (nove contos de réis) da verba de subvenção, como também das concessões para viagens de sócios no intuito de recolher documentos para pesquisas.

Segundo Hruby, o IHGB preocupava-se em demonstrar seu posicionamento diante das deliberações do governo:

A necessidade de mostrar “de que lado estavam” orientou os membros do Instituto em ações semelhantes quando do reatamento das relações do Brasil com Portugal, da “vitória” em Canudos e da tentativa de assassinato do Presidente da República que culminou com a morte do Ministro da Guerra. Revolta da Armada, Revolução Federalista, afastamento de Prudente de Moraes por motivos de saúde e a sua substituição por Manuel Vitorino Pereira, agitações populares pelo desenfreado jacobinismo florianista, o receio da restituição monárquica ou do retorno de um governo ditatorial voltavam a tumultuar a cena política brasileira⁸⁸.

Esses posicionamentos eram perceptíveis através da postura do grêmio como tentativa de aproximar-se do novo governo civil.

A partir desse período, as atividades do IHGB voltavam a se intensificar, em razão das várias comemorações de centenários, como o do Pe. José de Anchieta, do Descobrimento da América, dos 200 anos de morte do Pe. Antonio Vieira e dos 400 anos do Descobrimento do Brasil, além do pedido por parte do governo republicano, ao Instituto, para organizar e publicar a bibliografia nacional das ciências geográficas, a convite do Governo Suíço, como contrapartida da subvenção destinada ao IHGB.

[...] o Instituto Histórico recebeu um ofício do Ministro da Justiça e Negócios Interiores dando-lhe conhecimento do convite feito ao Ministério das Relações Exteriores brasileiro pelo Governo Suíço, no sentido de se promover a criação de uma comissão central encarregada de organizar e publicar a bibliografia nacional das

⁸⁷ Foi no dia 05 de novembro de 1897, quando estavam presentes o Presidente, Prudente de Moraes, o Ministro da Guerra, Marechal Carlos Machado Bittencourt, e o Coronel Luiz Mendes de Moraes, chefe da Casa Militar, na proximidade da ponte do trapiche do arsenal de guerra, quando o soldado Marcellino B. de Miranda, armado com uma faca, tentou contra a vida do presidente. “Neste momento o ministro da guerra em um rasgo sublime de heroicidade colocou-se entre o soldado e a cobiçada vítima dos furores jacobinos, protegendo-se com seu corpo e com sua espada”. Faleceu no local o Marechal Carlos M. Bittencourt com diversos ferimentos de faca, golpeado pelo soldado Marcellino (BARROS, Prudente J. de Moraes. **Cidade do Rio**. Rio de Janeiro, p. 01, 06 de novembro de 1897).

⁸⁸ HRUBY, 2007, p. 46.

ciências e geográficas e que se correspondesse e permutasse trabalhos com as congêneres de outros países⁸⁹.

A essas atividades vincula-se, novamente, o prestígio da instituição, visto que, nas ocasiões oportunas, os sócios lembravam o papel significativo do IHGB para a construção da identidade nacional e sua contribuição à memória do povo brasileiro, pois “desconsiderá-la, desprestigiá-la, desampará-la comprometeria enormemente o desenvolvimento do Brasil”⁹⁰. Como reconhecimento por parte do governo, os subsídios à instituição durante os últimos anos do governo de Prudente de Moraes saltaram de 9:000\$000 (nove contos de réis) para 14:000\$000 (quatorze contos de réis)⁹¹.

Seguindo a postura do seu antecessor, no primeiro ano de governo de Rodrigues Alves, amigo pessoal do primeiro secretário Max Fleiüss, o então presidente concordou em patrocinar as reformas da sede do IHGB, no antigo convento dos Carmelitas, o qual há muito tempo clamava por socorro. E, no ano seguinte, destinou uma verba no valor de 75:954\$00 (setenta e cinco contos e novecentos e cinquenta e quatro mil réis) para reforma da sua fachada.

Outros favores se sucederam durante o mandato de Rodrigues Alves. Regularizaram-se os serviços das publicações da *Revista* e de seu expediente na Imprensa Nacional. As atas das sessões, que até então vinham sendo divulgadas pelo *Jornal do Brasil*, passaram a ser impressas no *Diário Oficial*. O Tesouro Nacional financiou, também, a missão de pesquisa do dr. Norival Soares de Freitas aos arquivos portugueses, revitalizando uma prática dos tempos de D. Pedro II⁹².

Em 1906, com as novas mudanças estatutárias, a sessão magna de aniversário, que por quase meio século foi comemorada a 15 de dezembro, quando da primeira aparição de D. Pedro II no IHGB, voltaria a ser realizada a 21 de outubro, quando o Instituto foi fundado.

No ano seguinte, foi encaminhado ao Congresso Nacional o projeto nº 468, de 19 de dezembro de 1907, para que fosse o Instituto reconhecido como de “utilidade nacional”.

Uma compreensível mudança ocorreu no quadro social do grêmio com a consolidação do regime já no início do século XX. O número de servidores da República era considerável no quadro da instituição, mas ainda não superava a ala monarquista presente naquele ambiente desde sua fundação.

⁸⁹ HRUBY, 2007, p. 46.

⁹⁰ HRUBY, 2007, p. 48.

⁹¹ HRUBY, 2007, p. 49-50.

⁹² GUIMARÃES, 2006, p. 29.

Arno Wehling observou que o instituto “amargou uma década e meia de desfavor oficial, identificada que foi – corretamente, aliás – com o regime deposto, para em seguida recuperar-se”⁹³.

Durante meio século, o IHGB prevaleceu como principal esfera intelectual brasileira, dividindo esse *status*, após o advento da República, com mais outras duas instituições, a Academia Brasileira de Letras, fundada em 1897, e a Academia Brasileira de Ciências, em 1916.

A estrutura organizacional do grêmio, composta à época por sua diretoria, as comissões permanentes e o quadro social, tinha como objetivo a construção da escrita da história nacional, além de salvaguardar a memória do país.

Nos primeiros anos de sua fundação até meados do século XX, a diretoria era eleita para mandato de um ano, podendo se reeleger por tempo indeterminado. Com isso, observa-se a pouca permuta dos presidentes daquela instituição, uma vez que, no período de sua criação até o fim da primeira década republicana, apenas cinco presidentes se revezaram na diretoria, foram eles: José Feliciano Fernandes Pinheiro, Visconde de São Leopoldo (1838-1847), Cândido José de Araújo Viana, Marquês de Sapucaí (1847-1875), Luiz Pedreira do Couto Ferraz, Visconde do Bom Retiro (1875-1886), Joaquim Norberto de Sousa Silva (1886-1891) e Olegário Herculano de Aquino e Castro (1891-1908).

Assinale-se o papel decisivo e importante da gestão do presidente Olegário Herculano de Aquino e Castro, que, após a morte do seu antecessor e com as mudanças causadas pela queda do antigo regime e a ascensão do sistema republicano no país, presenciou no IHGB uma forte disputa política entre a ala monarquista e a republicana, o que inevitavelmente interferia na instituição. Como tentativa de apaziguar os ânimos, Aquino e Castro adotou uma postura neutra diante das agitações políticas travadas na agremiação, durante sua gestão.

As comissões permanentes, no início da fundação do grêmio, eram quatro: a de História, a de Geografia, a de Fundos e a de Redação da Revista, compostas por dois membros, mas, ao longo do tempo e com a demanda de trabalhos, passaram a contar com três membros cada uma. Após a mudança estatutária, ocorrida no ano de 1851, foram incluídas mais dez comissões, entre elas a comissão de Admissão de Sócios, outra de igual valor das demais, responsável, porém, por receber as propostas dos novos integrantes e pelas emissões dos pareceres finais aos pretendentes a ocupar um cargo no quadro social da instituição.

⁹³ GUIMARÃES, 2011, p. 12.

O quadro social, de acordo com as normas estatutárias, era composto por sócios efetivos, correspondentes e honorários. Para a classe de sócios efetivos, o número máximo era de cinquenta membros, divididos em 25 na seção de geografia e 25 na seção de história, os quais tinham como pré-requisitos residir na capital federal por no mínimo dez anos.

Decorrentes das mudanças dos estatutos ao longo dos anos, as novas regras para o ingresso naquele sodalício foram restabelecidas e regulamentadas por normas bastante rígidas. Além do encaminhamento do *currículo* contendo informações como nome, sobrenome, lugar de nascimento, idade, qualidade, domicílio e motivos para admissão como sócio naquela agremiação, exigidos desde a fundação do grêmio, fazia-se também necessária a assinatura de um dos membros da comissão na qual o candidato pretendia ocupar o cargo, além de mais outras duas assinaturas de sócios do IHGB.

Esse tipo de apadrinhamento no IHGB e demais áreas institucionais, fossem culturais, sociais ou políticas, era corriqueiro. Segundo Rebeca Gontijo, “era importante que obtivessem o apoio de padrinhos com prestígio o suficiente para arrumar-lhes alguma colocação”⁹⁴.

A novidade, após o ano de 1851, para adentrar o grêmio, tanto na categoria de sócio efetivo quanto na de sócio correspondente, constituía na comprovação intelectual, por meio de um trabalho, encaminhado juntamente com o currículo, sobre a historiografia nacional ou territorial, como prova de sua “suficiência literária”, como salientou Manuel Guimarães:

Paralelamente, o instituto passa a dar prioridade à produção de trabalhos inéditos nos campos da história, da geografia e da etnologia, relegando a segundo plano a tarefa até então prioritária de coleta e armazenamento de documentos. Os critérios de admissão, ainda que não deixassem de considerar as relações sociais e pessoais, passaram a se pautar por parâmetros mais objetivos, ligados ao trabalho em uma das áreas de atuação do instituto⁹⁵.

Esses trabalhos eram encaminhados às comissões responsáveis, que podiam ser de história ou geografia, as quais elaboravam, depois de lidos, os pareceres sobre a relevância do estudo para a historiografia nacional e a contribuição do integrante no quadro social da instituição. A seguir, a comissão de admissão de sócios emitia outro parecer e, caso favorável, uma votação de escrutínio secreto era convocada pela mesa diretora para aprovar ou não o parecer do pretendente a membro do grêmio. Assim, “Aprovado pela alta cúpula, o nome do futuro integrante era levado à Assembléia Geral, para que fosse referendado ou não”⁹⁶.

⁹⁴ GONTIJO, 2013, p. 48.

⁹⁵ GUIMARÃES, 1988, p. 10.

⁹⁶ GUIMARÃES, 1995, p. 484.

Os artigos aprovados eram encaminhados para publicação na Revista do IHGB. De acordo com seus estatutos, essa Revista divulgava ainda em suas páginas a memória de seus associados, as notícias de história e geografia das obras publicadas por outras sociedades e pessoas literárias, estrangeiras ou nacionais, e as transcrições de suas atas.

Já na categoria de sócios correspondentes, além de comprovar a “suficiência literária”, era preciso oferecer no momento da sua posse uma obra de valor histórico-geográfico sobre o Brasil ou parte da América, ou doar algum objeto importante para o museu do Instituto⁹⁷.

Vale destacar que o sócio correspondente passaria a sócio efetivo, vago o cargo por morte e preenchidos os seguintes procedimentos estatutários: residir na capital do Rio de Janeiro por mais de dez anos, frequentar as sessões pelos menos durante um ano, ler algum trabalho original ou fazer parte de algumas das comissões, no período de dois anos.

As categorias de sócios correspondentes e honorários, nacionais e estrangeiros, eram ilimitadas. E essa última, segundo Lucia Guimarães:

[...] só era conferido a pessoas que por sua idade avançada, consumado saber e distinta representação estejam no caso de dar crédito ao Instituto. Os membros dessa classe ficavam também isentos do pagamento da jóia de entrada (10\$000) e da taxa semestral (3\$000), obrigações a que estavam sujeitos os associados efetivos e correspondentes⁹⁸.

Em relação à produção intelectual, os incentivos para a escrita da construção da identidade nacional, principalmente sobre a história e a geografia do país, foram diversos. Criados na década de 40 do século XIX, como afirmou Lucia Guimarães, eram organizados pelo Instituto e premiados através de auxílios, enviados pelo governo imperial.

Os trabalhos monográficos ganhavam, além do prêmio, a publicação na Revista do IHGB, de vinculação trimestral e distribuída para diversas partes do mundo. Logo após a proclamação da República, durante os governos militares, os patrocínios e as produções foram suspensos, retornando, timidamente, na gestão do primeiro presidente republicano civil, Prudente de Moraes.

Outras atividades do Instituto durante o início do novo regime também foram comprometidas, além da produção intelectual dos sócios, as leituras realizadas após o final das sessões ordinárias ficaram suspensas em decorrência da baixa produtividade. No ano de 1890, os sócios Visconde de Taunay e barão de Capanema apresentaram respectivamente os

⁹⁷ GUIMARÃES, 2006, p. 52.

⁹⁸ GUIMARÃES, 1995, p. 484.

trabalhos *Curiosidades naturaes da província do Paraná e Questões a estudar em solução aos princípios da nossa história*, restituindo o fôlego das leituras procedidas das pesquisas⁹⁹.

Com a queda da monarquia e a marcha republicana crescente no país, houve uma renovação significativa na relação dos obreiros daquela confraria. Segundo observou Lucia Guimarães, os novos sócios eram, naquele momento, exclusivamente brasileiros, com destaque para a forte presença dos estados do Norte e Nordeste no IHGB.

⁹⁹ Sessão Magna de 15 de dezembro de 1890. Relatório do 1º secretário. **RIHGB**. Tomo 53, parte 2, 1890. p. 573.

CAPÍTULO II

FELISBELO FREIRE E O IHGB

Na história intelectual do nosso país, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro tem, desde a sua fundação, um lugar de destaque. Pertencer ao seu quadro social significava também pertencer, como já citou Lilia Schwarcz, “à nata intelectual do país”.

Em artigo publicado no jornal *Gazeta de Notícia*, Capistrano de Abreu descreveu como era ser membro daquele sodalício:

Se fazemos tal cessão, é porque pretendemos posição muito mais elevada: a de membro do Instituto Histórico. Funcionar no Paço, trajar farda literária, aparecer com ela, representando a sociedade, nas festas nacionais e nos cortejos; ser presidido pelo visconde de Bom Retiro¹⁰⁰, assistir aos discursos monumentos do Sr. Macedo e, honra ainda mais invejável, servir de ponto de incidência a olhares augustos, apanhar até uma nesga da conservação semidivina...eis o nosso desideratum¹⁰¹.

A descrição feita por Capistrano de Abreu leva a compreender que, naquele momento, ser membro do sodalício significava pertencer ao *Pantheon* intelectual brasileiro do século XIX.

Era o Instituto Histórico o local de consagração da classe intelectual brasileira, “durante boa parte do século XIX até meados da década de 30 do século XX”, como lembra Manoel Guimarães.

O sociólogo francês Pierre Bourdieu, ao descrever a representação de pertencer a uma instituição, definiu que:

O reconhecimento, marcado e garantido socialmente por todo um conjunto de sinais específicos de consagração que os pares-concorrentes concedem a cada um de seus membros, é a função do *valor distintivo* de seus produtos e da *originalidade* (no sentido da teoria da informação) que se reconhece coletivamente à contribuição que ele traz aos recursos científicos já acumulados¹⁰².

¹⁰⁰ Luiz Pedreira do Couto Ferraz, o Visconde de Bom Retiro, presidiu o IHGB durante os anos de 1875 a 1886, quando faleceu em 12 de agosto daquele ano, vago o cargo, seria ocupado por Joaquim Norberto de Souza e Silva. Vieira Fazenda, em seu artigo intitulado “Subsídios para a História do Instituto”, descreveu o Visconde de Bom Retiro como “um notável carioca, verdadeiro homem de Estado, exerceu altos cargos com brilho e hombridade de caráter”. FAZENDA, Vieira. Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro: subsídios para a sua história (1838-1911). **RIHGB**. Tomo 74, parte 2, p. 277-439, 1911. p. 205.

¹⁰¹ **Gazeta de Notícias**, Rio de Janeiro, 18 de novembro de 1879.

¹⁰² ORTIZ, Renato (Org.). **Bourdieu – Sociologia**. São Paulo: Ática. 1983. p. 122-155. (Coleção Grandes Cientistas Sociais, vol. 39).

Na ocasião, era o Instituto um local de valor distinto, e pertencer a ele significava o *status* e o reconhecimento intelectual em nível nacional almejado por muitos intelectuais oitocentistas.

A construção do intelectual formado no IHGB, do século XIX, pode ser compreendida a partir do conceito utilizado por Roger Chartier, o de “o homem de letras”, uma expressão popular utilizada na França do século XVIII que servia para designar alguém com um conhecimento sobre várias áreas do saber¹⁰³.

Ingressar naquela agremiação representava, além de uma posição de destaque, por ser o Instituto um território de ilustres intelectuais, a confirmação, também, de um intelectual multifacetado, o que “permitia associar as ideias de cultura e nação, materializando a noção de Brasil culto”¹⁰⁴.

O IHGB possuía o que Pierre Bourdieu definiu como *capital simbólico* no meio intelectual brasileiro. Os pesquisadores provincianos recém-chegados à cidade do Rio de Janeiro, então capital federal, ao se tornarem membros daquela instituição, buscavam, através do reconhecimento e do respeito, acumular esse capital, pois:

Acumular capital é fazer um “nome”, um nome próprio, um nome conhecido e reconhecido, marca que distingue imediatamente seu portador, arrancando-o como forma visível do fundo indiferenciado, despercebido, obscuro, no qual se perde o homem comum¹⁰⁵.

O médico Felisbelo Freire (1858-1916) era filho homônimo de Felisbelo Firmo de Oliveira Freire e de D. Rosa do Amarante Góes Freire, nascido em Itaporanga d’Ajuda, casado com dona Anna Curvello Freire, com quem teve três filhos. Coursou seus primeiros estudos no Atheneu Sergipense. Formou-se em Medicina no ano de 1882, pela Faculdade de Medicina da Bahia, clinicou na cidade de Laranjeiras, em sua terra natal, onde divulgou seus ideais republicanos e abolicionistas¹⁰⁶.

Em estudo recente, o historiador Samuel Albuquerque trouxe uma informação bastante relevante a respeito das origens do historiador itaporanguense, ainda não estudada ou propositalmente esquecida.

Em textos publicados no *Jornal da Cidade*, durante o ano de 2016, em quatro pequenos artigos, intitulados *Felisbelo, o Mulato*, Albuquerque estudou a origem mestiça

¹⁰³ CHARTIER, Roger. O homem de letras. In: VOVELLE, Michel (Dir.). **O homem do Iluminismo**. Lisboa: Editorial Presença, 1997. p. 117-153.

¹⁰⁴ GONTIJO, 2013, p. 123.

¹⁰⁵ BOURDIEU, 1983, p. 132.

¹⁰⁶ GUARANÁ, 1925, p. 156.

desse intelectual oitocentista, a partir do registro de casamento dos seus pais. Era neto da ex-cativa Inez das Virgens, do engenho Belém, de propriedade de Luis Francisco Freire, avô paterno de Felisbello Freire, o qual deixou descendentes com sua ex-cativa, como consta no inventário *post-mortem*.

A partir desse estudo, Albuquerque levantou questionamentos em torno do perfil historiográfico do autor itaporanguense, principalmente quando este se propôs a escrever sua obra pioneira, *História de Sergipe*, publicada no ano de 1891, com fortes influências do pensamento naturalista e evolucionista de Herbert Spencer.

Albuquerque defende a tese de que Felisbello Freire tinha origens mestiças, mesmo não declaradas pelo autor, quando auxiliou na elaboração do seu perfil biográfico nos dicionários de Sacramento Blake e Armino Guaraná, mas difundidas na escrita historiográfica do autor ao destacar o papel relevante do mestiço na formação do povo brasileiro, no trabalho pioneiro sobre a história de Sergipe, como afirmou Albuquerque: “Considero uma estratégia de autoafirmação o discurso de Felisbello sobre o lugar de proa do mulato na sociedade brasileira. Para ele, a ‘sub-raça’, da qual fazia parte seria o ‘legítimo producto nacional’”¹⁰⁷.

Segundo Maria Thetis Nunes, em seu artigo intitulado “Felisbello Freire, o Historiador”, descreveu que as obras do sergipano eram fortemente assinaladas pela presença da doutrina do determinismo, em voga na época. Maria Thetis ainda observou que o fator social já era uma preocupação presente nas explicações históricas do autor.

Bonifácio Fortes, em seu livro publicado no ano de 1958, em comemoração ao centenário de nascimento do autor itaporanguense, argumentou em defesa da ausência de estudos acerca desse personagem, o que poderia estar vinculado à postura política adotada por Felisbello Freire ao se opor à classe dominante da época:

Felisbello, apesar de nascido na classe dos grandes proprietários rurais, nem sempre esteve acorde com os interesses da mesma. A sua obra, avançadíssima para a época, contém lições de Sociologia e História, as quais, de maneira alguma, poderiam convir a essa classe que, guardadas as devidas proporções, ainda é a dirigente de nossa sociedade estadual¹⁰⁸.

¹⁰⁷ ALBUQUERQUE, SAMUEL. Felisbello, o mulato (I). **Jornal da Cidade**, Aracaju, 26-28 nov. 2016, Caderno B, p. 5.

¹⁰⁸ FORTES, 1958, p. 5.

Em relação ao historiador Felisbello Freire, Samuel Albuquerque e Francisco José Alves observaram, através de estudos das obras do intelectual oitocentista, que suas “análises históricas são sempre determinadas por finalidades políticas”¹⁰⁹.

Felisbello Freire, em busca de defender suas origens mestiças, publicou diversos artigos em jornais e periódicos, propagando a bandeira do abolicionismo e os ideais do republicanismo, ideias defendidas desde os bancos acadêmicos e divulgadas em jornais, como *O Laranjeirense*, *A Reforma*, *O Republicano*, *O Horizonte*, *Jornal do Brasil*, *Gazeta de Notícias*, entre outros. O autor fez uso de alguns pseudônimos, como *Savanarola*, *Fox*, *Celsus*, *Gambeta*, *Matheus*, elencados por Armindo Guaraná, no seu *Dicionário Bio-Bibliográfico Sergipano*. Foi, também, redator de importantes jornais cariocas, como o *Gazeta da Tarde*, o *Jornal do Brasil*, o *Diário da Tarde* e o *Folha da Noite*; entre os jornais sergipanos, redigiu o *A Tribuna*, o *Eco de Sergipe*, o *O Horizonte* e o *O Republicano*, assim como a revista semanal de economia, finança e política *O Economista Brasileiro*.

Como autor, publicou diversas obras sobre História, Geografia, Medicina e Direito Público. Sua primeira obra sobre História foi o livro *História de Sergipe* (1891), seguido de outras importantes obras: *História da revolta de 06 de novembro* (1895), *História Constitucional da República dos Estados Unidos do Brasil* (1895), *História do Brasil* (1896), *História da Cidade do Rio de Janeiro* (1901), *História Territorial do Brasil* (1906), *História do Banco do Brasil* (1907) e *Os Portugueses no Brasil* (1907).

Como político, assumiu o cargo de primeiro presidente republicano por Sergipe, após a queda do regime monárquico. Logo depois, foi ministro do Governo de Floriano Peixoto, tendo ocupado a pasta da Fazenda e o cargo de secretário dos Negócios Exteriores. Além disso, continuou na carreira política como deputado federal desde o ano de 1890 até seus últimos dias.

A procura de reconhecimento como intelectual, na cidade do Rio de Janeiro, e de construir sua trajetória de historiador ocorreu ainda no período monárquico, quando Felisbello Freire, um republicano convicto e defensor dos ideais abolicionistas, encaminhou sua proposta de admissão à mais antiga e respeitada instituição lítero-científica do país.

De acordo com a autora de *O Velho Vaqueano*, existia naquele período uma condição para se tornar “homem de letras”, uma vez que:

¹⁰⁹ Ver **Jornal da Cidade**, Aracaju, 21 jan. 2017, Caderno B, p. 5; ALVES, Francisco José. **A Rede dos Conceitos**: uma leitura da historiografia de Felisbello Freire. São Cristóvão: Editora UFS; Aracaju: Fundação Oviedo Teixeira, 2010.

[...] sua possibilidade de obter prestígio junto ao público, de ascender socialmente e inscrever seu nome na posteridade – era definida, principalmente, pelo fato de pertencer ou não a determinadas instituições e/ou de participar de certas formas de socialização. Em outras palavras, significa estar inserido em redes de sociabilidade, que eram tanto intelectuais como políticas¹¹⁰.

Ciente dessa condição, o itaporanguense, que almejava ser um “homem de letras” reconhecido nacionalmente, mesmo que, para isso, custasse amargar o convívio em uma instituição composta em sua maioria por simpatizantes e defensores da Monarquia, submeteu-se ao trâmite da agremiação.

Era um político atuante nas lides republicanas, tendo participado ativamente do momento da proclamação da República, tendo descrito o episódio como um ato de salvação da nação brasileira e se orgulhando por fazer parte daquele acontecimento. Relatou na oportunidade aos seus conterrâneos:

Os verdadeiros e antigos democratas tiveram de comparecer. Fui avisado e saí de casa as 7 horas da manhã e dirigi-me para o Campo da Aclamação, onde estava postado o 2º regimento. Por ordem do ministério chegavam batalhões para suffocar. Quando eles chegavam eram interpellados pelos democratas: por quem são? Pela República, respondiam. Foi um grande acontecimento. A cidade ficou em delírio¹¹¹.

Contudo, Felisbello Freire vislumbrava no Instituto um local de ciência e pesquisa que permitiria o que Gontijo considerou como “o convívio propiciado por tais redes”, o que excitaria, através das conversas com grandes intelectuais, discussões que fortaleceriam os laços e definiriam as diferenças¹¹². O historiador sergipano já teria vivenciado grandes debates desde os bancos acadêmicos, acerca das ideias abolicionistas e republicanas, ainda no curso de Medicina, concluído na Bahia¹¹³, e não parecia ser diferente do seu objetivo na *Casa da Memória Nacional*, entretanto esbarrou nas querelas políticas.

Sua proposta para a admissão ao quadro social do IHGB fora devidamente registrada pelos confrades João Franklin Távora da Silveira¹¹⁴, João Capistrano de Abreu¹¹⁵ e José

¹¹⁰ GONTIJO, 2013, p. 47-48.

¹¹¹ Documento Inédito. **Revista de Aracajú**, ano IV, nº 4, p. 164, 1951.

¹¹² GONTIJO, 2013, p. 48.

¹¹³ NUNES, Maria Thetis. Prefácio. In: FREIRE, Felisbello. **História territorial de Sergipe**. Aracaju: Sociedade Editorial de Sergipe, 1995. p. 9-12.

¹¹⁴ Nasceu em Baturité, Ceará, em 13 de janeiro de 1842, e faleceu no Rio de Janeiro, em 18 de agosto de 1888. Filho de Camilo Henrique da Silveira Távora e Maria Sant’Ana da Silveira. Ingressou na Faculdade de Direito do Recife em 1859 e bacharelou-se em 1863. Foi nomeado diretor-geral da Instrução Primária de Pernambuco, cargo que exerceu por um ano. Foi Deputado provincial (1868/69) em Pernambuco, situação que perdeu com a ascensão do Partido Conservador. Pouco depois, partiu para o Rio de Janeiro, onde obteve emprego na Secretaria do Império, chegando a chefe de Gabinete. Távora viveu e morreu pobre. Pertenceu ao Instituto Arqueológico Histórico e Geográfico Pernambucano e à Sociedade de Geografia de Lisboa. Em agosto de 1888, o IHGB elegeu-o correspondente, e, em 1882, passou-o a efetivo. Em 21 de dezembro de 1882, foi eleito Orador e, em

Alexandre Teixeira de Melo¹¹⁶. Este último, membro da comissão de História, responsável pelos pareceres dos trabalhos historiográficos apresentados pelos aspirantes ao quadro, era também o responsável por acompanhar o andamento da proposta de Felisbello Freire até sua posse.

Segundo as normas estatutárias, os prazos-limite para aprovação das novas admissões ocorreriam dentro de quarenta e cinco dias, pois as comissões responsáveis apresentariam seus pareceres nas sessões realizadas quinzenalmente. Entretanto, não era estranha a demora no processo de novos sócios para aquela instituição, principalmente após as questões políticas

1886, 2º secretário. A Academia Brasileira de Letras escolheu-o um de seus patronos (o da cadeira nº 14), cujo 1º ocupante foi Clóvis Beviláqua. Publicou: *A Trindade Maldita* (contos), 1861. – *Um Mistério de Família* (drama) – *Os Índios do Jaguaribe* (romance histórico), 1866. – *Um Casamento no Arrabalde* (romance), 1866. – *Três Lágrimas* (drama), 1870. – *Cartas de Semprônio a Cincinato*, 1871. – *O Cabeleira* (história pernambucana), 1876 – *O Matuto* (crônica pernambucana), 1878. – *Lourenço*, 1881. – *Lendas e Tradições do Norte*, 1878. – *Sacrifício* (romance), 1879. Disponível em: <<https://ihgb.org.br/perfil/userprofile/jfdstavora.html>>. Acesso em: 15 jan. 2018.

¹¹⁵ Nasceu no sítio Colominjuba, em Maranguape, Ceará, em 23 de outubro de 1853, e faleceu no Rio de Janeiro, em 13 de agosto de 1927. Filho do major da Guarda Nacional Jerônimo Honório de Abreu e Antonia Vieira de Abreu. Aprendeu as primeiras letras em Ladeira Grande e “as humanidades” estudou no Ateneu Cearense e no Seminário Episcopal do CE, sendo sempre um aluno sofrível. Em 1875, mudou-se para o Rio de Janeiro, e seu primeiro emprego foi o de caixeiro da livraria Garnier. Lecionou, paralelamente, português e francês, no Externato Aquino e, em 1879, ingressou como redator na *Gazeta de Notícias*. Foi também em 1879 que Capistrano foi admitido, como oficial, na Biblioteca Nacional, através de concurso em que obteve o primeiro lugar. Até então, sua produção, publicada em jornais, era predominantemente sobre temas literários. Foi na biblioteca que se desenvolveu o gosto, já antes manifestado, pela História do Brasil, principalmente a organização, por aquela repartição, da I Exposição de História do Brasil (1881) e do respectivo Catálogo. A pesquisa documental, a leitura incessante dos clássicos da historiografia, a correspondência com mestres consagrados, dirigiram-no, então, ao concurso à Cátedra de História do Brasil do Colégio Pedro II, vaga com o falecimento de Joaquim Manuel de Macedo. Apresentou uma tese pode-se dizer revolucionária: “O descobrimento do Brasil e seu desenvolvimento no século XVI”. Capistrano tomou posse do cargo em 1883 e o exerceu até 1899. Com a fusão da História do Brasil à História Universal, Capistrano insurgiu-se. Negou-se a lecionar a nova disciplina criada, preferindo entrar em disponibilidade. Desde então, mais que antes, mergulhou no estudo e na pesquisa. Foi eleito sócio efetivo do IHGB em 19 de outubro de 1887. Publicou diversas obras, como: *Estudo sobre Raimundo da Rocha Lima* (1878); *José de Alencar* (1878); *A língua dos Bacharéis* (1897); *Capítulos de História Colonial* (1907); *Dois documentos sobre Caxinauás* (1911-1912); *Os Caminhos Antigos e o Povoamento do Brasil* (1930); *O Descobrimto do Brasil* (1883); *Ensaio e Estudos* (1931-33, póstumos); *Correspondência* (1954, póstuma). Disponível em: <<https://ihgb.org.br/perfil/userprofile/JCAbreu.html>>. Acesso em: 15 jan. 2018.

¹¹⁶ Médico, jornalista, historiador e poeta, nasceu em Campos, Rio de Janeiro, em 28 de agosto de 1833, e faleceu na cidade do Rio de Janeiro, em 10 de abril de 1907. Foi o fundador da cadeira n. 6 da Academia Brasileira de Letras, escolhendo como patrono o poeta Casimiro de Abreu, de quem fora amigo. Era filho de José Alexandre Teixeira de Melo e de Eugênia Maria da Conceição Torres. Fez o curso de Humanidades no Seminário São José e formou-se pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. Fixou residência em Campos, onde exerceu a clínica e colaborou em jornais, até 1875, quando se transferiu para o Rio do Janeiro. Como jornalista, assinava artigos com seu nome e com o pseudônimo *Anódino*. Durante a fase acadêmica, foi membro de diversas organizações literárias e escreveu *Sombras e sonhos*, publicado em 1858. Em 1876, foi nomeado chefe da Seção de Manuscritos da Biblioteca Nacional, passando, mais tarde, para a Seção de Impressos e, finalmente, assumindo a direção da Biblioteca, em 1895. Exerceu o cargo até 1900, quando se aposentou. Pesquisador incansável, dedicou-se a assuntos de história pátria, pesquisando, nos arquivos de manuscritos, os documentos que deviam pleitear os direitos do Brasil a territórios contestados, servindo de base à argumentação de Joaquim Nabuco e Rio Branco. Publicou diversos trabalhos de valor, como as *Efemérides nacionais e Limites do Brasil com a Confederação Argentina*. Colaborou nos *Anais da Biblioteca Nacional*, na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, na *Gazeta Literária* e em outras publicações. Disponível em: <<http://www.academia.org.br/academicos/teixeira-de-melo/biografia>>. Acesso em: 15 jan. 2018.

que envolviam o país, diante do clima da instituição e da preocupação de se manter em funcionamento, o que era, naquele momento, o foco principal.

Diante dessas circunstâncias, algumas atividades foram sendo lentamente realizadas. Uma delas diz respeito ao retardo das emissões dos pareceres por parte das comissões responsáveis, o que causou alguns incômodos e foi motivo de diversas contendas nas sessões ordinárias, principalmente pelas reclamações¹¹⁷ realizadas através do sócio César Augusto Marques¹¹⁸.

Levando-se em consideração essa reclamação, é possível supor que a espera de Felisbello Freire para ingressar como sócio no grêmio foi relativamente curta, pois durou dois anos seu processo de admissão até a posse.

Segundo o estudioso Francisco José Alves, no seu livro *Rede dos Conceitos*, teria ocorrido a posse do historiador sergipano no ano de 1888. Entretanto, com toda formalidade da instituição e de acordo com os estatutos, naquele ano, o trabalho intitulado *Colonização de Sergipe de 1590 á 1600 Governo de Thomé da Rocha e Diogo de Qoadros*, encaminhado para comprovação da sua “suficiência literária” como parte do processo para pertencer ao quadro institucional, havia sido aprovado pela comissão de História, naquele ano. O parecer favorável emitido acerca da relevância do artigo sugeria que o texto fosse publicado na Revista do IHGB, na edição especial em comemoração ao quinquagenário da instituição, o que de fato ocorreu, como foi descrito em ata: “Contribuíram para o livro do quinquagenario com valosas memórias, que abrilhantaram-lhe as paginas, os Srs. Dr. Felisbello Firmo de Oliveira Freire, de Larangeiras, com uma monographia sobre a colonisação de Sergipe, de 1590 a 1600”¹¹⁹.

Sobre o trabalho publicado na Revista do IHGB, ele era parte de um projeto de maior fôlego sobre a província de Sergipe, e que o autor pretendia publicar provavelmente na sua obra *História de Sergipe*, a saber, a maior contribuição historiográfica de Felisbello Freire sobre sua terra natal, concluída e publicada no ano de 1891¹²⁰.

¹¹⁷ Ata da 15ª Sessão Ordinária em 26 de setembro de 1890. **RIHGB**, Tomo 53, parte 2, 1890. p. 493.

¹¹⁸ Nasceu em Caxias, MA, em 12 de dezembro de 1826, e faleceu no Rio de Janeiro, RJ, em 5 de outubro de 1900. Em 1844, matriculou-se no curso de Matemática da Universidade de Coimbra, mas teve de interrompê-lo em 1846, quando, com a revolução chamada “Maria da Fonte”, foi fechada a Universidade. Voltou ao Brasil e fez o curso de Medicina na Faculdade da Bahia (1854). Entrou para o quadro social do IHGB, em 1865, como correspondente. Deixou várias obras de caráter histórico e médico, entre as quais: *Provas da existência do outro mundo*, fundadas sobre a natureza, histórica, filosofia e religião, BA, 1852. – *Conquistas da religião cristã*, por M. V. Robert, traduzidas do francês, BA; 1852. – *Maria de Kerouise*, romance de S. Sandeman, tradução, BA, 1853. Disponível em: <<https://ihgb.org.br/perfil/userprofile/camarques.html>>. Acesso em: 15 jan. 2018.

¹¹⁹ Relatório do 1º secretário apresentado na sessão magna de aniversário de 15 de dezembro de 1888. **RIHGB**. Tomo 51, parte 2, 1888. p. 337.

¹²⁰ Segundo relato da historiadora Maria Thetis Nunes, a obra *História de Sergipe* tornaria Felisbello Freire o pai da historiografia sergipana, conforme citou José Calasans. Ver NUNES, Maria Thetis. Felisbello Freire, o historiador. **Caderno de Cultura do Estudante**, Aracaju, nº 4, p. 92-93. 1987. Contudo, o também historiador

Na época da sua admissão ao IHGB, a comissão de Trabalhos Históricos era composta pelos sócios José de Alexandre Teixeira Mello, Augusto Victorino do Sacramento Blake¹²¹ e Manoel Duarte Moreira de Azevedo¹²², todos responsáveis por elaborar o parecer a partir do artigo entregue pelo candidato.

O parecer da comissão foi lido e aprovado na terceira sessão ordinária realizada no dia 13 de julho de 1888.

Parecer. O trabalho inedito, com que bate as portas do Instituto o Sr. Dr. Felisbello de Oliveira Freire é de mérito real e tão relevante, que o desejamos ver impressos a nossa Revista (...) precede-o de largas considerações de ordem philosophica tão luminosamente traçadas, que denotam de sua parte espírito avesso a essa classe de estudos¹²³.

Em relação à nomeação de Felisbello Freire no Instituto, de fato ocorreu após dois anos do envio da sua proposta, como consta em ata¹²⁴ e sobre a cobrança do responsável, Teixeira de Mello, durante a sessão ordinária de 07 de julho de 1889, quando o confrade, diante dos

Samuel Albuquerque, em seu texto *Silvério Fontes, Vladimir Souza Carvalho e José Calasans: Pioneiros da História da Historiografia Sergipana*, afirmou que a obra pioneira sobre a história de Sergipe, de Felisbello Freire, foi superada a partir da década de 1970, quando a historiografia sergipana passou a receber contribuições significativas de Ibarê Dantas e Maria Thetis Nunes. Ver ALBUQUERQUE, Samuel (Org.). **José Calasans e Sergipe**. Aracaju: IHGSE; São Cristóvão: Editora UFS, 2016.

¹²¹ Nasceu no ano de 1827, na Bahia, e faleceu em 1903, na cidade do Rio de Janeiro, RJ. Foi médico, biógrafo, poeta, delegado e historiador. Ocupou o cargo de Cirurgião do Corpo de Saúde do Exército e do batalhão de artilharia da Guarda Nacional de Salvador. Publicou artigos nos periódicos *Ateneu*, *Guaicuru*, *Mosaico*, *Crepúsculo*, *Noticiador Católico*, *Borboleta* (de cuja redação fez parte) e no *Marmota*, da Bahia; no *Arquivo Médico Brasileiro*, nos *Anais de Medicina*, na *Gazeta dos Hospitais*, no *Guaraciaba* e no *Beija-flor*, do Rio de Janeiro. Era membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, da Academia Cearense de Letras e de outras associações culturais. Publicou sua maior contribuição para a pesquisa, o *Dicionário Bibliográfico Brasileiro*, pela editora Imprensa Nacional, no ano de 1883. Disponível em: <<http://www.literaturabrasileira.ufsc.br/autores/?id=12300>>. Acesso em: 15 jan. 2018.

¹²² Nasceu na Villa de S. João de Itaboraí, em 07 de julho de 1832, no Rio de Janeiro, e faleceu no ano de 1903, também nessa cidade. Foi médico, professor, escritor e historiador brasileiro. Fez o curso de humanidades e bellas letras no Imperial Colegio Pedro II, por onde foi Bacharel em Letras, em 1858 obteve o grau de doutor. Foi biógrafo de personalidades do Segundo Reinado, como o Barão do Rio Doce e o Conselheiro Manuel Francisco Correia; contribuiu com diversos periódicos, como *A Marmota*, *O Espelho*, *O Conservador* e o *Jornal das Famílias*; foi historiador da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, da imprensa do Rio de Janeiro, da instrução pública no período colonial e das revoluções de Pernambuco, entre outros tópicos, e deixou um *Compêndio de História Antiga* e uma *História Pátria*. Foi membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, onde ocupou o cargo de primeiro secretário, sócio do Instituto Arqueológico e Geográfico Pernambucano, do Instituto Histórico de Goiana, do Instituto Acadêmico e da Sociedade Propagadora das Belas Artes do Rio de Janeiro. Lecionou aulas de História Antiga e Moderna no prestigiado Colégio Pedro II, onde seu *Compêndio de História Antiga* foi adotado como livro padrão entre 1877 e 1878. Entre os historiadores de sua geração, foi um dos que mais estudou o período regencial e um dos que mais produziu memórias históricas, sendo considerado um autor de referência. Foi um dos mais ativos membros do IHGB em um período em que o Instituto desempenhava um importante papel na obra de reorganização cultural e modernização do Brasil sob a direção de Dom Pedro II. Ver **Revista do IHGB**, ano 1862, tomo 2, p. 699-700. Disponível em: <http://www.snh2017.anpuh.org/resources/anais/54/1502850373_ARQUIVO_texto1.pdf>. Acesso em: 15 jan. 2018.

¹²³ Ata da 3ª Sessão Ordinária em 13 de julho de 1888. **RIHGB**. Tomo 51, parte 2, 1888. p. 333.

¹²⁴ O pagamento da joia de entrada para sócio correspondente no valor de 20\$000 (vinte contos de réis). Balanço do Instituto Histórico e Geográfico. **RIHGB**. Tomo 53, parte 2, 1890. p. 672.

presentes, fez lembrar à comissão de admissão de sócios que o parecer do médico e historiador sergipano, aprovado pela comissão de História, da qual era ele um dos membros, aguardava o parecer da comissão admissional. Mello ainda recordou que o escritor itaporanguense era “um participante ativo do novo sistema político, foi o primeiro governador republicano por Sergipe”, diga-se de passagem, em uma curta gestão.

A observação realizada por Mello significava a postura adotada pelo Instituto de aproximar os novos aspirantes republicanos a participarem da vida intelectual da instituição, como tentativa de apaziguar os ânimos políticos que assolavam o país e se transferiam para “dentro” da agremiação.

Em sessão extraordinária realizada às 19h de sexta-feira, do dia 19 de dezembro de 1890, estando presentes¹²⁵ os membros da mesa diretora e alguns sócios, para votação referente à gestão do ano de 1891, a sessão convocada foi suspensa por falta suficiente de quorum.

Contudo, antes que se desse por encerrada a sessão, o presidente, Joaquim Norberto de Souza Silva¹²⁶, informado da presença de Felisbello Freire naquele recinto, decidiu em comum acordo com os demais sócios presentes empossá-lo.

Felisbello Freire encontrava-se na antessala, quando os sócios César Augusto Marques e Henrique Raffard¹²⁷ fizeram a honra de levá-lo até o salão solene para a sessão de posse, sem as pompas corriqueiras daquele momento. O então presidente do grêmio tentou relatar, em poucas palavras, a ocasião da aprovação do nome daquele sergipano para compor o

¹²⁵ A diretoria do IHGB, quando da posse de Felisbello Freire, era composta pelos seguintes membros: Joaquim Norberto de Souza Silva (presidente), Cezar Augusto Marques (3º vice-presidente), José Alexandre Teixeira de Mello (2º secretário), Tristão Alencar Araripe (tesoureiro), José Luiz Alves (comissão de fundos e orçamentos), Garcez Palha (secretário suplente), Barão de Capanema (comissão subsidiária de geografia), Luiz Rodrigues de Oliveira (comissão de fundos e orçamentos), Henrique Raffard (secretário suplente), e estavam presentes alguns sócios, a saber, Barão de Miranda Reis, João Brigido dos Santos, Visconde de Carvalhaes, Barão de Alencar. Ver **Atas da Revista do IHGB**, de 1890.

¹²⁶ Nasceu no ano de 1820, na cidade do Rio de Janeiro, e faleceu em 1891, em Niterói, RJ. Funcionário público, poeta, romancista, teatrólogo, polígrafo, pesquisador, biógrafo. Colaborou em vários periódicos e na Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, para a qual entrou em 1841, tendo chegado a presidente do órgão. Sua atividade literária foi intensa e seus estudos têm validade para o conhecimento do passado literário do Brasil, dispersos na Revista do IHGB, na Revista Popular e na Minerva Brasiliense. É na crítica e história literária que reside a sua melhor contribuição através de estudos, memórias e edições anotadas de autores brasileiros. Disponível em: <<http://www.literaturabrasileira.ufsc.br/autores/?id=6718>>. Acesso em: 20 jan. 2018.

¹²⁷ Nasceu no Rio de Janeiro, em 26 de dezembro de 1851, e faleceu em 4 de agosto de 1906, na mesma cidade. Filho de Eugênio Emílio Raffard, cônsul-geral da Suíça. Estudou em Genebra e em Paris, onde seguiu o curso de Ciências Matemáticas, não concluído. Preparou-se, então, para a carreira do comércio, à qual realmente se dedicou, depois de longa viagem pela Alemanha e pela Bélgica. Vindo trabalhar no Brasil, abriu uma casa comercial em São Paulo, percorreu as terras do Rio de Janeiro, da Bahia e de Pernambuco. Mais tarde, fez-se industrial. Em 1881, conseguiu licença para instalar um engenho central de açúcar e álcool em S. João de Capivari (SP), e organizou uma companhia com sede em Londres. Em 1890, contribuiu para a organização da Companhia Agrícola Brasileira e, por duas vezes, geriu o consulado geral da Suíça. Em 16 de outubro de 1885, foi eleito sócio correspondente do IHGB. Foi primeiro-secretário de 1891 até seu falecimento. Disponível em: <<http://ihgb.org.br/perfil/userprofile/henrirfd.html>>. Acesso em: 17 out. 2017.

quadro social daquele ambiente intelectual tão almejado pela maioria dos intelectuais da época.

Illms. Senhores. Em uma das nossas ultimas sessões unanimemente pronunciaram-se as esferas cândidas pela admissão do Dr. Felisbello Freire como nosso illustre collega correspondente, recommendado pelos seos escriptos; eil-o presente! Abraçai-o pois como novo auxiliar digno de nossas lutas sinão de nossos triunfos¹²⁸.

Ofertada a palavra ao mais novo integrante membro do Instituto Histórico, o itaporanguense “agradece a honra, que lhe foi concedida com o diploma de sócio correspondente do Instituto e agradece tanto mais quanto julga-se destituído de credenciais”. Na oportunidade, o historiador entregou um artigo sobre a história de Sergipe, intitulado “Sergipe, capitania: juramento da constituição e aclamação da independência; intervenção da Bahia”, cumprido à risca o exigido pelo estatuto da agremiação.

Em seguida, de acordo com as normas estatutárias, o sócio Tristão de Alencar Araripe¹²⁹, tesoureiro do grêmio e amigo de Felisbello Freire, foi designado, não por acaso, pelo presidente, na ausência do orador, visconde de Taunay¹³⁰, a saudar o novo sócio.

¹²⁸ Ata da Sessão Extraordinária em 19 de dezembro de 1890. **RIHGB**. Tomo 53, 1890. p. 548-549.

¹²⁹ Nasceu em Icó (CE) no dia 7 de outubro de 1821, filho do coronel Tristão Gonçalves de Alencar Araripe, revolucionário da Confederação do Equador (1824), e de Ana Tristão de Araripe. Aos 22 anos de idade, ingressou na Faculdade de Direito de Olinda, mas acabou seu bacharelado na Faculdade de Direito de São Paulo, em 4 de novembro de 1845. De posse da formação jurídica, desempenhou diversos cargos públicos, tornando-se em 1847, juiz municipal e de órfãos da comarca de Fortaleza e transferindo-se em 1854 para o Pará, onde foi juiz de direito em Bragança. Entre os anos de 1869 e 1889, em várias legislaturas, representou como deputado geral sua província natal. No mesmo período, foi desembargador na Bahia, no Rio de Janeiro e em São Paulo (1870-1873), e presidente das províncias do Rio Grande do Sul (1876) e do Pará (1885-1886). Foi nomeado para o Supremo Tribunal de Justiça em 1886, e com o advento da República e a instalação do Supremo Tribunal Federal, em 28 de fevereiro de 1891, foi nomeado ministro dessa corte, onde permaneceria até sua aposentadoria em 1894. No mesmo ano de 1891, o presidente Deodoro da Fonseca o nomeou ministro dos Negócios da Fazenda, substituindo Rui Barbosa. Disponível em: <file:///C:/Users/ANPUH/Desktop/ARARIPE,%20Alencar.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2018.

¹³⁰ Nasceu no Rio de Janeiro, em 22 de fevereiro de 1843, e faleceu também no Rio de Janeiro, em 25 de janeiro de 1899. Foi engenheiro militar, professor, político, historiador, romancista, teatrólogo, biógrafo, etnólogo e memorialista. Era filho de Félix Emílio Taunay, Barão de Taunay, e de Gabriela de Robert d'Escagnolle. Seu avô era o famoso pintor Nicolau Antônio Taunay. Criado em ambiente culto, impregnado de arte e literatura, desenvolveu bem cedo a paixão literária e o gosto pela música e o desenho. Estudou humanidades no Colégio Pedro II, onde se bacharelou em letras em 1858. No ano seguinte, ingressou no curso de Ciências Físicas e Matemáticas da Escola Militar. Alferes-aluno em 1862, bacharel em Matemáticas em 1863, foi promovido a segundo-tenente de artilharia em 1864. Em 1869, o Conde d'Eu, comandante-em-chefe das forças brasileiras em operação no Paraguai, convidou o primeiro-tenente Taunay para secretário do seu Estado-Maior, sendo encarregado de redigir o *Diário do Exército*, cujo conteúdo foi, em 1870, reproduzido no livro do mesmo nome. Terminada a guerra, foi promovido a capitão e terminou o curso de Engenharia, passando a professor de Geologia e Mineralogia da Escola Militar. Em 1871, publicou o primeiro romance, *Mocidade de Trajano*, com o pseudônimo de Sílvio Dinarte, que usaria na maior parte das suas obras de ficção, e, em francês, *A retirada da Laguna*, sobre o desastroso e heroico episódio de que participou. Por indicação do Visconde do Rio Branco, candidatou-se a deputado geral pelo Estado de Goiás, que o elegeu para a Câmara dos Deputados em 1872, mandato que foi renovado em 1875. Em 1878, caindo o Partido Conservador, em cujas fileiras militava, partiu para a Europa, em longa viagem de estudos. De volta ao Brasil em 1880, encetou uma fase de intensa atividade em prol de medidas como o casamento civil, a imigração, a libertação gradual dos escravos, a naturalização

Sr. Dr. Felisbello Firmo d'Oliveira Freire. Esta associação literária vos saúda, e congratula-se pela vossa presença n'este recinto, onde vos acolhermos com prazer, e na firma convicção de que fazemos aquisição de novo confrade laborioso e util.

Em nosso gremio não entraes sem títulos valiozos e abonadores do vosso amor às letras e préstimo para os trabalhos historicos, a que nos consagramos. Não penetraes aqui desconhecido, pois os trabalhos, com que conseguistes a vossa admissão, e que já apreciamos ao dar-vos os nossos votos, bem manifestam a vossa aptidão e a sizudeza, com que nos procuraes. Agora mesmo que aqui chegaes, já nos trazeis mimo interessante no opusculo, que nos offereceis, como novo produto de vossas locubrações.

Vinde, novo consorcio, e estamos certos, que desempenhareis aqui o vosso compromisso literario com a mesma honorabilidade e zelo, com que acabaes de desempenhar o cargo de governador do estado de Sergipe vossa terra natal, onde tiveste a fortuna de inaugurar o governo democratico, conseguindo o louvor dos vossos concidadãos pelo zelo empregado em bem da cauza publica. Sede bem vindo, pois vos recebemos com fraternal affecto¹³¹.

O discurso proferido pelo republicano salientou a importância do novo membro enquanto estudioso e pesquisador de grande valor e observou que o historiador e seus escritos já eram reconhecidos pelos confrades antes mesmo de ele pertencer à instituição. Na ocasião, reivindicou-se ao novo sócio que tivesse o mesmo compromisso literário que tinha para com a causa pública.

Pertencer àquele sodalício, segundo Francisco José Alves, foi o momento em que ocorreu “o nascimento de Felisbello Freire enquanto historiador”¹³².

Integrando-se efetivamente ao quadro e ao cotidiano da entidade, o sergipano angariou, inicialmente, respeito entre os pares, uma vez que nele enxergavam um erudito, um grande conhecedor de “documentos esquecidos”, espalhados pelos acervos de províncias/estados do Brasil.

A participação de Felisbello Freire, inicialmente como sócio correspondente, foi essencial em momentos decisivos para a manutenção e o funcionamento da instituição, como se pode observar em ata:

O Sr. secretario comunica, que graças aos bons esforços dos deputados Indio do Brazil e Dr. Felisbello Freire, sócios do Instituto, já se achava prompta afim de ser apresentada, uma emenda mantendo a consignação que o Instituto recebia. Passando-se á¹³³.

automática de estrangeiros. Foi no Senado um dos mais ardorosos partidários da Abolição. Em 6 de setembro de 1889, recebia o título de Visconde, com grandeza. Estava no início de uma alta preeminência nos negócios públicos quando a proclamação da República lhe cortou a carreira, dada a intransigente fidelidade com que permaneceu monarquista até a morte. Disponível em: <<http://www.academia.org.br/academicos/visconde-de-taunay/biografia>>. Acesso em: 20 jan. 2018.

¹³¹ Ata da Sessão Extraordinária em 19 de dezembro de 1890. **RIHGB**. Tomo 53, 1890. p. 549-550.

¹³² ALVES, 2010, p. 39.

¹³³ 18ª Sessão Ordinária em 6 de novembro de 1891. **RIHGB**. Tomo 54, parte 2, 1891. p. 279.

Hugo Hruby, ao citar o papel relevante de alguns sócios influentes no novo regime político instituído no país, no auxílio da verba de subvenção destinada ao IHGB, destacou o nome do sergipano.

Como já era de conhecimento, o governo provisório prometera cortar pela metade o valor destinado ao Instituto. Felisbello Freire, assim como outros políticos e sócios da agremiação, subiram até a bancada parlamentar para defender a manutenção da verba e, com isso, o funcionamento do sodalício¹³⁴.

Enquanto Ministro da Fazenda do governo de Floriano Peixoto, marcado por conflitos e agitações, continuou, como já era de praxe a todos que ocupavam a pasta, a aprovar junto à Imprensa Nacional a reimpressão dos números escassos da Revista do IHGB. O pedido de solicitação foi realizado pelo amigo e sócio Tristão Alencar Araripe e aceito de imediato¹³⁵.

Mas não tardara para as vinculações e posturas políticas de Felisbello Freire, que era um republicano visceral, criarem uma fenda entre a boa acolhida inicial e os conflitos com a poderosa ala monarquista do IHGB.

Felisbello Freire, à frente do Ministério da Fazenda no governo do *marechal de ferro*, agiu como um republicano ríspido e opressor, reforçando a antipatia da ala monarquista do IHGB. Pode-se citar o episódio em que Felisbello Freire encaminhou ao também sócio do IHGB e presidente do Tribunal de Contas da União, Manoel Francisco Correia¹³⁶, um ofício reservado, solicitando-lhe informações daqueles funcionários contrários aos interesses das atuais instituições políticas instauradas no país. Diante do estado de sítio, as perseguições ocorriam de diversas formas, inclusive nas repartições públicas¹³⁷.

O então 3º vice-presidente do IHGB, Manoel Francisco Correia, dirigiu-se à instituição para depositar o documento, em envelope lacrado, na arca do sigilo, que “era uma espécie de cofre-forte, idealizado por Francisco Freire Alemão, em 1847, destinada a guardar [...] notícias históricas que alguém queira enviar, lacradas em cartas, que só serão abertas no tempo que o autor determinar”¹³⁸.

O documento foi aberto e lido após o pedido de exoneração de Manoel Correia do cargo de Presidente do Tribunal de Contas, por se recusar a delatar seus colegas de trabalho e por temer a sorte dos demais sócios do IHGB, os quais eram, naquele momento, alvo das

¹³⁴ HRUBY, 2007, p. 41.

¹³⁵ HRUBY, 2007, p. 41.

¹³⁶ Esse que teria sido ex-senador do Império, indicado ao cargo pelo sr. Serzedelo Correia.

¹³⁷ HRUBY, 2007, p. 52.

¹³⁸ GUIMARÃES, Lucia Maria Paschoal. **Da Escola Palatina ao Silogeu: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1870-1930)**. Rio de Janeiro: Museu da República, 2006.

perseguições do novo sistema político, pois o Instituto representava o regime deposto. Como salientou Hugo Hruby:

O governo de Floriano Peixoto foi marcado por longos e sérios conflitos. A sua permanência na Presidência da República era questionada com vigor, inclusive por membros do Instituto. [...] Dessa maneira, alguns sócios começavam a se misturar às tumultuadas disputas que estavam ocorrendo “lá fora”. Perseguições, prisões, estados de sítio, manifestações populares, empastelamento de jornais, revoltas armadas, fuzilamentos e degolas manchavam a República tão festejada quando de sua implantação¹³⁹.

Na sessão ordinária realizada no dia 30 de setembro de 1894, “apesar de um parecer contrário à sua divulgação, o ofício de Felisbello Freire seria publicado na Revista em 1896”¹⁴⁰, sob o título *Importante documento*.

Entregou-se a sorte dos funcionários públicos á boa ou má vontade dos chefes, em cujas atribuições se acrescentou a de inquirirem das opiniões políticas de seus subalternos. A demissão do empregado, por mais zelo que fosse, dependia de declarar o chefe que elle professava opiniões políticas contrarias ás instituições¹⁴¹.

Após esse evento, Felisbello Freire retornaria a frequentar o Instituto no ano de 1900, já como sócio efetivo¹⁴², pois cumpria o que regia o estatuto do sodalício de residir há mais de dez anos na capital da República, frequentar pelo menos uma vez por o ano as sessões do IHGB e participar como membro de alguma das comissões.

Cumprindo com rigor as normas estatutárias, Felisbello Freire foi membro das Comissões de Revisão de Manuscritos, Fundos e Orçamentos e da Comissão Subsidiária de Geografia, como também foi orador *ad-hoc* na posse de Souza Pitanga a sócio efetivo.

A presença do confrade sergipano naquele espaço intelectual, após o episódio ocorrido na sua gestão enquanto ministro, interferiu na relação com alguns sócios da ala monarquista, o que não era por acaso, como observou em seu relatório o presidente Aquino e Castro, ao descrever a frequência assídua do sócio aos arquivos e à biblioteca do Instituto, com o objetivo de pesquisar e recolher material para a escrita do seu livro *História da Cidade do Rio de Janeiro*, que estava sendo preparado.

O notável engajamento nos arquivos da instituição estava associado ao projeto para a produção do livro acima citado, o qual nasceu a partir do concurso promovido pela prefeitura

¹³⁹ HRUBY, 2007, p. 42.

¹⁴⁰ GUIMARÃES, 2006, p. 26

¹⁴¹ IHGB. Importante documento. Subsídio para a história da administração pública. **RIHGB**. Tomo 59, parte 2, 1896. p. 209.

¹⁴² Ver Lista de sócios nacionais efetivos na Ata do IHGB. **RIHGB**. Tomo 66, parte 2, 1899. p. 484.

do Rio de Janeiro, no ano de 1896, na gestão de Francisco Farquim Werneck de Almeida. Este, ansiando legar uma contribuição à memória e à história do Distrito Federal, publicou, no Diário Oficial, o Decreto nº 231, de 19 de março de 1896, que comunicava um prêmio em espécie a qualquer pessoa interessada em escrever a história completa do Distrito Federal.

O concurso despertou o interesse do pesquisador Felisbelo Freire, pois ele, afastado da vida política, durante os anos de 1896 a 1901, debruçou-se sobre os arquivos do Instituto Histórico, da Biblioteca Nacional, do Arquivo Municipal e demais arquivos, com o intuito de produzir o que pretendia que fosse a obra de maior relevância sobre a história da cidade do Rio de Janeiro.

Felisbelo Freire fez uso de diversos documentos inéditos no trabalho escrito entre fins do século XIX e princípios do século XX, abordando desde a chegada e a conquista, a fundação e a organização administrativa, como também os costumes, os hábitos, as tradições, a arte, a cultura, a educação e a política externa e interna dos governantes, seus atos, suas finanças e seus movimentos econômicos.

O escritor foi um intelectual de estilo historiográfico peculiar, em se tratando da historiografia sobre o Rio de Janeiro, uma vez que fez uso da “periodização através de marcos políticos ou administrativos, do predomínio da narração, a frequência da *parataxe* como recurso expositivo, a transcrição das fontes”, como salientou o pesquisador Francisco José Alves¹⁴³. Diferente das produções já realizadas por outros escritores sobre a cidade do Rio, baseadas em sua maioria em crônicas, estão as de Joaquim Manoel de Macedo, *Um passeio pela cidade do Rio* (1862), de Baltasar da Silva Lisboa, *Annaes do Rio de Janeiro* (1834), de José de Souza Azevedo Pizarro Araújo, *Memórias Históricas do Rio de Janeiro* (1820) e a obra de Manuel Duarte Moreira de Azevedo, *O Rio de Janeiro, sua história, monumentos, homens notáveis, usos e curiosidades* (1877), todas publicadas antes da *História da Cidade do Rio de Janeiro*, mas que não serviram de fontes à obra de Felisbelo Freire, pois, segundo o próprio autor, não se basearam em documentos oficiais e algumas se restringiram a temas religiosos, como a obra de Pizarro Araújo.

A pesquisadora sergipana Maria Thetis Nunes, ao descrever Felisbelo Freire, o definiu como historiador a partir do seu legado historiográfico e da relevante obra pioneira *História de Sergipe*, de 1891. Thetis Nunes o elogia ao citá-lo como “um autêntico intelectual do seu tempo”, um “político de ideias avançadas”¹⁴⁴.

¹⁴³ ALVES, 2010, p. 37.

¹⁴⁴ NUNES, Maria Thetis. Prefacio. In: FREIRE, Felisbelo. **História territorial de Sergipe**. Aracaju: Sociedade Editorial de Sergipe, 1995. p. 93.

Outros autores debruçaram-se a descrever o médico sergipano como um homem multifacetado, um intelectual sério, comprometido e bastante dedicado aos seus projetos historiográficos acerca dos estudos territoriais, como citou Jackson da Silva Lima:

O que nos impressiona é o elevado nível cultural revelado por Felisbello Freire, ao tratar, em primeira mão, de assuntos científicos relacionados com as etnias sergipanas, sem bibliografia específica, valendo-se das coordenadas gerais estabelecidas por Couto de Magalhães, Orbiny, Buckle, Malthus, Spencer, Broca e, principalmente, Sílvio Romero, cuja presença e contribuição, em termos nacionais, são marcantes¹⁴⁵.

O comprometimento de Felisbello Freire foi demonstrado através de sua dedicação à pesquisa e aos estudos históricos, “utilizando em suas conclusões instrumentos que lhe iam sendo oferecidos pelas ciências físico-biológicas”¹⁴⁶.

Augusto Victorino Alves Sacramento, contemporâneo de Felisbello Freire, ao escrever seu *Dicionário Bio-bibliográfico Brasileiro*, fez, nas páginas dedicadas ao historiador sergipano, uma síntese sobre a filiação e a formação educacional e profissional daquele historiador, enumerando alguns dos principais trabalhos da figura proeminente de Felisbello Freire. Além disso, o intelectual foi também descrito no dicionário bibliográfico de Armindo Guaraná¹⁴⁷.

Bonifácio Fortes descreveu Felisbello Freire nas suas múltiplas tarefas, salientando sua importância enquanto um homem público, dedicado à sua carreira profissional de médico e aos ideais republicanos, e que esteve presente no ato da proclamação da República, na cidade do Rio de Janeiro. Como escritor, Fortes o descreve como um “corajoso auto-didata”, que como um minerador adentrava os arquivos em busca de fontes inexploradas para suas pesquisas, esse era um dos diferenciais para com os demais pesquisadores da época¹⁴⁸.

Seja como for, o “sergipano-carioca”, como definiu Paulo Kanuss, apareceria raras vezes nas páginas da Revista do IHGB, bem como em citações realizadas por Vieira Fazenda ao escrever suas *Antiquilhas e Memórias do Rio de Janeiro*. Vieira Fazenda fez algumas vezes referência ao trabalho *História da Cidade do Rio de Janeiro*, de Felisbello Freire, quando escreveu sobre a cidade do Rio.

Também foi lembrado pelo sócio professor Mário Barata, na palestra intitulada *Quatro Historiadores no Início da República*, no ano de 1966, em comemoração ao

¹⁴⁵ LIMA, Jackson da Silva. Felisbello Freire: um desbravador pioneiro. In: _____. **Os estudos antropológicos, etnográficos e folclóricos em Sergipe**. Aracaju: Governo do Estado de Sergipe, 1984. p. 17-18.

¹⁴⁶ NUNES, 1995, p. 9-12.

¹⁴⁷ GUARANÁ, 1925, p. 156.

¹⁴⁸ FORTES, 1958, p. 39.

centenário de nascimento do itaporanguense. O autor citou a preocupação de Felisbello Freire com a história regional e a preocupação com a vida da imprensa em seus aspectos históricos¹⁴⁹.

Felisbello Freire morreu na Capital Federal, em 07 de maio de 1916, encontrando-se há tempos isolado do convívio social. Os familiares e amigos que provaram de sua intimidade sabiam que, há anos, um desgosto vinha consumindo Felisbello Freire. Desde 1902, quando rompera com uma das mais influentes instituições culturais do país, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, o inquieto historiador viveu banido do meio intelectual carioca, ignorado por seus antigos pares, tendo visto sua obra caminhar para o esquecimento.

Segundo o jornal *Estado de Sergipe*, o sepultamento de Felisbello Freire foi acompanhado por um cortejo de carros saindo da Rua São Francisco Xavier, na Tijuca, o que assinalava o fim da sobressaltada vida do proprietário daquele sobrado, um deputado sergipano de 58 anos que se estabelecera definitivamente no Rio em 1890. Conduziam-no representantes de todas as classes sociais, políticas e comissões de Senado e da Câmara.

Outro jornal sergipano que descreveu o mérito daquele intelectual oitocentista foi o *Diário da Manhã* quando expôs em suas páginas que era Felisbello Freire “do grupo selecto que dava tanto relevo a Sergipe intellectual, acaba de desaparecer mais uma figura, que merece um pouco de atenção pelos trabalhos que levou a effeito em mais de um departamento da actividade humana”¹⁵⁰.

O Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, em sessão solene, estando presente a figura ilustre do então governador, o general Oliveira Valladão, apresentou homenagem ao filho da terra e sócio honorário, na fala do orador Joaquim do Prado Sampaio Leite, o qual salientou a importante luta de Felisbello Freire junto à causa da abolição e da República. Ao final, foi sugerido pelo sócio Octaviano Oliveira que o Instituto consagrasse o retrato do sócio no salão de honra do sodalício, sugestão aprovada de imediato pelos presentes¹⁵¹.

Já o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro silenciou, no ano de 1916, sobre a morte do seu sócio efetivo, como se percebe na ausência das atas do IHGB. O motivo pode ser justificado pelo episódio que afastou Felisbello Freire da agremiação e pela forte influência de Max Fliuuss, seu opositor político, primeiro secretário perpétuo nesse período.

Após anos de sua morte, esse intelectual ainda não tinha tido um estudo em torno de sua biografia. Recentemente, o historiador Samuel Albuquerque publicou o que há de mais

¹⁴⁹ *Revista do IHGB*, 1966, p. 216.

¹⁵⁰ Felisbello Freire. *Diário da Manhã*, Aracaju, 17 de maio de 1916. p. 1.

¹⁵¹ Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe. *Estado de Sergipe*, Aracaju, 9 de junho de 1916. p. 2.

original sobre a biografia do autor itaporanguense, em uma série de artigos publicados no *Jornal da Cidade* (SE).

Alguns poucos biógrafos referenciaram a vida profissional de Felisbello Freire, mas o convívio familiar desse intelectual parece de difícil acesso, tendo em vista a rara documentação e o distanciamento da sua terra natal. Sobre suas obras, o estudo do pesquisador Francisco José Alves é um importante ponto de referência para quem se interessar em adentrar os conceitos teóricos daquele intelectual oitocentista. Outro estudo relevante sobre a trajetória de Felisbello Freire é o livro de José Bonifácio Fortes, no qual o autor expõe um sumário da vida do intelectual oitocentista.

CAPÍTULO III

OS PARES DO IHGB

O objetivo deste capítulo é identificar, através do conceito de *campo*, de Pierre Bourdieu, o mundo social dos intelectuais no momento da avaliação da obra *História da Cidade do Rio de Janeiro*, de Felisbello Freire, e os posicionamentos sociais e políticos que ecoavam à época, ressaltando-se que

Tentar compreender uma vida como uma série única e por si suficiente de acontecimentos sucessivos, sem outro vínculo que não a associação a um “sujeito” cuja constância certamente não é senão aquela de um nome próprio, é quase tão absurdo quanto tentar explicar a razão de um trajeto no metrô sem levar em conta a estrutura da rede, isto é, a matriz das relações objetivas entre as diferentes estações¹⁵².

A partir do entendimento apresentado pelo sociólogo francês, apresentarei um breve aspecto da trajetória dos sócios que participaram da emissão dos pareceres sobre a obra supracitada, através do estudo de suas trajetórias de vida, com o objetivo de analisar as dinâmicas internas e a rede de sociabilidade estabelecida no sodalício, bem como as características comuns e divergentes daqueles que influenciaram nas recepções ao livro de Felisbello Freire, observando que

[...] não podemos compreender uma trajetória [...] sem que tenhamos previamente construído os estados sucessivos do campo no qual ela se desenrolou e, logo, o conjunto das relações objetivas que uniram o agente considerado – pelo menos em certo número de estados pertinentes – ao conjunto dos outros agentes envolvidos no mesmo campo e confrontados com o mesmo espaço dos possíveis¹⁵³.

É importante observar que os sócios constituem o objeto principal e mais representativo da história da instituição, e suas ações refletidas no IHGB permitem compreender o pensamento intelectual daqueles membros durante a avaliação da obra do historiador sergipano.

Para a construção deste estudo, estabeleci o que Bourdieu definiu como *conjunto de propriedades*, entre elas nacionalidade, sexo, idade, data de morte, atividade do sócio dentro da instituição, ano que ingressou no sodalício, formações profissionais, funções exercidas fora do IHGB, produção intelectual e vínculos com outras entidades culturais.

¹⁵² BOURDIEU, 1998, p. 189.

¹⁵³ BOURDIEU, 1998, p. 190.

Tudo isso na tentativa de responder às características comuns dos sócios Tristão de Alencar Araripe, Antônio Joaquim de Macedo Soares, Amaro Cavalcanti Soares Brito, Henrique Raffard e Max Fleiuss, envolvidos diretamente na polêmica em torno do trabalho do historiador Felisbello Freire.

Nesse sentido, tentarei construir um dossiê de perfis biográficos dos membros investigados, apesar da limitação de alguns dados essenciais. Alguns desses membros tiveram papéis relevantes durante momentos cruciais na trajetória do Instituto. Outros apenas cumpriram seus papéis enquanto sócios, determinantes pelas normas estatutárias do grêmio.

O procedimento metodológico aqui exposto pode ser realizado com algum prejuízo de análise, pois, mesmo por se tratar de um grupo pequeno e com traços comuns, as dificuldades nas fontes sobre alguns deles impedem de tratar com homogeneidade. Essa falta de fontes para uns e abundante para outros leva a crer que essa disponibilidade de dados reflete uma hierarquia de importância desses intelectuais dentro do Instituto, como também nos estudos posteriores sobre esses intelectuais.

As fontes utilizadas para a construção deste capítulo foram, principalmente, as atas publicadas no periódico da instituição, os discursos de posse, os artigos de sócios sobre os intelectuais, os artigos dos próprios intelectuais e o *Diccionario Bibliographico Brasileiro (1883-1902)*, de Augusto Victorino Alves Sacramento Blake.

O IHGB desde a sua fundação já indicava o perfil do seu quadro social, e, ao longo dos anos, poucas modificações ocorreriam mesmo diante do novo sistema político instituído. Tratava-se de figuras pertencentes à elite intelectual e ligadas também à elite política do país, influenciadas fortemente pela cultura europeia.

Porém, na segunda metade do século XIX, mudanças significativas seriam sentidas no quadro de sócios da agremiação, e novos aspirantes vindos das regiões Norte e Nordeste tornavam-se membros do IHGB, inclusive a presença desses nortistas deve-se às mudanças acerca dos debates em torno das questões regionais e territoriais, as quais começavam a surgir com mais intensidade nas páginas da Revista do Instituto.

Dos cinco membros que emitiram os pareceres acerca da obra de Felisbello Freire, observa-se que, dos três membros da Comissão Especial¹⁵⁴, dois pertenciam às províncias do Rio Grande do Norte e do Ceará e um pertencia à capital do país naquele momento; por sua vez, os membros contrários ao parecer da Comissão Especial pertenciam ambos à província do Rio de Janeiro.

¹⁵⁴ A Comissão Especial foi indicada pelo presidente Aquino e Castro para emitir o parecer acerca da obra *História da Cidade do Rio de Janeiro*, de Felisbello Freire.

No quesito origem social, percebe-se que suas famílias eram diferentes no tocante às condições econômicas. Dos três sócios da Comissão Especial, dois pertenciam à aristocracia rural, a saber: Tristão de Alencar Araripe, filho do coronel e revolucionário da Confederação do Equador; e Antônio Joaquim de Macedo Soares, filho de Joaquim Mariano de Azevedo Soares e Maria de Macedo Soares, pertencia à família de fazendeiros na região de Maricá, no interior do Rio de Janeiro, e o sócio Amaro Cavalcanti Soares Brito, homônimo de seu pai e filho de Ana Cavalcanti Barros, nasceu em uma família humilde constituída por um professor primário.

Os dois sócios responsáveis pelo parecer contrário à obra de Felisbello Freire pertenciam às famílias privilegiadas da elite cultural da época: Henrique Raffard era filho do cônsul-geral da Suíça Eugênio Emílio Raffard; e Max Fleiuss era filho do famoso pintor e caricaturista Henrique Fleiuss, protegido de D. Pedro II.

No tocante à idade com que ingressaram no Instituto, é interessante observar que os mais jovens tinham ideias consideradas conservadoras para o período, e os mais velhos, ideais mais avançadas para a época. Tristão Alencar Araripe ingressou no IHGB no ano de 1870, com 49 de idade; Antônio Joaquim de Macedo Soares, com mais de 50 anos, no ano de 1890, e Amaro Cavalcanti, que dos três foi o último a adentrar o quadro social da instituição, em 1897, com 48 anos de idade. Henrique Raffard ingressou no ano de 1885, e Max Fleiuss, no ano de 1900, ambos com aproximadamente 30 anos de idade. Esses números mostram alguns aspectos que devem ser levados em consideração, por exemplo, o fato de Raffard e Fleiuss entrarem ainda jovens à época no IHGB pode estar relacionado ao privilégio da localidade onde residiam, pois o Rio era o centro político e cultural da época, sendo a Capital Federal, e, também, por pertencerem a famílias importantes e próximas do imperador, patrono da instituição.

As funções de natureza administrativa realizadas no âmbito do sodalício ficavam em torno da mesa diretora, composta por oito membros, e das comissões permanentes. Ao exercerem funções administrativas na mesa diretora do grêmio, isso não significava ser essa a formação profissional daquele membro, mas representava o esforço dele em prestar sua colaboração para o funcionamento e a manutenção do Instituto.

No que se refere à função exercida no IHGB, sabe-se que, dos cinco sócios, três participaram da mesa diretora. O sócio Tristão Alencar Araripe, por exemplo, esteve à frente da mesa diretora por longos anos, ocupando a função de tesoureiro em momento incerto da continuidade do Instituto, quando da transição da Monarquia para a República, mas o sócio desempenhou bem o papel de tesoureiro e por diversas vezes recebeu elogios dos pares.

Porém, a profissão de formação daquele membro era o magistrado, assim como muitos dos seus colegas abastados da época seguiam a carreira de advogado ou a carreira de médico. Tristão de Alencar permaneceu como tesoureiro por aproximadamente dez anos entre o período de 1886 a 1897.

Os sócios Henrique Raffard e Max Fleiuss também exerceram forte influência na associação, ambos foram secretários, respectivamente de 1891 a 1906 e de 1906 a 1943, sendo que o longo período de Max Fleiuss à frente da instituição o tornou secretário perpétuo. Vale ressaltar que Raffard era primeiro secretário e também contemporâneo de Max Fleiuss.

Tais atividades exercidas pela mesa diretora correspondiam à atuação e à competência dos membros, e a sua permanência por longo período estava associada à dedicação, à capacidade e ao empenho.

A escolha para exercer funções dentro do grêmio não estava associada às suas atividades profissionais. Essas atividades exercidas no Instituto estavam vinculadas às escolhas dos próprios sócios ou por indicação, quando da composição para mesa diretora.

As funções exercidas pelos sócios não mudaram ao longo dos anos na instituição. Tristão Alencar foi tesoureiro por onze anos, Henri Raffard assumiu o cargo de 1º secretário no ano de 1891 e permaneceu até o ano de 1906 até sua morte. Max Fleiuss ingressou na instituição como sócio efetivo e, de imediato, assumiu a função de 2º secretário, mas, quando do afastamento de Raffard, assumiu o cargo de 1º secretário, permanecendo nele até o ano de 1943.

O bom desempenho das funções exercidas no quadro social do IHGB era recompensado não somente através da permanência na mesa diretora, mas também na influência praticada para indicar novos aspirantes ao quadro social, publicar nas páginas da Revista do IHGB e compor o pleito para a nova diretoria.

No tocante às funções profissionais que exerceram fora do IHGB, todos os pareceristas eram envolvidos em cargos públicos influentes, como o caso do sócio Raffard, que geriu por duas vezes o consulado da Suíça, mesmo em desacordo com sua formação profissional, de comerciante.

Outro sócio que também não seguiu sua carreira profissional foi Max Fleiuss, que, mesmo formado em Direito pela Faculdade do Rio de Janeiro, dedicou-se às funções administrativas. Iniciou como secretário na Faculdade em que estudou por 16 anos e logo ocupou outros cargos de chefia e secretariado bastante influentes. Podem ser observadas como características profissionais a iniciativa e a liderança à frente de importantes instituições,

como o IHGB, e, como secretário particular do ministro do Estrangeiro e comissionado oficial para pesquisa nos Estados Unidos, Max Fleiuss cultivou vários amigos e aliados.

Os sócios, membros da Comissão Especial, além de ocuparem cargos públicos, também atuaram na política brasileira. Tristão de Alencar Araripe era formado em Direito. Exerceu por diversas vezes a magistratura, sendo juiz de várias províncias brasileiras, assumiu o cargo de desembargador para em seguida tornar-se Ministro do Supremo Tribunal da Justiça e Ministro da Fazenda, na gestão de Deodoro da Fonseca. Foi, ainda, deputado por três legislaturas pela província do Ceará.

Macedo Soares também seguiu carreira de advogado e assumiu cargos públicos de confiança, como Ministro do Supremo Tribunal Federal.

Amaro Cavalcanti, de origem mais humilde, iniciou suas atividades ainda muito moço, como caixeiro-viajante; após se formar como professor, prestou concurso para a vaga de latim, no Liceu do Ceará¹⁵⁵, e, aprovado, continuou a estudar e prestar outros concursos. Após lecionar durante anos no ensino primário, conseguiu aprovação no Colégio Pedro II, na cidade do Rio de Janeiro, onde as portas se abriram para cargos relevantes, como o de inspetor-geral da Instrução Pública e diretor daquele Colégio.

É importante observar que todos os membros do Instituto citados neste capítulo viveram um período incerto na política brasileira, com a queda da Monarquia e o advento da República. Esses indivíduos, diga-se de passagem, demonstraram-se bastante cautelosos para sobreviver com desenvoltura às severas mudanças políticas do país, buscando desviar das perseguições políticas impostas à época e permanecer fiéis aos seus ideais.

Os membros da Comissão Especial eram todos defensores do abolicionismo e simpatizantes da ideia republicana, e suas posturas políticas podem ser percebidas logo após a queda do Império. Os membros da comissão assumiram importantes cargos e prestaram grandes auxílios para a consolidação da República. Diferentemente da atitude adotada pelos sócios Henrique Raffard e Max Fleiuss, que, com o advento republicano, confirmavam-se simpatizantes e defensores da Monarquia.

A participação desses sócios no quadro da instituição releva o interesse de cada um deles pela memória e construção da identidade nacional do povo brasileiro, através da pesquisa histórica e da memória a partir dos diversos registros publicados nas páginas da Revista do IHGB e em outras publicações.

¹⁵⁵ Ver livro de: BARROSO, Gustavo. **Memórias**: Liceu do Ceará. Rio de Janeiro: Editora Getúlio Costa, 1940.

A dedicação e o comprometimento desses sócios com a própria instituição, através dos esforços ao assumirem cargos importantes na agremiação com funções que fugiam muitas vezes às suas profissões de origens, demonstravam as influências políticas da instituição e a superação das querelas partidárias de “fora”, demonstrando ainda carinho, zelo e respeito ao sodalício.

É preciso ressaltar os vínculos institucionais desses membros, além da sua participação no Instituto Histórico, para que se entendam as influências e o grau de formação intelectual deles.

Todos eles participaram de associações e instituições relevantes à época, fossem essas ligadas às suas carreias profissionais, como foi o caso do sócio Amaro Cavalcanti, professor honorário da Faculdade de Filosofia e Letras do Rio de Janeiro, ou no caso do sócio Tristão de Alencar Araripe, que pertenceu a instituições, como a Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro, fundada no ano de 1883.

O sócio Henrique Raffard pertenceu à Sociedade de Geógrafos de Lisboa, à Academia de História da Argentina e ao Ateneu de Lima. Pode-se notar que sua participação nas instituições estrangeiras pode estar associada ao cargo que exerceu à frente do consulado suíço. Max Fleiuss foi outro que assumiu cadeiras em importantes associações pela forte influência, capacidade e agilidade que exercia nas funções incumbidas a ele. Foi membro de diversas instituições estrangeiras, como as Academias de História de Portugal, Cuba, Munique, Madri e Argentina, e foi também membro da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro e de todos os Institutos Históricos estaduais do Brasil.

O sócio Macedo Soares parece que foi o mais contido na sua proximidade intelectual com outras instituições congêneres, tendo pertencido ao Instituto Genealógico da Bahia.

No tocante às produções intelectuais, nota-se que, desses cinco sócios, dois possuem uma vasta produção histórica. Tristão de Alencar Araripe, que foi um dos maiores auxiliares na escrita de artigos para a Revista do IHGB durante o século XIX, e Max Fleiuss¹⁵⁶, que escreveu diversos estudos sobre a História do Brasil. Os demais também tiveram consideráveis contribuições, como Henrique Raffard, que escreveu sobre a história do país, demonstrando a preocupação financeira que se vivia à época¹⁵⁷. Macedo Soares dedicou-

¹⁵⁶ *O Brasil e seu descobrimento* (1945); *A Caricatura no Brasil* (1919); *Centenários do Brasil* (1901), *D. Pedro II: seu nascimento, seus irmãos* (1925); *D. Pedro II e as letras pátrias* (1925); *O imperador julgado pelos intelectuais* (1925), entre outros. Ver Índice das Revistas do IHGB.

¹⁵⁷ “Crise do açúcar” e “Açúcar no Brasil” (artigos publicados na *Revista de Engenharia* e transcritos no *Jornal do Commercio* (1888); “La Colonie Suisse de Nova Friburgo et la Societé Philantropique de Rio de Janeiro”, 1877; “A Indústria Sacarífera no Brasil”, 1882; “Jubileu de Petrópolis”, publicado na *Revista do IHGB*, do ano

se à literatura e à poesia¹⁵⁸. Amaro Cavalcanti, assim como os demais, dirigiu e publicou em diversos jornais e, como professor, escreveu sobre a educação brasileira, ressaltando o papel relevante da educação¹⁵⁹.

Desses cinco membros, é necessário explicitar a trajetória de vida de dois importantes sócios, Tristão de Alencar Araripe e Max Fleiuss. O critério de escolha desses dois intelectuais recai sobre a importância e o papel deles na instituição, enquanto campo social, exercendo funções relevantes em épocas diferentes e com posturas políticas distintas, logo esses personagens foram essenciais para a sobrevivência e a manutenção do grêmio.

Segundo o estudioso Carlos Benedito, não existe ninguém que não seja caracterizado pelo lugar em que está situado de maneira mais ou menos permanente, ficando caracterizado pelo território que assume, que ocupa no ambiente por meio de suas propriedades¹⁶⁰.

A partir desse entendimento de *espaço social*, tentarei descrever as relações de interesse dos sócios e as posições ocupadas no IHGB, como sistema de percepção e apreciação, através de sua rede de sociabilidade no âmbito interno e externo da agremiação.

A começar pelo sócio Tristão de Alencar Araripe, como já se expôs aqui, ele se tornou sócio tardiamente, mas nem por isso seu papel foi menos significativo na instituição. Vindo do Ceará para São Paulo, a fim de concluir seus estudos, terminou o curso de Direito na Faculdade de Direito de São Paulo, no ano de 1845, para, logo em seguida, ocupar um cargo no funcionalismo público e depois na política.

Membro de uma família importante do Ceará, os “Alencar”, Tristão era filho do revolucionário Tristão Gonçalves de Alencar Araripe e de Ana Alencar, sobrinho de Martiniano de Alencar¹⁶¹, primo do famoso romancista José de Alencar¹⁶² e neto de Barbara

de 1895. Site do IHGB. Disponível em: <<https://ihgb.org.br/perfil/userprofile/henrirfd.html>>. Acesso em: 12 fev. 2018.

¹⁵⁸ Batista Caetano (1942); *Um manuscrito guarani* (1880); *Notas ao Folclore brasileiro de Vale Cabral* (1942); *Subsídios para a história da província do Paraná* (1900). Ver Índice das Revistas do IHGB.

¹⁵⁹ Publicou, entre outros, os livros: *Educação Elementar nos Estados Unidos*, CE (1881); *Meio de Desenvolver a Instrução Primária nos Municípios Rurais*, RJ (1884); *O Meio Circulante Nacional*, RJ (1893); *A Situação Política ou a Intervenção do Governo Federal nos Estados da União*, RJ (1893); *Regime Federativo*, RJ (1900); *A Comissão Parlamentar do Código Civil Brasileiro*, RJ (1901); *A Vida Econômica e Financeira do Brasil*, RJ (1915); *A Sociedade das Nações*, RJ (1920). Site do IHGB. Disponível em: <<https://ihgb.org.br/perfil/userprofile/acavalcanti.html>>. Acesso em: 12 fev. 2018.

¹⁶⁰ MARTINS, Carlos Benedito. Notas sobre a noção de prática em Pierre Bourdieu. **Novos Estudos - CEBRAP**, n. 62, p.163-181, mar. 2002.

¹⁶¹ José Martiniano Pereira de Alencar nasceu na cidade do Crato, município do Ceará, no ano de 1794, e faleceu no Rio de Janeiro, em 1860. Foi padre, jornalista e político brasileiro, senador do Império, pai do escritor José de Alencar e do diplomata Leonel Martiniano de Alencar, barão de Alencar. Uma das personalidades principais do cenário político no período imperial, tendo sido protagonista do movimento revolucionário de 1817. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/a-camara/conheca/historia/presidentes/jose_alencar_pai.html>. Acesso em: 01 out. 2017.

¹⁶² José Martiniano de Alencar nasceu na cidadezinha de Messejana, no ano de 1829, e faleceu na cidade do Rio de Janeiro, em 1877. Filho primogênito do casal José Martiniano Alencar e sua prima D. Ana Josefina de

de Alencar¹⁶³. Faz-se necessário entender a conjuntura familiar desse sócio para que se compreenda a postura política que ele seguiria no decorrer de sua vida.

A família Alencar teve um papel significativo nas Revoltas de 1817 e 1824, ocorridas no Norte e Nordeste do país, por defender os ideais independentistas, republicanos e antilusitanos, sendo ela protagonista dos movimentos revolucionários.

Com a derrota da Revolução de 1817, alguns membros da família Alencar foram presos e liberados quatro anos depois. Eles não se acovardaram e, já no ano de 1824, estavam lutando na Confederação do Equador contra o absolutismo de D. Pedro I.

O pai de Tristão Alencar, Tristão Gonçalves, teve papel relevante nessa revolta, estando à frente da força expedicionária patriótica e saindo para combater, no Piauí e no Maranhão, os opositores da independência. Após essa vitória, Gonçalves retorna ao Ceará e rompe com o governo imperial por considerar a dissolução da Constituinte uma atitude antipatriota e autoritária¹⁶⁴.

Tristão Gonçalves, após proclamar adesão ao movimento separatista junto à província de Pernambuco, tornou-se o primeiro presidente republicano do Ceará. Mas, abafada a revolta pelas tropas imperiais, foi fuzilado no sítio de Santa Rosa, localizado no município de Jaguaratama, no Estado do Ceará, pelos monarquistas¹⁶⁵.

Após a morte prematura de seu pai e a tristeza que assolara sua mãe, Tristão de Alencar ainda muito jovem teve que conviver com o trauma familiar e com a convicção dos ideais defendidos até a morte pelos seus entes queridos.

Alencar. Formou-se em Direito, iniciando-se na atividade literária no Correio Mercantil e no Diário do Rio de Janeiro. Casou-se com Georgiana Augusta Cochrane (1846-1913), sendo pai do embaixador Augusto Cochrane de Alencar. Foi um escritor e político brasileiro, notável como escritor por ter sido o fundador do romance de temática nacional e por ser o patrono da cadeira fundada por Machado de Assis na Academia Brasileira de Letras. Na carreira política, foi notória a sua tenaz defesa da escravidão no Brasil quando ministro da Justiça do segundo reinado. Disponível em: <<http://histatual.blogspot.com.br/2009/10/senador-jose-martiniano-de-alencar.html>>. Acesso em: 01 out. 2017.

¹⁶³ Bárbara Pereira de Alencar nasceu em 1760 e faleceu em 1832. Foi uma comerciante e ativista política brasileira. Primeira presa política do Brasil, considerada uma heroína da Revolução Pernambucana e da Confederação do Equador. Pertencente ao patriarca da família Alencar, o português Leonel Alencar Rego, seu avô, adolescente, Bárbara se mudou para a então vila do Crato, no Ceará, casando-se com o comerciante português José Gonçalves dos Santos. No contexto da Revolução Pernambucana de 1817, foi presa e torturada numa das celas da Fortaleza de Nossa Senhora de Assunção. Morreu depois de várias peregrinações em fuga da perseguição política em 1832, na cidade piauiense de Fronteiras, mas foi sepultada em Campos Sales, no Ceará. Seu túmulo está em processo de tombamento. Disponível em: <<http://www.dec.ufcg.edu.br/biografias/BarbPlen.html>>. Acesso em: 01 out. 2017.

¹⁶⁴ Ver sobre Tristão de Alencar Araripe a dissertação de: SILVA, Leandro Maciel. **Tristão de Alencar Araripe e a História da Província do Ceará**: Contribuição a História Nacional. João Pessoa, 2013.

¹⁶⁵ BARROSO, Oswald. **Tristão de Alencar Araripe**: Alma Afoita da Revolução. Fortaleza: Museu do Ceará, Secretaria da Cultura do Estado do Ceará, 2006. p. 91. (Coleção Outras Histórias, 50)

Além da referência familiar, é importante que se compreenda a dinâmica política que adotara Tristão de Alencar após sua formação profissional seguindo carreira no magistrado, iniciando pela sua cidade natal como juiz Municipal e de Órfãos na comarca de Fortaleza.

Tristão de Alencar, servindo ao Império, ocupou diversos cargos e neles conheceu um pouco do vasto território brasileiro, sempre buscando uma postura mediadora entre os seus ideais e a política dominante no período.

Na cidade do Rio de Janeiro, teve importantes papéis, entre eles o de Ministro do Supremo Tribunal Federal, ficando lá até sua aposentadoria, no ano de 1892. Também foi Ministro da Fazenda do governo provisório do Marechal Deodoro da Fonseca, substituindo Rui Barbosa. Buscou solucionar a política econômica conhecida como *Encilhamento*. A passagem por essa pasta foi curta, deixando-a após sete meses, para ocupar a pasta do ministério do Interior, mas foi das mais notáveis¹⁶⁶.

Contudo, darei destaque ao seu papel como sócio e tesoureiro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Tristão de Alencar ingressou primeiramente como sócio correspondente, no ano de 1870. No discurso de posse, foi aclamado pelo parecer da comissão de admissão “como candidato conhecido, como juiz, como parlamentar e nas letras”¹⁶⁷, mostrando o mérito do confrade e a importância das suas funções para ocupar o cargo de sócio no grêmio.

Como magistrado, sua carreira foi promissora, tendo ocupado diversos cargos importantes, como o de juiz municipal e de órfãos do termo da comarca de Fortaleza (1847); o de juiz de direito da comarca de Bragança, Pará (1854-6); o de desembargador na Relação da Bahia (1870), do Rio de Janeiro (1870) e de São Paulo (1873); além de ocupar outros cargos de relevância, como ministro do Supremo Tribunal de Justiça (1886); ministro da Fazenda (1891); ministro da Justiça (1891), deputado provincial: (1869-78) e (1886-9) presidente das províncias do Rio Grande do Sul (1876) e Pará (1885)¹⁶⁸.

Sócio do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Nas letras, não foi diferente. Antes de adentrar o grêmio, Tristão de Alencar já havia publicado relevantes trabalhos decorrentes de suas curiosidades e pesquisas aos acervos das cidades onde trabalhou, organizando e escrevendo artigos relacionados à história do Brasil e regional.

¹⁶⁶ Conselheiro Tristão Araripe. **Gazeta de Notícias**, Rio de Janeiro, 1908, p. 02. 04 de julho de 1908.

¹⁶⁷ Ata da Sessão Ordinária de 07 de outubro de 1870. **RIHGB**. Rio de Janeiro, Tomo 33, 1870. p. 403.

¹⁶⁸ Ver Site do IHGB. Disponível em: <<https://ihgb.org.br/noticiario/23-arquivos-privados/2-alencar-araripe.html>>. Acesso em: 12 fev. 2018.

Sua presença no IHGB foi significativa, atuando nos campos das ciências jurídicas, das letras e da historiografia. Segundo Lucia Guimarães, foi um dos três maiores colaboradores da Revista do IHGB¹⁶⁹.

Era Tristão de Alencar um homem proveniente de uma família com fortes ideais políticos opostos à monarquia. Mas ele soube manobrar essa situação sem perder suas convicções partidárias e, em decorrência disso, exerceu cargos importantes, tanto no Império quanto na República.

Na esfera interna do IHGB, pode-se perceber, nas atas transcritas em vários números da Revista, que Tristão era um membro dedicado ao funcionamento e à manutenção do sodalício, um intelectual ciente do valor histórico da instituição para a nação brasileira. Sua postura política, ao que tudo indica, nunca interferiu contrariamente à defesa e à manutenção do grêmio.

Era um republicano, mas era antes um homem coerente e respeitado entre seus pares. Foi por diversas vezes elogiado, e seu papel à frente da tesouraria do grêmio nunca foi questionado, mesmo em momentos sombrios, quando medidas mais radicais foram realizadas por determinação sua, ocasião em que os sócios aprovavam pela credibilidade depositada naquele confrade.

Pode-se observar diante disso que Tristão de Alencar demonstrava sensatez e cautela ao lidar com questões políticas que envolviam a agremiação, como o episódio da sua súplica junto ao Marechal Deodoro da Fonseca para que mantivesse a verba de subvenção ao IHGB.

Tristão foi um dos primeiros, após a queda da Monarquia, a se preocupar com a instalação da sede própria do grêmio, a qual, desde a sua fundação, esteve atrelada aos prédios públicos cedidos pelo estado imperial.

O IHGB com sede já no antigo Convento do Carmo¹⁷⁰ foi por diversas vezes ameaçado de fechar suas portas pelo novo sistema político. Essas ameaças despertariam a preocupação por parte dos sócios em adquirir uma sede própria para o funcionamento do Instituto.

¹⁶⁹ GUIMARÃES, Lucia Maria Paschoal. **Da Escola Palatina ao Silogeu: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1889-1938)**. Rio de Janeiro: Museu da República, 2007.

¹⁷⁰ “Em 1840, mudou-se para o Paço da Cidade, a princípio em dependências do Almoarifado, depois na sala à esquerda da Portaria das Damas e, finalmente, no terceiro pavimento do antigo Convento do Carmo, ao lado da Capela Imperial, onde hoje se acha instalada a Universidade Cândido Mendes, em cuja entrada principal foi aposta, em 2001, placa evocativa. Com a necessidade de obras nesse local, o Instituto funcionou, de junho a agosto de 1906, no Real Gabinete Português de Leitura. Em 21 de outubro de 1913, o Conde de Afonso Celso instalou o Instituto ‘na ala que edificara para sua sede, ao flanco do Silogeu, na esquina das Avenidas Augusto Severo e Teixeira de Freitas’, o mesmo local em que, em 1972, foi acabada de construir-se e inaugurada a sede atual”. Disponível em: <<https://ihgb.org.br/ihgb/historico/as-sedes.html>>. Acesso em: 17 out. 2017.

Entretanto, várias eram as preocupações naquele momento, entre elas a ameaça de corte da verba de subvenção destinada ao grêmio pelo governo.

Podemos notar, com isso, o papel do tesoureiro da instituição nesse momento de transição entre a queda da Monarquia e o advento da República. Manter em funcionamento a agremiação, honrar com os compromissos adquiridos ainda no governo anterior, arrecadar verba para compra de um terreno com o objetivo de construir a nova sede da instituição, além de tentar acalmar os ânimos no IHGB. Eram essas algumas tarefas desempenhadas por Tristão de Alencar na função de tesoureiro.

É importante observar que, diante das dificuldades citadas, Tristão de Alencar continuou firme nas suas convicções e no seu auxílio para o funcionamento da instituição. Importantes medidas foram realizadas durante sua passagem pela tesouraria do grêmio, como arrecadar doações junto aos sócios mais abastados, comprar títulos do tesouro real, com o intuito de adquirir um terreno para a nova sede do Instituto, realizar cobranças aos sócios inadimplentes e cortes nas despesas de funcionários e no horário de funcionamento da casa. Essas medidas foram essenciais para que o IHGB continuasse funcionando.

Tristão de Alencar esteve à frente da tesouraria até a situação política do país tornar-se favorável à sobrevivência do grêmio. Somente no ano de 1897, na gestão do presidente Prudente de Moraes, Tristão deixaria o cargo de tesoureiro para seu sucessor Liberato Castro Correia, que encontraria as contas do Instituto com um *superávit* de 1:902\$260 (um conto novecentos e dois mil e duzentos e sessenta réis).

Afastado da diretoria, mas não da instituição, Tristão Alencar continuava a dar sua valiosa contribuição ao grêmio. Como parecerista, emitiu diversos pareceres importantes sobre diversas obras, entre elas o livro *História da Cidade do Rio de Janeiro*, de Felisbello Freire.

Faleceu em sua residência, localizada à Rua General Polydoro, 59, em Botafogo, na cidade do Rio de Janeiro, aos 87 anos, ministro aposentado do Supremo Tribunal Federal¹⁷¹. Foi sepultado no Cemitério São Francisco Xavier, na capital federal, no ano de 1908.

Tristão de Alencar foi homenageado e considerado uma pessoa de espírito cultivado não só no Direito, mas em diversos ramos de conhecimentos gerais e de caráter exemplar. “Desempenhou com zelo e aptidão sempre notáveis comissões da mais alta confiança dos governos o conquistando em repetidos pleitos eleitorados¹⁷²”.

¹⁷¹ Ver **Jornal do Brasil**, de 04 de julho de 1908. Rio de Janeiro, 1908. p. 4.

¹⁷² **Jornal do Brasil**, de 04 de julho de 1908. Rio de Janeiro, 1908. p. 4.

Outro periódico que também elogiou o intelectual foi o *Almanaque do Garneir*, ao descrever Tristão de Alencar como “um homem de dotes de espírito e qualidades de caráter excepcionais”¹⁷³.

Tristão de Alencar escreveu diversas obras que versavam sobre o Direito, como *Consolidação do Processo Criminal*, *Código Criminal do Império*, *Classificação das Leis do Processo Criminal e Civil*, como também escreveu sobre a História: *História da Província do Ceará até 1850*, *História da Guerra Civil do Rio Grande do Sul*, *Lapidarias no Brasil*, *Independência do Maranhão*, *Como cumprir escrever a História Pátria*¹⁷⁴.

Outro grande colaborador para com o grêmio foi o sócio e secretário Max Fleiuss. Contemporâneo de Tristão de Alencar, eles dividiram muitas das preocupações da agremiação. Max era amigo de Araripe Júnior, filho de Tristão de Alencar Araripe.

Max Fleiuss concluiu seus estudos de Direito na Faculdade do Rio de Janeiro, mas se dedicou ao jornalismo, participando do Jornal *A Semana*, juntamente com seu amigo Valentim Magalhães¹⁷⁵. No periódico, fez amigos influentes e longevos, como o próprio Valentim, Araripe Júnior¹⁷⁶, João Ribeiro¹⁷⁷, Raul Pompéia¹⁷⁸, Silva Ramos¹⁷⁹, Lúcio de

¹⁷³ GARNIER, Almanaque. **Gazeta Litteraria**. Direção: RODRIGUES, José Honório. Brasília: Editora Universidade Federal de Brasília, 1981. p. 479.

¹⁷⁴ Índice Geral dos números 1 a 399. **RIHGB**, Rio de Janeiro, ano I, nº 1-4, p. 320-324. 1839.

¹⁷⁵ Valentim Magalhães, filho homônimo de Antônio Valentim da Costa Magalhães e de D. Maria Custódia Alves Meira. Formou-se em Direito pela Faculdade do Largo de São Francisco, em São Paulo. Colaborou para os periódicos acadêmicos, *Revista de Direito e Letras*, *Labarum e República*, este último de Lúcio de Mendonça. Voltando para o Rio, dedica-se ao jornalismo, dirigindo o periódico “A Semana” (fundado em 1885), que se tornaria o veículo dos jovens escritores da época, além da propaganda abolicionista e republicana, sendo um período marcado por agitações culturais e políticas (CUNHA, Euclides da. *Discurso de Posse na Academia Brasileira de Letras*). Disponível em: <<http://www.academia.org.br/academicos/euclides-da-cunha>>. Acesso em: 15 out. 2017.

¹⁷⁶ Tristão de Alencar Araripe Júnior era filho de Tristão de Alencar Araripe e Argentina de Alencar Lima. Sua família foi uma das mais importantes do Ceará no século XIX, sendo seu pai filho de Tristão Gonçalves e neto de Bárbara de Alencar, Araripe Júnior era primo legítimo de José de Alencar. Acompanhando o pai, que assumiu uma série de cargos públicos no Império, residiu por fim em Recife, onde se matriculou no Colégio Bom Conselho, dirigido pelo Dr. Barbosa Lima, e, posteriormente, na Faculdade de Direito do Recife, onde nasceu a amizade com Tobias Barreto e Guimarães Júnior, bacharelado-se em 1869. Formou-se, com Sílvio Romero e José Veríssimo, a trindade crítica da época positivista e naturalista. Foi membro-fundador da Academia Brasileira de Letras e do Instituto do Ceará, tendo sido, também, membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/portal/ministro/verMinistro.asp?periodo=stf&id=344>>. Acesso em: 15 out. 2017.

¹⁷⁷ João Batista Ribeiro de Andrade Fernandes ou simplesmente João Ribeiro, sergipano nascido na cidade de Laranjeiras, em 1860. Faleceu na cidade do Rio de Janeiro, em 13 de abril de 1934, foi um jornalista, crítico literário, filólogo, historiador, pintor e tradutor brasileiro. Foi também membro da Academia Brasileira de Letras. Desde 1881, dedicou-se ao jornalismo e fez amizade com os grandes jornalistas do momento, como Quintino Bocaiuva, José do Patrocínio e Alcindo Guanabara. Dedicou-se desde cedo ao magistério, tendo sido professor de colégios particulares desde 1881; em 1887, submeteu-se a concurso no Colégio Pedro II, para a cadeira de Língua Portuguesa. Contudo, só foi nomeado três anos depois para a cadeira de História Universal. Nesta época, escrevia para *A Semana*, de Valentim de Magalhães, ao lado de Machado de Assis, Lúcio de Mendonça e Rodrigo Octavio, entre outros. Ali publicou os artigos que iriam constituir os seus *Estudos filológicos* (1902). Disponível em: <<http://www.academia.org.br/academicos/joao-ribeiro/biografia>>. Acesso em: 15 out. 2017.

Mendonça¹⁸⁰, entre outros. Pode-se notar que a participação dos membros era diversificada e que havia lugar para os grupos simpatizantes dos monarquistas e adesistas do republicanismo.

Max Fleiuss exercia função administrativa no jornal *A Semana*, enquanto Valentim Magalhães era “um escritor consagrado pela crítica”¹⁸¹. O jovem advogado Fleiuss cuidava da administração da redação do jornal e de sua impressão. O periódico, infelizmente, teve vida curta, deixando de ser publicado após dois anos de sua primeira edição.

Mas o papel relevante de Fleiuss foi como secretário à frente do IHGB. Ao ingressar como sócio efetivo aos 32 anos de idade, considerado jovem à época para pertencer a uma consolidada instituição intelectual, Fleiuss foi logo indicado a 2º secretário e, após a morte de Henrique Raffard, assumiu as funções de primeiro secretário, e foi no desempenho desse cargo que o grêmio recebeu um novo impulso, após a consolidação da República.

A presença do secretário e sua forte influência entre os sócios da ala monarquista e da ala republicana faziam com que todos o respeitassem. Assim como Tristão de Alencar, Fleiuss, mesmo simpatizante da Monarquia, circulava entre a ala republicana do IHGB. Exerceu a função de primeiro secretário durante os anos de 1912 até 1938.

Segundo descreveu Guimarães, era Fleiuss:

¹⁷⁸ Raul Pompeia nasceu em 1863, no estado do Rio de Janeiro, de família abastada, filho de Antônio D’Avila Pompeia, magistrado, e a mãe, Rosa Teixeira Pompeia, dona de casa, herdeira de ricos comerciantes portugueses. Em 1879, Pompeia foi transferido para o Imperial Colégio de D. Pedro II, e foi como estudante neste colégio que ele publica em 1880, então com 17 anos, seu primeiro romance *Uma Tragédia no Amazonas*. Terminados os estudos no Colégio Pedro II, Pompeia segue para São Paulo, para cursar Direito na Faculdade do Largo São Francisco. Formado em Direito, mas sem exercer a magistratura, Raul Pompeia passou a escrever em vários jornais, entre os quais o *Gazeta de Notícias*, jornal pelo qual publicaria *O Ateneu*, uma crônica de saudades que lhe deu consagração entre a crítica. Além de usar o próprio nome, escrevia sob pseudônimos, como Pompeo Stell, Raulino Palma e Rapp. Disponível em: <<http://www.academia.org.br/academicos/raul-pompeia/biografia>>. Acesso em: 17 out. 2017.

¹⁷⁹ Silva Ramos nasceu em Lagarto, município de Sergipe, no ano de 1851. Cursou a Faculdade de Direito do Recife entre 1868 e 1873, tendo sido diplomado em 1873, contemporâneo de Tobias Barreto. Nos anos 1870, colaborou como crítico literário em vários periódicos pernambucanos e cariocas. Radicou-se no Rio de Janeiro, onde obteve notoriedade, especialmente como crítico literário. Em 1878, publicou seus dois primeiros livros, *A Filosofia no Brasil* e *Cantos do Fim do Século*, o seu primeiro livro de poesia. Ainda na cidade carioca, lecionou filosofia no Colégio Pedro II entre 1881 e 1910. Estava entre os intelectuais que fundaram a Academia Brasileira de Letras (ABL), em 1897. Um ativo polemista, contribuiu de modo significativo para que a Escola do Recife – denominação que lhe deve ser atribuída – tivesse reconhecimento nacional. Entre 1900 e 1902, foi deputado federal pelo Partido Republicano, trabalhando na comissão encarregada de rever o Código Civil na função de relator-geral. Disponível em: <<http://www.academia.org.br/academicos/silvio-romero/biografia>>. Acesso em: 17 out. 2017.

¹⁸⁰ Lúcio de Mendonça era filho de Salvador Furtado de Mendonça e Amália de Meneses Drummond. Após a morte do seu pai, muito prematura, Lúcio de Mendonça foi enviado para Minas Gerais, onde sozinho aprendeu a ler. Em 1871, ingressou na Faculdade de Direito de São Paulo. Nesse tempo, experimentou a literatura – por instâncias do irmão, Salvador de Mendonça, diretor do jornal *O Ipiranga*. Com a Proclamação da República – que tanto defendera – ocupou diversos cargos públicos. Disponível em: <<http://www.academia.org.br/academicos/lucio-de-mendonca/biografia>>. Acesso em: 17 out. 2017.

¹⁸¹ GUIMARÃES, 2006, p. 44.

Dedicado, metódico e assíduo, logo seria eleito para ocupar a 2ª secretaria do grêmio, onde permaneceu até 1906, quando passou a exercer a 1ª secretaria, com o afastamento de Henrique Raffard. Sua primeira providência foi colocar em dia as atas das sessões, registrando-as em livro especialmente destinado a este fim. Atualizou o cadastro dos sócios, medida que contribuiu para aumentar a arrecadação. Promoveu a reorganização da biblioteca, contratando os serviços de José Vieira Fazenda, que deu conta da tarefa com grande competência¹⁸².

Essas iniciativas trouxeram prestígio entre os pares e o animaram a prosseguir com empenho no desenvolvimento e na modernização do Instituto, que, aos poucos, saía da inércia ocasionada pela queda da Monarquia e pelo advento da República.

Em contrapartida e como forma de reconhecimento a todo o esforço e a dedicação empenhados no IHGB, a instituição, por voto unânime, aclamou Fleiuss como secretário perpétuo da instituição, título concedido apenas ao Cônego Januário da Cunha (1838-1846) e a Manuel Ferreira Lagos (1846-1851).

Apesar de não exercer cargos políticos, o secretário perpétuo da instituição era desenvolto em fazer política. Ágil e útil, suas habilidades de negociar com os pares de posições políticas rivais no território do IHGB foram essenciais para a reconstrução do grêmio, após o período instável ocasionado com a queda da Monarquia. Um episódio importante vivenciado no IHGB, que marcou a influência de Fleiuss à frente da agremiação, foi a sucessão para a mesa diretora do ano de 1891, quando,

Além de intermediar os pleitos do Instituto junto às autoridades republicanas, Max Fleiuss dedicou-se a resolver uma questão interna melindrosa. Havia duas facções no Instituto Histórico que se rivalizavam na disputa pelos cargos da Mesa Diretora. A primeira reunia os monarquistas e orbitava em torno do visconde de Ouro Preto, admitido como sócio efetivo em 1900. A segunda, de acordo com nossas pistas, não possuía uma liderança tão definida. Aglutinava os partidários do novo regime, que apoiavam a gestão do conselheiro Olegário Herculano de Aquino e Castro, na presidência e do grêmio desde 189. O conselheiro, entretanto, despertara a ira dos monarquistas mais ferrenhos, por haver aceitado a presidência do Supremo Tribunal Federal. Fleiuss não deixou de apoiar Aquino e Castro, apesar dos vínculos que mantinha com a família de Ouro Preto e das suas conhecidas ligações com o antigo regime. Isto lhe permitiu ocupar um espaço privilegiado no Instituto, uma espécie de ponto de intercessão entre aqueles dois grupos¹⁸³.

Após esse episódio, a influência do secretário prevaleceria novamente na escolha para o novo presidente do IHGB, com a morte de Aquino e Castro, no ano de 1906. Para manter os ânimos controlados dentro da instituição, Max convidou, de imediato, para concorrer ao pleito o sócio e ministro Barão do Rio Branco, que aceitou o convite e, após eleito, no seu discurso

¹⁸² GUIMARÃES, 2006, p. 48.

¹⁸³ GUIMARÃES, 2006, p. 49.

de posse, concedeu liberdade ao secretário perpétuo para administrar o IHGB e que recorresse sempre que achasse necessário ao auxílio do barão.

São notáveis o papel significativo do secretário perpétuo no IHGB e o respeito adquirido entre os pares pela sua dedicação e competência ao sodalício.

Fleiuss era objetivo e metódico. Segundo Oliveira Viana, seguia o “conselho amável e prudente de Renan, isto é, cultivava o bom humor. Sorridente, possuía um gênio brincalhão, às vezes mordaz e malicioso”¹⁸⁴.

Após a gestão do Barão do Rio Branco, a administração do Instituto ficaria nas mãos da chamada *Trindade do Silogeu*, composta pelo secretário perpétuo Max Fleiuss, pelo orador Ramiz Galvão e pelo presidente Afonso Celso, esses ficaram à frente da agremiação por quase três décadas.

Novamente, importantes mudanças sofreriam o Instituto, principalmente na admissão de sócios, as regras tornaram-se mais rigorosas e o número de sócios, limitado: 60 na categoria de sócios efetivos, 80 na de sócios correspondentes (antes ilimitada), 50 na de sócios honorários e 10 na de sócios beneméritos.

Segundo Lucia Guimarães, o poder de Fleiuss nesse período aumentaria consideravelmente, e a estrutura e o funcionamento da instituição ficariam mais centralizados em suas mãos, “além de se responsabilizar pelo expediente social, exercia a superintendência do arquivo, da biblioteca, do museu e da edição da Revista”¹⁸⁵.

A *Trindade do Silogeu* permaneceu na gestão do IHGB por 25 anos e acabou à véspera do centenário do grêmio. Mas Fleiuss continuaria como secretário perpétuo até seus últimos dias, quando faleceu no ano de 1943, na cidade do Rio de Janeiro.

Homenageado pelos seus pares, vários artigos foram publicados na imprensa carioca em forma de agradecimento pela dedicação e pelo carinho que nutriram Fleiuss ao Instituto por quase meio século, mais da metade de sua vida. Virgílio Corrêa Filho o descreveu como “um homem de instituição”¹⁸⁶. João Paraguassú revelou que Fleiuss, com muita simplicidade, era amigo próximo de Sílvio Romero, tendo estudado juntos na Faculdade de Direito e sendo contemporâneos no quadro sócio do IHGB¹⁸⁷. Outros artigos em sua memória foram escritos nas páginas da Revista do IHGB pelos sócios, como foi o caso do próprio Virgílio Corrêa

¹⁸⁴ VIANA, 1943, p. 39.

¹⁸⁵ GUIMARÃES, 2006, p. 53.

¹⁸⁶ FILHO, Virgílio Corrêa. Max Fleiuss. **Jornal do Commercio**, Rio de Janeiro, 07 de fevereiro de 1943, p. 04.

¹⁸⁷ PARAGUASSÚ, João. O Arquivo da Maioridade. **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, 06 de junho de 1941, p. 23.

Filho, José Carlos de Macedo Soares, Leopoldo Antônio Feijó, Cristóvão Leite de Castro, H. Cambarro Reichardt, Sylvio Rangel de Castro, entre outros.

As obras escritas por Max Fleiuss, em sua maioria, foram publicadas no periódico do IHGB, como as *Apostilas de História da Cidade do Rio de Janeiro, Recordando (Casos e Perfis), Páginas Brasileiras*¹⁸⁸ e outras.

Enfim, observando os dois principais sócios que estiveram à frente nas emissões dos pareceres à obra *História da Cidade do Rio de Janeiro*, do historiador Felisbello Freire, nota-se que ambos foram, em algum momento da trajetória da instituição, personagens fundamentais para o funcionamento e a manutenção do sodalício.

As trajetórias de Tristão de Alencar e Max Fleiuss podem ser caracterizadas comuns para os intelectuais da época. Foram personagens que acreditaram nos seus ideais políticos e defenderam com firmeza o objetivo de melhorar seu país, mesmo que exercendo funções diferentes em períodos distintos, com posturas políticas opostas, pois era o primeiro um republicano histórico, influenciado desde moço pelos laços familiares, e o segundo, por sua vez, era um monarquista, também por influência paterna. Pode-se dizer que ambos tinham certas semelhanças na desenvoltura política apresentada através de suas redes de sociabilidade à frente da agremiação, para contornar os conflitos políticos externos e internos, e demonstravam dedicação em suas atividades no Instituto.

Vale ressaltar que, no período em que a obra de Felisbello Freire era questionada pelo Instituto, os sócios Tristão de Alencar e Max Fleiuss, ao emitirem seus pareceres, não possuíam fortes influências no âmbito da agremiação. Tratava-se do ano de 1902, quando Tristão de Alencar já não fazia parte da mesa diretora e Max Fleiuss era recém-chegado à instituição.

Conclui-se, assim, que questionar os pareceres apenas na vertente política, como o fez Felisbello Freire, em seu prólogo publicado na edição do ano de 1912, quando relatou ter sofrido perseguição política por sua postura republicana no IHGB, pode limitar a compreensão por influência do autor e sua visão partidária.

¹⁸⁸ Índice Geral dos números 1 a 399. **RIHGB**, Rio de Janeiro, Ano I, nº 1-4. 1839.

CAPÍTULO IV

RECEPÇÕES À OBRA *HISTÓRIA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO*

Neste capítulo, pretendo contribuir com a história do livro e da leitura a partir da obra *História da Cidade do Rio de Janeiro*, através do conceito elaborado pelo historiador francês Roger Chartier, ao definir que “a leitura é sempre uma prática encarnada em gestos, em espaços, em hábitos”¹⁸⁹. Em relação ao leitor, Chartier ressalta a relevância que ele exerce sobre o texto:

Quer se trate de um jornal ou de Proust, o texto não tem significação a não ser através de seus leitores; ele muda com eles, ordenando-se graças a códigos de percepção que lhe escapam. Ele só se torna texto através de sua relação com a exterioridade do leitor, por um jogo de implicações e de ardis entre duas expectativas combinadas: aquela que organiza um espaço legível (uma literalidade) e aquela que organiza uma diligência, necessária à *efetuação* da obra (uma leitura)¹⁹⁰.

Roger Chartier, para dar conta dessas práticas, enfoca três polos: de um lado, a análise dos textos (a leitura); de outro lado, a história do livro; e, finalmente, o estudo das práticas que se apossam de maneira diversa desses objetos ou de suas formas, produzindo usos e significações diferenciados (o leitor)¹⁹¹.

A partir desses conceitos, procurarei apresentar as leituras em torno do livro *História da Cidade do Rio de Janeiro*, de Felisbello Freire, no recinto do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, através dos pareceres realizados quando do julgamento de sua obra. Buscarei mostrar como esses pareceres foram elaborados e de que forma o contexto político da época influenciou as práticas de leitura dos pareceristas.

Segundo Roger Chartier, “o livro sempre visou instaurar uma ordem, [...] a ordem desejada pela autoridade que o encomendou ou permitiu sua publicação”¹⁹². Nesse caso em particular, ao idealizar a obra sobre a história da cidade do Rio, o prefeito Francisco Farquim Werneck de Almeida vinculou-se à ordem, à produção e à publicação de uma obra relevante sobre a história da capital federal, após a proclamação da República, como um dos legados da sua gestão para a história tanto nacional quanto local.

¹⁸⁹ CHARTIER, Roger. **A ordem dos livros: leitores, autores e bibliotecas na Europa entre os séculos XIV e XVIII**. Trad. Mary Del Priore. 2. ed. Brasília: Editora da Unb, 1998. p. 12.

¹⁹⁰ CHARTIER, 1998, p. 12.

¹⁹¹ CHARTIER, 1998, p. 13.

¹⁹² CHARTIER, 1998, p. 13.

A história do livro inicia-se quando o então prefeito da cidade do Rio de Janeiro publica, no Diário Oficial do dia 20 de março, do ano de 1896, o Decreto-lei nº 231, com quatro artigos explicativos sobre os trâmites para a realização do concurso.

O primeiro artigo informava o valor de 50:000\$000 (cinquenta contos de réis) ao historiador que escrevesse a história completa do Distrito Federal, desde os tempos coloniais até “a presente época”. Já o segundo, por sua vez, tratava do julgamento do mérito da obra que seria avaliada por uma comissão especial escolhida por pessoas competentes, a critério do poder executivo. E o terceiro artigo estabelecia o prazo de cinco anos, a contar da publicação do decreto, para a execução do mesmo, e, por fim, o quarto e último artigo homologava o decreto.

Assim, foi lançado o edital, ainda durante um período bastante conturbado da história do Brasil, marcado pela instabilidade política, como observou a historiadora Emília Viotti: “Os primeiros anos da República foram anos de agitação. Revoltas, conflitos, conspirações eclodiam por toda parte”¹⁹³. Foi durante esse período (1896) que Felisbello Freire, o único candidato, debruçou-se à laboriosa tarefa sobre a escrita da então capital federal.

A história do livro escrito por Felisbello Freire sobre a cidade do Rio de Janeiro inicia-se com o edital publicado pela municipalidade, mas os esboços históricos de Felisbello Freire, a respeito dessa história da capital, antecedem esse período.

Com relação à historiografia carioca, o autor já possuía certo conhecimento, como ressaltou o pesquisador Paulo Knauss, ao escrever o artigo intitulado “Felisbello Freire e a Historiografia carioca”. Constatou, no estudo, que o sergipano já demonstrava afinidade com os escritos historiográficos sobre o Rio: “Fica claro que Felisbello Freire conhece a historiografia do Rio de Janeiro, a partir dos escritos recentes a época dos trabalhos de seus contemporâneos, Vieira Fazenda e Mello Moraes,”¹⁹⁴ afirmou Knauss.

Apesar disso, não se pode afirmar que o autor já teria em mente o intuito de produzir uma obra exclusiva sobre a história da segunda capital do país. Mas se nota que ele não era um alheio à historiografia daquele estado.

Sendo o único concorrente ao certame, após anos de árdua pesquisa em diversos arquivos na busca por documentos relacionados à história da cidade do Rio de Janeiro, poderia se presumir que o autor sergipano alcançaria o prêmio sem maiores sacrifícios, tendo

¹⁹³ COSTA, Emília Viotti da. **Da monarquia à república: momentos decisivos**. 6. ed. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999. p. 402.

¹⁹⁴ Palestra proferida pelo professor Paulo Knauss no *V Congresso Sergipano de História* e no *V Encontro Estadual de História da Anpuh/SE*, sobre a temática “O Brasil na historiografia de Felisbello Freire: Reflexos na pesquisa e no ensino em história”, no período de 24 a 27 de outubro de 2016, na cidade de Aracaju/SE.

em vista, sobretudo, sua dedicação às pesquisas sobre a história do Rio, até então desconhecidas, e os importantes achados de documentos inéditos para a produção de sua obra.

Entretanto, as possíveis expectativas do autor foram frustradas no momento em que a Prefeitura do Rio, cumprindo o edital, enviou o trabalho a uma comissão de pessoas competentes e da sua escolha, com o intuito de avaliar o mérito e a utilidade pública da obra à história nacional.

Foi então o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro a instituição escolhida para a incumbência da emissão do parecer em torno do trabalho daquele historiador. É preciso frisar que a instituição escolhida era considerada por muitos como um lugar de consagração intelectual naquele período e a que melhor representava a elite letrada da época, na opinião do Conselho Municipal do Rio.

Atendendo à incumbência da Prefeitura, o IHGB realizou, no dia 20 de fevereiro de 1902, sua primeira sessão extraordinária, convocada com a finalidade de participar aos sócios o pedido da municipalidade referente à elaboração de um parecer em torno do mérito ao trabalho apresentado por Felisbello Freire, a pedido do então prefeito Joaquim Xavier da Silveira, que, dando continuidade aos projetos do seu antecessor, enviou o manuscrito do autor para julgamento do Instituto.

O presidente do grêmio, Olegário Herculano de Aquino e Castro, escolheu o nome de três membros para compor a Comissão Especial. Nomearam-se então membros da comissão os sócios Tristão de Alencar Araripe, Macedo Soares e Amaro Cavalcanti, todos historiadores, juristas e políticos renomados no país, com a responsabilidade de julgar o mérito da obra do escritor Felisbello Freire.

Essa Comissão Especial tinha por objetivo avaliar a importância do trabalho para a história do Rio de Janeiro, como também para a historiografia nacional.

O parecer realizado pela comissão foi entregue em tempo hábil, no dia 21 de janeiro de 1902, cinco dias após o Instituto Histórico e Geográfico ter recebido o ofício solicitando a avaliação do manuscrito. Diga-se de passagem, a agilidade com que a comissão emitiu o relatório pode ser explicada pelo conhecimento de todos acerca da empreitada do autor, quando ele, antes de concluir seu trabalho, já publicava, paulatinamente, parte do livro na imprensa carioca, desde o ano de 1900 até finais do ano de 1902, no jornal *Cidade do Rio*.

A sessão extraordinária do dia 20 de fevereiro encerrou-se com a leitura do parecer, realizada pelo sócio Max Fleiuss, diga-se de passagem, opositor político de Felisbello Freire.

Nesse contexto, pode-se observar a seguir o que Chartier compreende como:

O protocolo de leitura define quais devem ser a interpretação correta e o uso adequado do texto, ao mesmo tempo em que esboça seu leitor ideal. Deste último, autores e editores têm sempre uma clara representação: são as competências que supõem nele que guiam seu trabalho de escrita e de edição: são os pensamentos e as condutas que desejam nele que fundam seus esforços e efeitos de persuasão¹⁹⁵.

Veja-se com mais detalhes o protocolo de leitura apresentado pela comissão especial acerca do trabalho do historiador avaliado, apontando a relevância e o papel fundamental do leitor como peça principal no processo de leitura que gerou um parecer positivo em torno da obra sobre a história da cidade do Rio.

De acordo com o parecer, o autor cumpriu o exigido no edital ao escrever sobre a história do Rio, desde os anos de 1502 até aquele período. Enalteceu-se o esforço do autor por fazer uso dos métodos científicos da ciência historiográfica. Pode-se imaginar que a comissão se referia ao positivismo, muito divulgado entre os cientistas e intelectuais daquele período, o que foi notável no trabalho de Felisbello Freire, a partir do seu estudo político-administrativo, organizado para a escrita do texto, baseado em documentos oficiais.

Segundo Knauss, “as estruturas históricas arquitetadas por Felisbello Freire, a partir do governo e seus governantes”¹⁹⁶, na produção do seu trabalho sobre a historiografia carioca, foram marcas de uma história erudita e sistemática bastante diferente da historiografia produzida à época sobre a capital federal, baseada nas crônicas e nos relatos sobre os habitantes, seus costumes e hábitos.

Reforça a dedicação do autor ao se debruçar sobre arquivos desconhecidos em busca de documentos inéditos para compor a sua história da cidade do Rio e ao minucioso estudo em torno da população e seu desenvolvimento, desde o início da fundação, analisando os costumes e as tradições.

Explora a explicação do autor diante da mudança da cidade do Rio em capital da República e do Município Neutro em Distrito Federal, após o ano de 1891¹⁹⁷.

O outro ponto relevante na avaliação diz respeito ao estudo do direito de propriedade realizado pelo autor, bastante elogiado pela comissão especial. Sobre essa temática, o próprio Felisbello Freire enfatizou a importância de um estudo mais detalhado, também de seu

¹⁹⁵ CHARTIER, 1998, p. 20.

¹⁹⁶ Ver Palestra proferida pelo professor Paulo Knauss.

¹⁹⁷ No ano de 1834, a cidade do Rio foi transformada em Município Neutro, permanecendo como capital do país, enquanto a província passou a ter a mesma organização político-administrativa das demais, tendo sua capital na Vila Real da Praia Grande, que, no ano seguinte, passou a se chamar Niterói. Já a cidade do Rio passou a ter uma Câmara Municipal, a qual cuidaria da vida daquela cidade sem interferência do presidente de província e, em 1889, após a implantação da República, a cidade continuou como capital nacional, sendo o Município Neutro transformado em Distrito Federal e a província em estado. Com a mudança da capital para Brasília em 1960, o município do Rio de Janeiro tornou-se o estado da Guanabara. Disponível em: <<http://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/242547>>. Acesso em: 10 fev. 2018.

interesse, como citou no prólogo da obra *História da Cidade do Rio de Janeiro*, publicada no ano de 1912.

O relatório laudativo enumera, ainda, os estudos minuciosos realizados pelo autor, a partir da instrução pública, da arte, da cultura. Além de descrever todos os governantes que ali presidiram, observando a política com suas evoluções interna e externa, a economia, as forças armadas, assim como a colonização de Montevideo, Rio Grande do Sul, Paraná, Santa Catarina, Minas e São Paulo. Menciona os capítulos que Felisbello Freire dedicou às mudanças sociais, decorrentes da mineração, na primeira metade do século XVIII, valorizando o cuidado que teve o autor ao estudar os governos “inteiramente desconhecidos” desde a invasão francesa até aquele ano.

A avaliação da comissão especial prosseguiu enaltecendo a pesquisa em torno da história da cidade do Rio de Janeiro, a saber:

Com o resultado de sua paciente pesquisa em nossos arquivos, o auctor depois de ter estudado a Cidade, seus governos, a acção que exerceram na colonização e no povoamento da Capitania e da Colonia, passa a estudar os governos do Vice Reinado, revelando que leu toda a correspondência dos Vice-Reis, o Reinado, a Independencia, o 1º Imperio, o 2º Imperio e a Republica. Em todo esse período, estuda o desenvolvimento natural da Cidade, seu povo, sua instrução, seus governos, e suas guerras¹⁹⁸.

Por esses motivos elencados acima, a comissão especial julgou meritória a obra de Felisbello Freire por esmiuçar a história do Rio com esforço e dedicação, validando o teor histórico do trabalho “como sendo de utilidade pública para o país”¹⁹⁹. Logo, a premiação ofertada pela municipalidade carioca deveria ser concedida ao autor sergipano.

A leitura do relatório foi motivo de grande inquietação entre os sócios do IHGB, tais como: Henrique Raffard²⁰⁰, Tristão Alencar Araripe²⁰¹, Souza Pitanga²⁰², Barão de Loreto²⁰³,

¹⁹⁸ ATA da 1ª Sessão Extraordinária em 20 de fevereiro de 1902. **RIHGB**. Tomo 65, 1902. p. 412.

¹⁹⁹ ATA da 1ª Sessão Extraordinária em 20 de fevereiro de 1902. **RIHGB**. Tomo 65, 1902. p. 414.

²⁰⁰ Estudado no capítulo anterior.

²⁰¹ Estudado no capítulo anterior

²⁰² Antonio Ferreira de Souza Pitanga nasceu na Bahia, em 2 de março de 1850, e faleceu no Rio de Janeiro, em 11 de novembro de 1918. Bacharelou-se em Direito. Foi, sucessivamente, promotor público em Ilhéus (1872/78), secretário do Governo da Província da Paraíba, juiz de Direito, chefe de Polícia da Província do Espírito Santo, juiz de Direito da comarca de Limoeiro (PE) e de Fortaleza (CE). Na República, foi juiz do Tribunal Civil e Criminal e desembargador da Corte de Apelação (RJ). Preocupou-se permanentemente com a criação de escolas, gabinetes de leitura e oficinas. Lutou contra a pena de açoite e o trato desumano nas cadeias das províncias. Entrou para o IHGB em 3 de agosto de 1900 como sócio efetivo, chegando a honorário em 1910 pela assiduidade e pelos serviços prestados. Foi vice-presidente e orador do IHGB. Publicou na Revista do IHGB, “Elogios dos Sócios falecidos” (de 1900 a 1905), e os trabalhos: “Pena de açoite – O selvagem perante o Direito”, “Organização penitenciária dos países latino-americanos”, “Última página da Independência”, “Última Glória maculada”. Ver site do IHGB. Disponível em: <<https://ihgb.org.br/perfil/userprofile/afdspitanga.html>>. Acesso em: 10 jan. 2018.

Max Fleiuss²⁰⁴, José Américo dos Santos²⁰⁵ e Alfredo do Nascimento Silva²⁰⁶. Presentes na referida sessão, pediram a palavra e deram início a uma discussão,²⁰⁷ a qual teve como desdobramento o convite da instituição ao confrade, Felisbello Freire, para que fizesse a leitura do seu trabalho.

Acolhendo o convite, o autor participou de várias sessões ordinárias e extraordinárias, durante o ano de 1902, com o objetivo de esclarecer dúvidas em torno da sua escrita ao produzir a *História da Cidade do Rio de Janeiro*.

O historiador francês Roger Chartier analisa que:

Há contraste, igualmente, entre as normas e as convenções de leitura que definem, para cada comunidade de leitores, os usos legítimos do livro, as maneiras de ler, os instrumentos e procedimentos da interpretação. Contraste, enfim, encontramos entre os diversos interesses e expectativas com os quais os diferentes grupos de leitores investem a prática de leitura²⁰⁸.

Percebe-se que, naquele momento, a repercussão da obra de Felisbello Freire no IHGB se desdobrou em muitos embates e discussões, pois, mesmo com o parecer favorável da Comissão Especial, esse parecer foi questionado, obrigando o autor à exposição pública.

À primeira sessão ordinária, realizada no dia 07 de março daquele ano, o autor expôs, antes de começar a leitura propriamente dita, o plano geral do seu trabalho ao escrever sobre a

²⁰³ Franklin Américo de Meneses Dória, barão de Loreto, nasceu na Ilha dos Frades, BA, em 12 de julho de 1836, e faleceu no Rio de Janeiro, em 28 de outubro de 1906. Presidiu as províncias do Piauí (1864-1866), do Maranhão (1867) e de Pernambuco (1880-1881). Foi Ministro da Guerra (1881) e de Estrangeiros - interino (1881) – e do Império (1889), assim como Deputado federal (1887-80) pelo Piauí. Integrou o Conselho do imperador Dom Pedro. Ocupou a cadeira nº 25 da Academia Brasileira de Letras. Professor do Colégio Pedro II, membro do Instituto da Ordem dos Advogados Brasileiros, da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro. Acompanhou a família imperial ao exílio, na Europa. Site do IHGB. Disponível em: <<https://ihgb.org.br/pesquisa/arquivo/arquivos-privados.html>>. Acesso em: 10 jan. 2018.

²⁰⁴ Estudado no capítulo anterior.

²⁰⁵ Estudado no capítulo anterior.

²⁰⁶ Alfredo do Nascimento Silva nasceu no Rio de Janeiro, em 18 de janeiro de 1866, e faleceu em 6 de março de 1951, na mesma cidade. Fez os preparatórios no Colégio Pedro II. Formou-se em 1888 pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. Dedicou-se à clínica e ao magistério militar, desde 1890. Foi diretor da Escola Normal do RJ (1920) e lente substituto de Medicina Legal e Higiene. Em 12 de fevereiro de 1890, foi eleito sócio efetivo do IHGB, passando a honorário em 4 de agosto de 1893. No Instituto, foi 2º secretário, orador e 3º vice-presidente. Entre os títulos honoríficos que recebeu, figuram o de tenente-coronel honorário do Magistério Militar e major médico honorário do Corpo de Saúde do Exército. Eleva-se a mais de 600 títulos o número de trabalhos publicados sobre assuntos médicos, históricos e científicos, muitos incluídos na Revista e outras publicações do IHGB, nos Anais e Boletins da Acad. Nac. de Medicina, e outros periódicos. Seus principais trabalhos históricos, além de muitas biografias, são: História Moderna, 1885 – Cristóvão Colombo perante a civilização – O Instituto Histórico em 1892 – Escola Militar: suas sedes – Um átomo da História Pátria: Histórico da Sociedade Amante da Instrução, 1892. Site do IHGB. Disponível em: <<https://ihgb.org.br/perfil/userprofile/adnesilva.html>>. Acesso em: 10 jan. 2018.

²⁰⁷ Sobre essa discussão, as atas do período não dão detalhes de grande relevância para se analisar com mais minúcias esse episódio. Somente após a gestão do secretário perpétuo Max Fleiuss foi que surgiu o livro de ata separado da Revista do IHGB.

²⁰⁸ CHARTIER, 1998, p. 13.

história da cidade do Rio. Ao final da leitura, o orador oficial do IHGB, desembargador Souza Pitanga, solicitou a palavra e sugeriu que o Instituto realizasse sessões extraordinárias, com o intuito especial de dar continuidade à leitura do trabalho do historiador sergipano. Aprovada a decisão, “o Instituto resolve celebrar sessões todas as sextas-feiras, às 03 horas da tarde”²⁰⁹.

Inicia-se, dessa forma, a peregrinação do autor ao IHGB, abdicando de suas atividades de médico e político para executar a leitura do seu trabalho, iniciada em março de 1902. Parecia chegar ao final de sua incumbência, no momento em que o sócio Rocha Pombo²¹⁰, membro da comissão de Revisão de Manuscrito, na sessão do dia 16 de maio, declarou: “Achando-se o Instituto perfeitamente orientado pela leitura feita até agora, para julgar do mérito do trabalho do Sr. Dr. Felisbello Freire, indico que se dê por terminada essa leitura e que marque a próxima sessão para controverter definitivamente os pontos a respeito dos quaes houver divergências”²¹¹. Todavia, a sugestão de Rocha Pombo não obteve êxito, sua proposta foi contestada pelo presidente em exercício, Manoel Francisco Correia²¹², na ausência do presidente Aquino e Castro, afastado por motivos de doença.

Após a contestação, surgiu um novo debate, causado pelas interferências nas falas²¹³ do próprio autor e dos sócios Henrique Raffard, Max Fleiuss, Pernambuco²¹⁴, Souza Pitanga, Rocha Pombo e Aristides Milton²¹⁵. Este último recomendou então “Que a leitura a fazer

²⁰⁹ ATA da 1ª Sessão Extraordinária em 20 de fevereiro de 1902. **RIHGB**. Tomo 65. 1902. p. 414.

²¹⁰ José Francisco da Rocha Pombo nasceu no Paraná, em 4 de dezembro de 1857, e faleceu no Rio de Janeiro, em 26 de junho de 1933. Jornalista, professor, poeta e historiador, iniciou-se cedo no jornalismo ao fundar e dirigir *O Povo*, em cujas páginas fez as campanhas abolicionista e republicana. Sua colaboração se estendeu a outros órgãos da então província, pela qual foi eleito deputado provincial em 1886. Mudou-se em 1897 para a Capital Federal, continuando a exercer as profissões de jornalista e de professor. Ingressou por concurso na congregação do Colégio Pedro II e lecionou, também, na Escola Normal. Em 1900, foi Rocha Pombo admitido como sócio efetivo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Publicou, além de livros de poesias, diversos e importantes livros sobre variados assuntos. Site da Academia Brasileira de Letras. Disponível em: <<http://www.academia.org.br/academicos/rocha-pombo/biografia>>. Acesso em: 10 jan. 2018.

²¹¹ ATA da 6ª Sessão Ordinária em 16 de maio de 1902. **RIHGB**. Tomo 65, 1902. p. 436.

²¹² Vale lembrar que este era desafeto de Felisbello, quando o historiador sergipano ocupou a pasta do ministério da justiça e iniciou seus atos de perseguições, das quais o então primeiro vice-presidente do grêmio, na época presidente do tribunal de contas, sofreria as consequências.

²¹³ A ata transcrita na *Revista do IHGB* de 1902 não traz detalhes sobre esse embate.

²¹⁴ Não encontrei informações acerca deste personagem, no momento da escrita deste capítulo.

²¹⁵ Aristides Augusto Milton nasceu em Cachoeira, BA, em 29 de maio de 1848, e faleceu no Rio de Janeiro, em 26 de janeiro de 1904. Filho do major Tito Augusto Milton e Leopoldina Clementina Milton. Fez os estudos básicos no Ginásio Baiano, cujo diretor era Abílio César Borges, barão de Macaúbas. Bacharelou-se em 1868 pela Faculdade de Direito do Recife. Exerceu o cargo de chefe de Polícia de Sergipe. Fez parte do Conselho Municipal de Cachoeira e foi presidente desse Conselho. Provedor da Santa Casa de Misericórdia de sua cidade. Colaborou no *Correio da Bahia*, órgão do partido Conservador, entre 1872 em 1876, fundou o *Jornal de Cachoeira*, com Castro Alves, redigiu *O Futuro*. Membro fundador do IGH/BA, colaborou em sua Revista. Na República, foi Constituinte Federal e se reelegeu às quatro primeiras legislaturas. Presidiu a Comissão Especial encarregada de elaborar o Código Penal. Foi eleito sócio correspondente do IHGB, em 1º de agosto de 1896. Publicou: “A campanha de Canudos” (R. IHGB, t. 63, p. 2). – “A Constituição no Brasil”. Notícia histórica, RJ, 1895. – “Efemérides cachoeirenses”, BA, 1903. – “A República e a Federação no Brasil”. Acontecimentos na

ainda do trabalho seja restricta á 3º parte delle, por ter sido aquella a respeito da qual existe alguma divergencia, o que feito se reúna o Instituto, em sessão especial, para votar o parecer apresentado”²¹⁶.

Acerca da terceira parte do trabalho de Felisbello Freire, à qual se refere Aristides Milton, não obtive informações concretas da sua existência, mas suponho que o autor fizesse referência ao período monárquico. A mesma tese é sustentada pelo professor Paulo Knauss, ao afirmar que “resultou em grande polêmica, envolvendo principalmente sua interpretação do período monárquico”²¹⁷.

Pode-se supor que o texto apresentado por Felisbello Freire, no momento em que foi escrito, marcado por novas estruturas políticas no nosso país, era um discurso auspicioso ao novo regime e repreensivo ao período monárquico.

A pesquisadora Emília Viotti relatou em seu texto *Sobre as origens da República*, a partir dos anseios dos republicanos, ser um desejo da sociedade ter sua nação gerida pelo regime republicano, ressaltando, ainda, o atraso do país que era governado por uma monarquia.

[...] a República sempre foi uma aspiração nacional. Esposando uma ideia já enunciada no Manifesto Republicano de 1870, consideram a Monarquia uma anomalia na América, onde só existem repúblicas [...] e consideram a República a solução natural para os problemas. A proclamação da República na opinião desses testemunhos foi a concretização de uma aspiração popular levada a efeito por um grupo de homens idealistas e corajosos que conseguiram integrar o país nas tendências do século²¹⁸.

É possível deduzir que Felisbello Freire, ao escrever sobre a história do Rio, buscasse consolidar e divulgar os ideais do regime republicano e combater com veemência o antigo regime deposto, como fez em outros trabalhos de sua autoria, principalmente ao narrar sobre o período monárquico.

Em estudo recente, realizado pelo pesquisador Samuel Albuquerque, quando analisou a obra *História de Sergipe*, do intelectual oitocentista, constatou que “as paixões de Felisbello Freire arrebatam ainda mais sua narrativa à medida que ela se aproxima e alcança o Segundo Reinado”²¹⁹. Albuquerque ressaltou também as atitudes políticas daquele republicano contra a

Bahia (R. IHGB, t. 60 p. 2). Site do IHGB. Disponível em: <<https://ihgb.org.br/perfil/userprofile/aamilton.html>>. Acesso em: 11 jan. 2018.

²¹⁶ ATA da 6ª Sessão Ordinária em 16 de maio de 1902. **RIHGB**. Tomo 65, 1902. p. 438.

²¹⁷ KNAUSS, 2016, p. 1.

²¹⁸ COSTA, 1999, p. 387.

²¹⁹ ALBUQUERQUE, Samuel. Felisbello, o político (II). **Jornal da Cidade**, Aracaju, 28 jan. 2017. Caderno B, p. 5.

monarquia: “Rebelado contra o que chamava de ‘regimen decaído’, Felisbello Freire foi um demolidor da memória do Segundo Reinado e um construtor da memória da Primeira República”²²⁰.

Outro trabalho, que fortalece essa tese, foi escrito pelos autores Arnaldo Godoy e José Levi, ao estudarem a obra pioneira sobre a história constitucional do Brasil, intitulada *História Constitucional da República dos Estados Unidos do Brasil (1894)*, de Felisbello Freire. Os autores descreveram o intelectual sergipano como um republicano histórico, ao afirmarem que “Freire criticou a monarquia e fez de seu livro de história constitucional um libelo republicano”²²¹.

Felisbello Freire, membro do movimento intelectual da geração de 1870²²², tratou, em seus estudos, de propagar o republicanismo, principalmente nas suas obras com interpretações críticas ao regime deposto. Como ponderou Ângela Alonso, ao pesquisar as produções dos membros da geração de 70, “trata-se de um pensamento engajado, que analisou e contestou o *status quo monárquico*”²²³.

No estudo sobre a história constitucional, os autores Godoy e Levi também apontaram que o escritor sergipano repudiava a monarquia por representar a permanência do sistema escravocrata. Defensor ferrenho do movimento abolicionista, Felisbello Freire era de origem mestiça, como constatou o pesquisador Samuel Albuquerque, ao apontar em seus estudos que, “para Felisbello, o mestiço, notadamente o mulato, seria o elemento característico da civilização brasileira”²²⁴.

Os juristas, ao final da análise, reafirmaram que a obra de Felisbello “é de fato um livro de proselitismo político, de crítica à monarquia e de defesa da ordem republicana, da qual participava o autor”²²⁵.

Confirmando as teorias dos autores mencionados, o pesquisador Francisco José Alves, referência nos estudos historiográficos sobre Felisbello Freire, escreve:

Embora Felisbello Freire apregoe a neutralidade do relato histórico, os seus textos estão permeados de elementos denunciadores das suas opções. Muitas vezes o autor

²²⁰ ALBUQUERQUE, Samuel. Felisbello, o político (I). **Jornal da Cidade**, Aracaju, 04-06 fev. 2017. Caderno B, p. 5.

²²¹ GODOY, Arnaldo Sampaio de Moraes; JÚNIOR, José Levu Mello do Amaral. Felisbello Freire: notas sobre o primeiro historiador do constitucionalismo brasileiro e o uso da história do direito como instância de argumentação política. **Universitas Jus**, Brasília, v. 27, n. 3, p. 1-6. 2016.

²²² ALVES, 2010, p. 16.

²²³ ALONSO, 2002, p. 337.

²²⁴ ALBUQUERQUE, Samuel. Felisbello, o mulato (I). **Jornal da Cidade**, Aracaju, 3-5 dez. 2016, Caderno B, p. 6.

²²⁵ GODOY, Arnaldo; JÚNIOR, José, 2016, p. 06.

toma a toga de Juiz e sua história assume as feições de um pelourinho. Expressivos, a este respeito, são os adjetivos usados para qualificar pessoas, fatos ou situações. Muitas vezes, a história, nas mãos de Felisbelo Freire tem clara função política. Isto se torna patente em obras como *História de Sergipe* (1891), *História Constitucional* (1894-1895), *História da Revolta de 06 de Setembro* (1896)²²⁶.

Dessa forma, presume-se que os fazeres historiográficos em torno da obra *História da Cidade do Rio de Janeiro* foram também marcados pelas críticas negativas ao regime monárquico e pela luta contra a escravidão, buscando enaltecer o novo sistema instituído no país, do qual Felisbelo Freire era um atuante e defensor ávido.

Na tarde de sexta-feira, dia 27 de junho do ano de 1902, em sessão especial, reuniram-se vinte e um sócios, na sala *Pedro II* do IHGB, para aprovar o parecer da comissão especial; diga-se de passagem, foi uma sessão bastante concorrida em relação às demais sessões extraordinárias²²⁷ realizadas naquele mesmo ano. Nessa sessão, não estiveram presentes todos os membros da comissão especial, como também o autor do trabalho em questão.

Logo, iniciada a leitura, o secretário Max Fleiuss declarou: “não está nos casos de ser aprovado pelo Instituto”, fazendo referência ao parecer da comissão especial. Henrique Raffard de imediato sugeriu que o parecer, por eles apresentado, fosse submetido à votação do grêmio em substituição ao primeiro parecer. Diante dessa sugestão, apresentada por dois simpatizantes do regime monárquico, como apresentado no capítulo anterior, pode-se inferir que as posturas estavam aquém da análise historiográfica ao avaliar o mérito da obra, uma disputa política que causou a cisão entre os membros do IHGB. De um lado, estava o parecer positivo, realizado por defensores do novo regime; de outro, o parecer repreensivo ao trabalho, elaborado pelos simpatizantes do regime deposto. Neste caso, vale ressaltar que o julgamento do mérito da obra estava diante de uma instituição intelectual criada nos auspícios do regime monárquico, marcada pela presença atuante do imperador Pedro II.

Para contestar as argumentações positivas citadas no relatório da comissão especial, o parecer apresentado pelos sócios Max Fleiuss e Henrique Raffard era marcado pelas falhas e lacunas do trabalho apresentado por Felisbelo, principalmente no estudo relacionado à questão do espaço geográfico. Os críticos apontaram a ausência de uma pesquisa mais esmiuçada sobre a questão do antigo território do Município Neutro (hoje cidade de Niterói) e outras freguesias que se uniram após a constituição de 1891.

A segunda crítica está relacionada ao período estudado na obra pelo autor. Conforme os avaliadores desse parecer, Felisbelo Freire não estudou o primeiro e segundo reinados,

²²⁶ ALVES, 2010, p. 189-190.

²²⁷ Ver *Índice das Materias*, lista de todas as sessões realizadas no IHGB, transcrito na Revista do IHGB do ano de 1902.

tampouco o pós-1889, momento em que o estado do Rio sofreu grandes transformações tanto de caráter político quanto social.

Julgaram, ainda, a forma de análise do historiador ao estudar os períodos anteriores. Para Max Fleiuss e Henrique Raffard, não tiveram destaques suficientes na historiografia da obra de Felisbello Freire: “quasi não se referindo aos efeitos sensíveis da lei de 1 de outubro de 1828, que alterou a feição das municipalidades; por outro lado, commentou acontecimentos políticos, extranhos ao fim do trabalho e factos particulares que nada tinham que ver com a matéria”²²⁸.

Parece-me que o discurso apresentado por Felisbello Freire, na opinião dos sócios Max Fleiuss e Henrique Raffard, era depreciar a história construída durante o período monárquico.

Antes de finalizar a leitura do parecer, os sócios Fleiuss e Raffard sugeriram ao prefeito do Rio “recompensar por equidade essa tentativa assaz brilhante, o que naturalmente serviria de estímulo ao illustrado auctor”²²⁹.

Em relação à postura do IHGB, os pareceristas alertaram que a instituição “não poderá applaudir algumas das versões notoriamente parciais, de que o auctor se socorreu em certos casos”²³⁰. Os sócios Fleiuss e Raffard não mencionaram exatamente quais seriam essas versões, mas, ao observar o contexto histórico da época e as intensas querelas políticas que brotavam de “fora para dentro” da instituição, é possível deduzir que se tratava das paixões políticas do autor, diante de uma plateia, ainda em sua grande maioria, simpatizante do antigo regime deposto.

Concluíram que o trabalho encerra boa cópia de dados úteis para a história nacional e para a história do Rio de Janeiro, relatando os “esforços inteligentes” do autor para cumprir o decreto-lei proposto pela municipalidade. Entretanto, acrescentaram que a obra necessitaria de profundas melhorais.

Em summa, pensam os abaixo-assinados que o trabalho do Sr. Dr. Felisbello Freire, não está de accordo nem com os intuitos dos legisladores, nem com os termos da lei, e que quanto seu mérito, elle o encerra, sem que por isso se possa considerá-lo sufficiente, attentas as condições da mesma lei. O Sr. Prefeito Municipal poderá, entretanto, recompensar, por equidade essa tentativa assaz brilhante, o que naturalmente serviria de estímulo ao illustrado auctor e aos outros estudiosos que porventura se quizerem envolver no certamen. Ao Instituto Historico e Geographico Brasileiro não é licito, porém, sancionar, pelos fundamentos acima expostos, as conclusões do parecer da comissão especial²³¹.

²²⁸ ATA da Sessão Especial de 27 de junho de 1902. **RIHGB**. Tomo 65, 1902. p. 453.

²²⁹ ATA da Sessão Especial de 27 de junho de 1902. **RIHGB**. Tomo 65, 1902. p. 454.

²³⁰ ATA da Sessão Especial de 27 de junho de 1902. **RIHGB**. Tomo 65, 1902. p. 455.

²³¹ ATA da Sessão Especial de 27 de junho de 1902. **RIHGB**. Tomo 65, 1902. p. 456.

Os sócios Fleiuss e Raffard reafirmaram que ao IHGB não seria lícito aprovar o parecer da comissão especial, pelos motivos acima elencados.

Sobre o período histórico estudado por Felisbello Freire, os dois relatórios elaborados apresentam divergências entre si. O primeiro relatório realizado pela comissão especial expõe, em vários momentos, que o trabalho estudou o período exigido no edital “até a presente data”. Entretanto, o segundo parecer ratifica que o autor escreveu sua obra situando desde o período colonial até o ano de 1808.

Em relação a essa polêmica, não posso afirmar com exatidão o período em que o autor finalizou seu trabalho, em virtude de o manuscrito encaminhado pela municipalidade do Rio ao IHGB não ter sido publicado na íntegra.

Assim, obra *História da Cidade do Rio de Janeiro*, publicada em dois volumes, sendo o primeiro no ano de 1912 e o segundo no ano de 1914, após dez anos do episódio que causou uma fissura entre os sócios do IHGB e o autor, restringiu o estudo ao período histórico da cidade do Rio, entre a colônia até a chegada da família real ao Brasil.

Segundo Paulo Knauss, ao se referir à terceira parte do manuscrito de Felisbello Freire, motivo de grandes debates no centro do IHGB:

pode-se imaginar que este ponto de vista polêmico tenha feito a obra se restringir ao período colonial no ato de sua publicação. O fato é que o prefácio de sua segunda edição prometia a publicação completa “até os nossos dias”. Mas o volume de 1914 se restringe ainda a 1808²³².

A discussão em torno da avaliação da obra não foi finalizada com a leitura do segundo parecer. O sócio e orador Barão Homem de Mello, pronunciando-se, apontou diversas observações acerca do trabalho de Felisbello Freire e salientou a responsabilidade moral e científica do IHGB diante da difícil decisão que o grêmio deveria adotar. Sugeriu, então, diversas modificações ao trabalho²³³. Ainda assim, o sócio ressaltou a importância do esforço do pesquisador quando se debruçou a escrever sobre a história do Distrito Federal.

Outro sócio a manifestar sua opinião foi Castro Carreira²³⁴. Ele elogiou o trabalho de Felisbello Freire e o parecer da comissão especial. Entretanto, seu posicionamento foi rebatido

²³² KNAUSS, 2016, p. 1.

²³³ ATA da Sessão Especial de 27 de junho de 1902. **RIHGB**. Tomo 65, 1902. p. 454.

²³⁴ Liberato de Castro Carreira nasceu em Aracati (Ceará), em 24 de agosto de 1820, e faleceu na cidade do Rio de Janeiro, em 12 de julho de 1903. Médico pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. Voltando ao Ceará, foi nomeado pelo Presidente da província, Inácio Carlos de Vasconcelos, médico da pobreza, prestando bons serviços no particular. Médico do Hospital Militar. Membro da Junta de Higiene Pública. Substituto do Juiz de Direito, Municipal e de Órfãos da Capital e Aquiraz. Provedor de saúde do porto do Ceará. Contribuiu no combate a epidemias de varíola em Aracati (1849 e 1851) e febre amarela (Russas e Sobral). Fixando residência

por Max Fleiuss, que sustentou a substituição do parecer da comissão especial, decorrente das divergências dos pareceres quanto ao período estudado pelo autor, o que era contrário ao exigido no edital.

O sócio Mello Rego²³⁵, ao pedir a palavra, questionou a agilidade com que o parecer da comissão especial foi elaborado, cinco dias após o ofício encaminhado pela municipalidade do Rio. A esse questionamento, é possível reportar a divulgação do trabalho realizado no jornal *Cidade do Rio*. Dois anos antes de o livro ser concluído pelo autor, o jornal já divulgava em suas páginas alguns capítulos da obra sobre a história do Rio, além de haver, ainda, a possibilidade de os membros da comissão especial terem acesso ao manuscrito antes mesmo da entrega pelo autor ao Conselho Municipal do Rio.

O sócio João Alfredo²³⁶ ponderou suas argumentações por ter participado apenas de uma das quinze sessões de leitura do trabalho de Felisbello Freire. Fez referência ao mérito da obra do historiador, mas, advertiu, em nome da instituição, que a obra estava incompleta e que, pelas opiniões ali expostas pelo autor, não poderia o IHGB responsabilizar-se por elas. Mais uma vez, as opiniões do autor sergipano eram motivo de questionamento e reprovação.

em Niterói, foi nomeado (1855) para dirigir “enfermaria para tratamento dos indigentes de cólera”, escrevendo, então, instruções para a preservação e o tratamento da doença. Condecorado com a Ordem do Hábito de Cristo. Escolhido Senador em 1881, empenhou-se sempre na consecução de verbas para o Ceará. Membro de várias entidades científicas e culturais. Autor de obras científicas, relatórios, artigos sobre a seca de 1888 e dos volumes *História Financeira e Orçamentária do Império do Brasil* e *Descrição Geográfica Abreviada da Capitania do Ceará*. Site Nomes Ilustres do Ceará. Disponível em: <<http://www.ceara.pro.br/cearenses/listapornomedetalhe.php?pid=32389>>. Acesso em: 11 jan. 2018.

²³⁵ Francisco Raphael de Mello Rego nasceu em Pernambuco. Ingressou no Exército no dia 8 de agosto de 1842, passou a alferes em 23 de julho de 1844 e recebeu posteriormente os diplomas de engenheiro militar e bacharel em matemática e ciências físicas. Seguiu carreira até alcançar a patente marechal de campo em fevereiro de 1890. Em 1877, ainda no Império, presidiu a província de Mato Grosso. Já na República, foi eleito deputado federal por Mato Grosso para a legislatura 1897-1899. Durante a crise política de 1899, proferiu, em Mato Grosso, vários discursos na Câmara dos Deputados contra o ministro da Fazenda Joaquim Murinho e o presidente da República Campos Sales (1898-1902), acusando-os de responsáveis pela derrota do candidato apoiado pelo então senador Generoso Ponce ao governo do estado. Faleceu em julho de 1904. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/REGO,%20Francisco%20Melo.pdf>>. Acesso em: 11 jan. 2018.

²³⁶ João Alfredo Correia de Oliveira nasceu em 1835, no engenho São João, na ilha de Itamaracá, Pernambuco, e morreu no Rio de Janeiro, no dia 6 de março de 1919. Mais tarde, transferiu-se para Olinda, onde fez seus estudos de Humanidades e Direito. Em 1870, João Alfredo inicia sua vida ministerial, convocado pelo Visconde de São Vicente, para fazer parte do 24º Gabinete Imperial, como Ministro do Império. Em 1876, foi eleito, na lista tríplice, para Senador do Império, assim como para o Conselho do Estado. Quando a Princesa Isabel se encontrava na Regência e se desentendeu com o Barão de Cotegipe, então presidente de Conselho do Império e conhecido por suas ideias escravocratas, João Alfredo assume o posto. Para o levantamento dos recursos naturais da província de São Paulo, cria o Instituto Geográfico e Geológico. Finalmente, João Alfredo apresentou o projeto, no qual, em um artigo, decretava o fim da escravidão no Brasil, e no outro estabelecia que estavam revogadas as disposições em contrário. A sanção imperial se deu no dia 13 de maio. João Alfredo só volta a ocupar cargo público no governo de Hermes da Fonseca; já idoso, ocupou a presidência do Banco do Brasil. Não conseguiu concluir o livro de memórias políticas que desejava publicar. Disponível em: <http://www.ebiografia.com/joao_alfredo_correia_de_oliveira/>. Acesso em: 11 jan. 2018.

A esse posicionamento apresentado pelo ex-conselheiro, o sócio Aristides Milton foi contrário. Além de se apresentar favorável ao parecer da comissão especial, fez diversas considerações²³⁷.

O sócio Souza Pitanga também se posicionou favorável ao parecer da comissão especial e completou da seguinte maneira:

Indico que o Instituto Historico, aprovando a conclusão do parecer da Comissão Especial, nomeada para conhecer do merito do trabalho do Sr. Dr. Felisbello Freire resolva a conveniência de ser elle completado nos termos do additivo, offerecido pelo consocio Sr. Barão Homem de Mello²³⁸.

Manifestou-se o sócio José Americo dos Santos (membro da comissão especial), referindo-se que, ao IHGB, cabia apenas atender ao pedido da municipalidade do Rio. Vale lembrar que a essa solicitação restava apenas a avaliação do mérito da obra.

Outro sócio favorável ao parecer da comissão especial foi Miranda de Azevedo²³⁹, que, na oportunidade, fez diversas considerações²⁴⁰ no tocante ao trabalho apresentado por Felisbello Freire.

Novamente, o sócio Raffard expôs as razões em favor da substituição do primeiro parecer da comissão especial e reafirmou os pontos negativos da obra e do relatório elaborado pela comissão.

Pode-se notar, claramente, o empenho do primeiro secretário em prol da avaliação realizada por eles para sustentar suas argumentações. Por vezes, desmereceu o relatório da comissão especial, colocando em dúvida a capacidade e a competência dos membros daquela comissão, escolhida pelo então presidente do grêmio, Aquino e Castro.

²³⁷ Estas considerações realizadas pelo sócio Aristides Milton não foram detalhadas na ata transcrita no final da *Revista do IHGB*, do ano de 1902.

²³⁸ ATA da 1ª Sessão Extraordinária em 20 de fevereiro de 1902. **RIHGB**. Tomo 65, 1902. p. 457.

²³⁹ Augusto César de Miranda Azevedo nasceu em Sorocaba, no dia 10 de outubro de 1851, e faleceu em São Paulo, no dia 2 de março de 1907. Foi médico, historiador, jornalista e político brasileiro. Foi o primeiro redator da *Revista Médica do Rio de Janeiro* (anais da Biblioteca Nacional V. 9, ano de 1881-1882, p. 446). Curiosamente, também apresentou, em uma exposição, uma medalha de Santo Ignácio de Loyola, encontrada em um cemitério indígena da Província de São Paulo (op. cit. p. 1374). Assinou o Manifesto Republicano, publicado no dia 3 de dezembro de 1870, no jornal *A República* (Rio de Janeiro), no Rio de Janeiro, documento histórico de grande importância para o Brasil. Como jornalista, foi diretor do jornal *A República* do Rio de Janeiro e colaborador no jornal *O Estado de S. Paulo - o Estadão*. Na política, foi membro do Partido Republicano Paulista, deputado estadual na Câmara do Congresso Legislativo do Estado de São Paulo por três legislaturas (1891 a 1892, 1895 a 1897 e 1898 a 1900). Lente de medicina legal na Faculdade de São Paulo. Foi o 3º presidente da Sociedade de Medicina e Cirurgia de São Paulo (1897/1898) que, em 1953, converteu-se na Academia de Medicina de São Paulo. Organizou, no Rio de Janeiro, a “Conferência popular sobre o Darwinismo”. Ardoroso republicano, seria eleito, em 1891, deputado ao primeiro Congresso Paulista. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Augusto_C%C3%A9sar_de_Miranda_Azevedo>. Acesso em: 14 jan. 2018.

²⁴⁰ Estas considerações também não foram descritas em ata.

Os debates em torno dos dois pareceres realizados pelos sócios do IHGB pareceram ficar mais calorosos quando os sócios João Alfredo, Max Fleiuss, Souza Pitanga e Miranda de Azevedo pediram novamente a palavra. A respeito dessa contenda, a ata transcrita na Revista do IHGB não traz mais detalhes sobre essas discussões.

O que se pode notar em relação aos sócios diz respeito aos posicionamentos políticos de cada um deles, como no caso dos sócios Max Fleiuss, Henrique Raffard e João Alfredo, defensores do regime deposto, que pareciam incomodados com o que havia escrito Felisbello Freire ao estudar o período monárquico. Já os sócios Souza Pitanga e Miranda de Azevedo, republicanos convictos, defendiam veementemente a obra do historiador sergipano, assim como o parecer da comissão especial.

Manoel Francisco, ao presidir a sessão especial, na tentativa de solucionar esse embate, resolveu fazer uma votação que deliberava em torno de duas questões, a saber: o mérito da obra – se seria de utilidade para o país ou não; e o merecimento do prêmio decretado pela municipalidade do Rio.

Referente à primeira questão, o IHGB resolveu pela assertiva. Em relação à segunda, por sua vez, foi de opinião contrária e, assim sendo, o Instituto encaminhou o manuscrito juntamente com o ofício com essa decisão em torno do trabalho de Felisbello Freire.

Esses embates e controvérsias acerca do trabalho levam a questionar a natureza dessa obra. Por que os sócios do IHGB, mesmo após o parecer favorável da Comissão, seguiram questionando a legitimidade da obra?

Seria possível questionar a escolha dos membros da Comissão, mas esta foi constituída por pesquisadores renomados, selecionados pelo presidente da instituição, não havendo nenhuma objeção a tal escolha.

Diante do exposto, pode-se afirmar que questões políticas podem ter interferido no processo de julgamento da obra, já que o autor era um convicto republicano diante de uma elite intelectual predominantemente monarquista.

Após esse acontecimento polêmico no IHGB, o nome de Felisbello Freire não foi mais mencionado nas sessões ordinárias ou extraordinárias, demonstrando o afastamento do convívio desse sócio quanto ao recinto intelectual. Houve, ainda, uma querela judicial travada entre o único concorrente do concurso com a municipalidade do Distrito Federal, por meio do advogado Dr. Deodato Maia, que requereu o direito ao prêmio no valor de 50:000\$000 (cinquenta contos de réis)²⁴¹.

²⁴¹ Jornal **A Notícia**, 10 de outubro de 1902, ano IX, nº 240, p. 2.

Faz-se necessário observar que o prêmio representava um valor bastante alto para a época. Felisbello Freire, no prefácio do seu livro *História da Cidade do Rio de Janeiro*, publicado em 1912, descreveu os gastos contraídos durante a produção da obra, pagos com seu ordenado, e que precisava ser ressarcido. Outra questão em foco dizia respeito ao brio e à busca de reconhecimento intelectual do historiador sergipano. Para Felisbello Freire, escrever a “História do Rio de Janeiro é escrever a história do Brasil”²⁴².

Como afirmou o historiador Francisco José Alves, ao citar o episódio polêmico em torno da obra de Felisbello Freire, essa contenda fez com que o autor sergipano se afastasse da mais respeitada instituição intelectual da época e, com isso, isolou-se também da elite letrada do país. Assim,

Em 1902, FF rompe com a instituição. O incidente teve como motivo um parecer do grêmio sobre sua História da Cidade do Rio de Janeiro. Tendo o prefeito da capital estabelecido um concurso para que se escrevesse a história da capital fluminense, pede ao IHGB que julgue se o trabalho de FF é merecedor do prêmio. A facção monarquista do Instituto reage aos ataques de FF à monarquia. O historiador é convidado para ler sua obra diante do Instituto. Terminada a leitura, alguns membros conseguem aprovar um parecer contrário ao trabalho. FF afasta-se definitivamente do IHGB e, em 1912, ao editar a obra, critica duramente o sodalício²⁴³.

Era Felisbello Freire um membro atuante naquela instituição, se se observarem as atas publicadas na Revista do IHGB. Logo após a sua posse, enquanto sócio correspondente e, depois, como sócio efetivo, participou de importantes comissões no sodalício, como a comissão de manuscrito e a comissão de patrimônio.

Durante sua legislatura como deputado federal, subiu à bancada para exigir a aprovação da subvenção de verba destinada ao IHGB, com o intuito de ajudar a manter o funcionamento e a manutenção do grêmio, após os difíceis momentos vividos pela instituição, posteriores à queda do regime monárquico e à perda do seu principal patrono, D. Pedro II.

Também se observa que, ao ocupar a pasta de Ministro da Fazenda, Felisbello Freire autorizou a publicação da Revista do IHGB e de alguns números anteriores do periódico já escassos.

Dez anos após a polêmica, Felisbello Freire publicou com seus próprios recursos a obra *História da Cidade do Rio de Janeiro*, em dois volumes, ambos pela gráfica Tipografia da Revista dos Tribunais, com aproximadamente cinquenta páginas cada volume.

²⁴² FREIRE, 1912, p. 101.

²⁴³ ALVES, 2010, p. 16.

Depois de uma década, o autor ainda demonstrava alimentar mágoa profunda em relação à decisão do IHGB, perante a avaliação negativa referente ao seu trabalho. Sentindo-se injustiçado, Felisbello escreveu, no prólogo *Ao Leitor*, publicado no ano 1912, um longo desabafo sobre o episódio sofrido na agremiação. Segundo o autor, a perseguição teria sido motivada por questões políticas e por ser um historiador defensor do republicanismo diante de uma instituição com espírito monárquico.

De fato, Felisbello Freire poderia ter razão, quando descreveu que o episódio em torno do julgamento à sua obra estivesse vinculado a questões políticas. E, como se sabe, não era este autor um político destituído de suas paixões partidárias.

Como visto anteriormente, era um político de postura rígida ao defender suas convicções e, na oportunidade, cometeu abusos àqueles contrários ao novo regime e promoveu, enquanto ministro da pasta da fazenda do governo de Floriano Peixoto, perseguições diversas aos servidores públicos ligados ao seu ministério. Entre eles, estava o sócio e presidente do Tribunal de Contas, na época, Manoel Francisco Correia, que, por decisão forçada, preferiu renunciar ao cargo a ter que delatar seus colegas de trabalho. A esse evento, de imediato, o sócio informou a todos os membros do IHGB, através da arca do *Sigilo*, e se pronunciou diante da perseguição promovida por Felisbello Freire.

Com isso, pode-se dizer que houve leituras deturpadas da história da cidade do Rio, pelo olhar militante de Felisbello Freire, quando escreveu o trabalho que gerou, no centro do IHGB, grandes querelas no momento da avaliação da obra do autor sergipano.

É possível observar no relato de Capistrano de Abreu²⁴⁴:

Laudelino é irmão do Felisbello, Ministro da Fazenda do Floriano e autor de vários livros de escasso valor. Não compreendo a transformação. Felisbello esteve aqui pela primeira vez em fins de 88 ou começo de 89 e passamos dias encantados com sua inteligência, com seu saber, Sílvio, João Ribeiro, Vale Cabral, eu, Alves, o livreiro, que tinha bastante leitura [...]. Chegou a república, nomearam-no governador de Sergipe, elegeram-no à Constituinte, puseram-se no ministério e começou uma degringolada física, moral e intelectual que ainda hoje não compreendo. Talvez na primeira fase o víssemos pelos óculos de João Ribeiro, seu patrício e velho amigo, e só na segunda usássemos dos próprios olhos²⁴⁵.

O autor de *Capítulos da História Colonial*, no primeiro momento em que conheceu Felisbello Freire, descreveu-o como uma figura promissora, entusiasmado com tamanha

²⁴⁴ Cartas de Capistrano de Abreu enviadas ao seu amigo João Lucio de Azevedo durante os anos de 1916 a 1927. Ver ABREU, Capistrano de. **Correspondência de Capistrano de Abreu**. Organizado por José Honorário Rodrigues. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. Brasília, 1977.

²⁴⁵ ABREU, 1977, p. XV.

inteligência e conhecimento. A erudição do sergipano realmente surpreendeu Capistrano de Abreu.

Entretanto, o intelectual cearense logo mudaria de opinião. E, ao vincular o autor de *História de Sergipe* aos acontecimentos políticos da época, o fez de forma depreciativa quando destacou aquela personagem enquanto escritor e historiador. Era Capistrano de Abreu, uma pessoa de personalidade forte, de modos rudes e língua ferina, segundo descreveu Rebecca Gontijo.

Capistrano não economizou nas palavras para menosprezar a produção historiográfica de Felisbello Freire, fez jus ao seu estilo sagaz e descreveu o sergipano como um historiador dedicado a escrever história política e que se voltou a criticar o antigo regime e tudo que fosse relacionado a ele.

Percebe-se, diante disso, que o autor sergipano causou incômodo aos simpatizantes da monarquia – entre eles, Capistrano de Abreu, uma pessoa bastante influente no Instituto Histórico – quando defendeu a bandeira do republicanismo em suas obras.

Essas leituras são o que Roger Chartier, no seu livro *As aventuras do livro: do leitor ao navegador*, entende como produto de uma ação, essa que ocorre através da apropriação dos textos que são os meios para o leitor concebê-la.

Nesses dois pareceres, nota-se uma leitura entendida a partir do conceito de Chartier, que ocorre através da “*leitura* como um processo coletivo de produção de sentido do texto, e não apenas como efeito de um ato individual e silencioso”²⁴⁶. Foi essa leitura realizada por dois grupos de posições políticas divergentes e influentes, dentro de uma instituição intelectualmente respeitada, que disputavam forças e influências em defesa de suas opiniões, estabelecidas no momento da avaliação da obra de Felisbello Freire.

Segundo o autor do texto *Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, subsídios para a sua história*, Vieira Fazenda, ao enumerar os pareceres que geraram controvérsias entre alguns sócios do IHGB, durante os anos de 1900 a 1910, observa-se que, no caso particular da avaliação acerca da obra de Felisbello Freire, foram dois pareceres emitidos e questionados, algo que nunca havia ocorrido antes na instituição.

Frente à história institucional e ao momento histórico vivido no país, a obra de Felisbello Freire parece, em certo momento, um mero pretexto para os representantes da ala monarquista e da republicana digladiarem-se naquele momento no âmbito interno do IHGB.

²⁴⁶ CHARTEIR, 2012, p. 18.

CONCLUSÃO

Neste trabalho, aspirei a compreender as causas possíveis que ocasionaram o silenciamento em torno da obra *História da Cidade do Rio de Janeiro*, de Felisbelo Freire, escrita no final do século XIX, e que não consta nas atuais bibliografias sobre a história da cidade do Rio de Janeiro. Também busquei compreender o afastamento do autor do convívio entre os pares do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, gerado após a polêmica de 1902.

Era o ano de 1896, quando um projeto instituído pela municipalidade carioca através do Decreto-lei nº 231, de 19 de março, propôs a produção da melhor história da cidade do Rio de Janeiro desde os tempos coloniais “até a presente época”. O historiador Felisbelo Freire foi o único engajado durante cinco anos previstos pelo decreto para a feitura da obra.

Entretanto, a obra escrita no final do século XIX não teve os louros merecidos diante de outras obras do autor, já consagrado com a sua *História de Sergipe*, pioneira na historiografia sergipana.

Felisbelo viu seu trabalho cair no ostracismo historiográfico, após a municipalidade do Rio enviá-lo ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro para julgar o mérito da obra, a qual concorria ao prêmio estipulado pela prefeitura. O fato causou uma fenda entre a ala monarquista e a ala republicana no âmbito interno daquela instituição, quando o relatório favorável da comissão especial gerou vários debates. Após questionamentos, surgiu o convite do grêmio ao autor para a leitura do seu trabalho e, durante quinze sessões, Felisbelo Freire se dirigiu ao IHGB.

Como se sabe, na história intelectual do nosso país, o IHGB ocupa um lugar de destaque desde fins da década de 1830, quando foi fundado, tendo por diretrizes, segundo seus estatutos, centralizar a coleta e a publicação de documentos para a história do Brasil e incentivar estudos de natureza histórica, com a finalidade de construir uma identidade nacional. Além disso, a instituição tornou-se um importante espaço de consagração sobre a proteção imediata do seu principal patrono, D. Pedro II.

Com isso, pode-se perceber que a entidade por longos anos reunia em seu quadro as mais proeminentes figuras da vida intelectual, e também política, do país. Como citou Ângela Alonso ao se referir às comunidades intelectuais da época:

Eram *comunidades* de pares, equivalentes intelectuais da comunidade política do parlamento. O melhor exemplo é o tradicional Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, uma instituição oficial, responsável por forjar a história e identidade nacionais. Com sessões fechadas, pauta estrita, tom formal, o IHGB reproduzia o

Conselho de Estado: seus membros eram vitalícios, selecionados na elite já assentada no sistema político, isto é, aqueles que já tinham ascendido ao Senado, como aconteceu a Rio Branco e a Cotegipe²⁴⁷.

Como foi visto no primeiro capítulo, pouca coisa mudou no quadro social da instituição após a proclamação da República, quadro esse formado, em sua grande maioria, por monarquistas ou simpatizantes do regime deposto.

Felisbello Freire, um republicano convicto, foi aceito para o quadro de sócios do grêmio no ano de 1888. Após dois anos, tomou posse e integrou efetivamente no cotidiano daquela instituição, mas não tardara, e suas vinculações e posturas políticas criaram uma fissura entre a boa acolhida inicial dos sócios e os conflitos com a poderosa ala monarquista do IHGB, como foi mostrado no segundo capítulo.

A exposição pública, após a leitura do parecer emitido pela comissão especial, foi motivo de embates que ocasionaram um novo parecer, apresentado pelos sócios Max Fleiuss e Henrique Raffard, que questionaram alguns fatos históricos não abordados pelo autor ou não suficientes em sua análise histórica, o que levou a obra do historiador sergipano a uma votação sobre o mérito de seu trabalho e do merecimento do prêmio.

Mais uma vez, os ânimos entre os opositores políticos rebelavam-se no ventre do IHGB, e a ala monarquista e a ala republicana se digladiaram em torno dos pareceres da obra de Felisbello Freire, um republicano visceral, autor de obras controversas por defender a causa republicana, como nos livros *História de Sergipe* (1891), *História Constitucional* (1894-1895) e *História da Revolta de 06 de Setembro* (1896).

A análise histórica do trabalho que fez os conflitos políticos submergirem no IHGB está situada na terceira parte, essa que envolveu a interpretação do período monárquico, realizada por um republicano que teve a obra *História da Cidade do Rio de Janeiro* sob o jugo de uma plateia monarquista.

Em seu estudo, Ângela Alonso definiu que os discursos contra o regime monárquico eram também, na produção historiográfica, contra a política imperial. Vários livros de caráter propagandista foram produzidos com o intuito de defender os novos ideais inspirados nos movimentos abolicionistas e no novo sistema republicano. Era uma disputa política e intelectual que norteava a vida social do país.

Conclui-se que a maneira como os argumentos dos pareceristas foram apresentados, principalmente quando o autor descreveu sua interpretação sobre o período monárquico,

²⁴⁷ ALONSO, 2002, p. 282.

representa a questão central que deu subsídio para os grupos políticos e, também, os sócios do IHGB rivalizarem entre si.

“No Brasil da segunda metade do XIX não havia um grupo social cuja atividade exclusiva fosse a produção intelectual”²⁴⁸, a esse grupo é possível destacar o papel dos sócios do IHGB, uma vez que o grupo buscava a construção da identidade nacional através, também, do viés político.

Felisbello Freire era o que Ângela Alonso definiu como “autor de obras políticas”. Samuel Albuquerque constatou ainda que o político Felisbello Freire se manifestava claramente na obra do historiador. Francisco José Alves afirmou que, “muitas vezes, a história, nas mãos de Felisbello Freire tem clara função política. Isso se torna patente em obras como *História de Sergipe* (1891), *História Constitucional* (1894-1895) e *História da Revolta de 6 de Setembro* (1896)”²⁴⁹, todas escritas antes da polêmica obra *História da Cidade do Rio de Janeiro*.

Logo se percebe que, diante da querela fomentada pela apresentação dos pareceres quanto ao trabalho de Felisbello Freire, no âmbito do IHGB, abriu-se uma fenda, e disputas de opiniões entre a ala monarquista e a ala republicana em torno da obra do autor sergipano puderam ser vistas. Era uma “queda de braços” o discurso político em torno da interlocução historiográfica no tocante à obra *História da Cidade do Rio de Janeiro*, como ficou demonstrado aqui, ao serem citados os envolvidos nos relatórios de avaliação ao manuscrito, que foi estudado no terceiro capítulo.

O próprio Felisbello Freire afirmou ter sido vítima de perseguições partidárias no recinto do IHGB pelas posturas políticas que defendia, quando publicou, no prólogo *Ao Leitor*, no ano de 1912, a polêmica em torno do seu trabalho reprovado por questionar o período monárquico, a partir da gestão de D. João VI.

[...] da elaboração da HISTÓRIA DO RIO DE JANEIRO, o leitor vae apreciar a incapacidade do Instituto Histórico e a sua fraqueza moral de se deixar suggestionar por prevenções de opiniões políticas monarchicas contra interesses do humilde autor desta²⁵⁰.

O trabalho sucinto desta pesquisa não pode se encerrar com o estudo das recepções realizadas à obra *História da Cidade do Rio de Janeiro* no âmbito interno do IHGB, principal causa para o afastamento de Felisbello Freire do convívio de seus pares e do cotidiano daquela

²⁴⁸ ÂNGELA, 2002, p. 30.

²⁴⁹ ALVES, 2010, p. 189.

²⁵⁰ FREIRE, 1912, p. III.

agremiação, bem como para o ostracismo intelectual do autor, que, em busca de angariar prestígio intelectual, submeteu-se aos trâmites estatutários do IHGB para se integrar ao quadro social do grêmio.

Ainda há muitas perguntas sobre esse intelectual, membro de uma família de prestígio, uma vez que se instiga a curiosidade, por exemplo, acerca de sua origem mestiça e da sua influência e contribuição na historiografia sergipana, quando publicou sua obra célebre *História de Sergipe*.

Enfim, este trabalho é um subsídio ao delineamento de uma obra relevante para a historiografia carioca, mas que não teve o valor estimado por questões político-partidárias, quando avaliada no âmbito interno do IHGB, espaço de consagração intelectual que abrangia, em sua maioria, simpatizantes do antigo regime deposto, diferentemente da recepção por partes dos jornais fluminenses de propriedade dos intelectuais, defensores do abolicionismo e do republicanismo, como o jornal *Cidade do Rio*, de propriedade de José do Patrocínio.

FONTES E BIBLIOGRAFIAS

FONTES

ATAS DAS SESSÕES. 3º Sessão Ordinária em 13 de julho de 1888. **RIHGB**. t.51,1888, p.333

_____. 21º Sessão Ordinária em 29 de novembro de 1889. **RIHGB**. t.52, parte 2, 1889, p.532-546.

_____. 19º Sessão Ordinária em 28 de novembro de 1890. **RIHGB**. t.53, parte 2, 1890, p.529.

_____. Sessão Magna de Aniversário em 15 de dezembro de 1890. **RIHGB**. t.53, parte 2, 1890, p.561-573.

_____. Sessão Extraordinária em 19 de dezembro de 1890. **RIHGB**. t.53, parte 2, 1890, p.548-550.

_____. 18º Sessão Ordinária em 06 de novembro de 1891. **RIHGB**. t.54, parte 2, 1891, p.266-279.

_____. Sessão Extraordinária em 15 de janeiro de 1894. **RIHGB**. t.57, parte 2, 1895, p.293.

_____. 1ª Sessão Extraordinária em 20 de fevereiro de 1902. **RIHGB**. t.65, parte 2, 1902, p.407.

_____. Sessão Ordinária em 16 de março de 1902. **RIHGB**. t.65, parte 2, 1903, p.439.

CIDADE DO RIO. 1887 a 1902.

Conselheiro Tristão Araripe. *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, 1908. 04 de julho de 1908, p.02

DIÁRIO DA MANHÃ, Aracaju, Anno IX, 17, 18, 23 e 24 de maio de 1916, números, 1797, 1798, 1801 e 1802.

ESTADO DE SERGIPE, Aracaju, 02, 03, 16 e 21 de maio e 06 de junho de 1916.

FILHO, Virgílio Corrêa. **Max Fleiuss**. *Jornal do Commercio*. Rio de Janeiro, 07 de fevereiro de 1943, p.04.

GAZETA DE NOTICIAS, Rio de Janeiro, 18 de novembro de 1879.

Felisbello Freire. *Diário da Manhã*, Aracaju, 17 de maio de 1916, p.1.

Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe. *Estado de Sergipe*, Aracaju, 9 de junho de 1916. p. 2.

JORNAL DO BRASIL, de 04 de julho de 1908. Rio de Janeiro, 1908, p.4

PARAGUASSÚ, João. *Correio da Manhã* . Rio de Janeiro, 07 de fevereiro de 1943, p.04.

Relatório do 1º secretário. Sessão Magna de Aniversário em 15 de dezembro de 1888. **RIHGB**. t.51, parte 2,1888, p.337.

Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, tomos 51 (1888) a 65 (1902).

DICIONÁRIOS

BLAKE, Augusto. V. A. S. **Dicionário Bibliográfico Brasileiro**. Rio de Janeiro: Conselho Federal de Cultura, 1970.

GARNIER, Almanaque. **Gazeta Litteraria**. Direção: RODRIGUES, José Honório. Brasília: Editora Universidade Federal de Brasília, 1981, p.479.

GUARANÁ, Armindo, **Dicionário Biobliográfico Sergipano**. Rio de Janeiro: Editora Pongetti, 1925, p.83-86.

SÍTIOS DA INTERNET

ANPUH/Brasil: site.anpuh.br

Arquivo Nacional: <http://www.arquivonacional.gov.br>

Academia Brasileira de Letras: <http://www.academia.org.br>

Câmara dos Deputados: <http://www2.camara.leg.br/>

Senado Federal: <http://www12.senado.leg.br/hpsenado>

IHGB: <https://ihgb.org.br>

IPHAN: www.iphan.org.br

Machado de Assis: <http://www.machadodeassis.org.br>

REFERÊNCIAS TEÓRICAS

BOURDIEU, Pierre. **A ilusão biográfica**. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaina. Usos e abusos da história oral. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1998, p. 183-191.

CHARLE, Christophe. **A prosopografia ou biografia coletiva: balanço e perspectivas.** In: HEINZ, Flávio. *Por outra história das elites.* Rio de Janeiro: FGV, 2006.

CHARTIER, Roger. **A História Cultural: Entre práticas e representações.** Tradução de Maria Manuela Galhardo. Lisboa: DIFEL, 2002.

_____. **Os Desafios da Escrita.** (Tradução) MORETTO, Fúlvia M. L..São Paulo: Editora UNESP, 2002.

_____. **Inscrever e apagar: Cultura escrita e literatura (séculos XI-XVII).** (Tradução) FERREIRA, Luzmara Curcino. São Paulo: Editora UNESP, 2007.

_____. **A aventura do livro. Do leitor ao navegador.** Conversações com Jean Lebrun. 1ª reimpressão. Tradução Reginaldo Carmello Corrêa de Moraes. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo/Editora UNESP, 1998.

_____. **O homem de letras.** IN: VOVELLE, Michel (dir.). *O homem do Iluminismo.* Lisboa: Editorial Presença, p.117-153,1997.

_____. **Práticas da leitura.** Tradução de Cristiane Nascimento; In de Alcir Pécora. 2 ed. São Paulo: Estação Liberdade, 2001. p. 233.

_____.**A ordem dos livros: leitores, autores e bibliotecas na Europa entre os séculos XIV e XVIII.** trad. Mary Del Priore. Brasília: Editora da Unb, 2ª Ed.,1998, p. 12.

LALOUETTE, Jacqueline. **Do exemplo à série: história da prosopografia.** In: HEINZ, Flávio. *Por outra história das elites.* Rio de Janeiro: FGV, 2006.

MARTINS, Carlos Benedito. **Notas sobre a noção de prática em Pierre Bourdieu.** Novos Estudos-CEBRAP, n. 62, março 2002, p.163-181.

SIRINELLI, Jean-François. **“Os intelectuais”.** In REMOND, René. Por uma história política. Rio de Janeiro: ed. FGV, 2003, p. 249.

ORTIZ, Renato (org.) **Bourdieu – Sociologia.** São Paulo: Ática. Coleção Grandes Cientistas Sociais, vol. 39.p.122-155, 1983.

STONE, Laurence. **Prosopography.** In: Daedalus: journal of American Academy of Arts and Sciences, vol. 100, nº 1, p.46,1971.

TRAGINO, Arnon. **O leitor, a leitura, o livro e a literatura na Estética da Recepção e na História Cultural.** Revista Mosaicum. Espírito Santo. n. 18, jul/dez. 2013. p. 24-33

IHGB

ABREU, João Capistrano. **Livros e Letras.** *Gazeta de Notícias.* Rio de Janeiro, p.2, 18 de nov.1879.

AQUINO E CASTRO, Olegário Herculano de. **O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro desde sua fundação até hoje**. RIHGB, Rio de Janeiro, t.60, p.171, 1897.

BARATA, Mário. **Quatro Historiadores no Início da República**. RIHGB, Rio de Janeiro, v. 271, abril/junho, p.216, 1966.

BARROSO, Oswald. **Tristão de Alencar Araripe: Alma Afoita da Revolução**. Fortaleza: Museu do Ceará, Secretária da Cultura do Estado do Ceará, 2006. (Coleção Outras Histórias, 50).

FAZENDA, Vieira. **Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro: subsídios para a sua história (1838-1911)**. RIHGB, t. 74, parte 2, p. 277-439, 1911.

_____. **Antiquilhas e Memórias do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1921.

FILHO, Virgílio Corrêa. **Sedes do Instituto Histórico**. RIHGB, Rio de Janeiro, v. 254, jan./mar., p.4, 1962.

GOMES, Ângela de Castro. **A República, a História e o IHGB**. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2009.

GONTIJO, Rebeca. **O velho vaqueano: Capistrano de Abreu, da historiografia ao historiador**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2013.

GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. **Nação e Civilização nos trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma História nacional**. Estudos Históricos. Rio de Janeiro, n. 1, p. 5-27, 1988.

GUIMARÃES, Lucia Maria Paschoal. **Da Escola Palatina ao Silogeu: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1870-1930)**. Rio de Janeiro: Museu da República, 2007.

_____. **Debaixo da imediata proteção imperial: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1838-1889)**. Revista do Instituto Histórico e Geográfico. Rio de Janeiro, v. 156, n. 388, p. 459-613, jul./set.,1995.

_____. **Debaixo da imediata proteção imperial: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1838-1889)**. São Paulo: Editora Annablume, 2011.

HRUBY, Hugo. **Obreiros diligentes e zelosos auxiliando no preparo da grande obra: a História do Brasil no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1838-1912)**. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

IHGB. Importante documento: Subsidio para a história da administração pública. **RIHGB**. Rio de Janeiro, t.59, p.209,1896.

Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. **Novos Estatutos**. Rio de Janeiro: Typographia de F. Paulo Britto, p.4-5, 1851.

Índice Geral dos números 1 a 339. **RIHGB**. n. 400, jul./set. 1998.

JANOTTI, M. de L. M. **O diálogo convergente: políticos e historiadores no início da República**. In: FREITAS, M. C.(Org). *Historiografia brasileira em perspectiva*. São Paulo: Contexto, p.119-143, 2011.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças**. Cientistas, instituições e questão racial no Brasil: 1870-1930. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

_____. **As barbas do imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos**. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

SILVA, Leandro Maciel. **Tristão de Alencar Araripe e a História da Província do Ceará: Contribuição a História Nacional**. João Pessoa, 2013.

SOUSA, Francisco Gouvea de. **Revolta e proclamação como molduras da história: escrita da história e olhares para a República entre os sócios do IHGB**. *História e Historiografia*. Ouro Preto, nº 18, p.213-230, 2015.

WEHLING, Arno (coordenação). **Origens do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro: ideias filosóficas e sociais e estruturas de poder no Segundo Reinado**. Rio de Janeiro: IHGB, 1989.

_____. **De formigas, aranhas e abelhas: reflexões sobre o IHGB**. Rio de Janeiro: IHGB, 2010.

FELISBELLO FREIRE

ALBUQUERQUE, Samuel (org). **José Calasans e Sergipe**. Aracaju: IHGSE; São Cristovão: Editora UFS, 2016.

_____. **Felisbello, o mulato (I)**. *Jornal da Cidade*, Aracaju, 26-28 nov.2016, caderno B, p.5.

_____. **Felisbello, o político (I)**. *Jornal da Cidade*, Aracaju, 04-06 fev. 2017. Caderno B, p.5.

_____. **Felisbello, o político (II)**. *Jornal da Cidade*, Aracaju, 28 jan. 2017. Caderno B, p.5.

ALVES, Francisco José. **A rede de Conceitos: uma leitura da historiografia de Felisbello Freire**. São Cristovão: Editora UFS; Aracaju: Fundação Oviêdo Teixeira, 2010.

ABREU, Capistrano de. **Correspondência de Capistrano de Abreu**. v. 2. In: RODRIGUES, José Honório (Org). 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, p.172-173, 1977.

BARRETO, Luiz Antonio. Apresentação. In: FREIRE, Felisbello. **História Territorial de Sergipe**. Aracaju: Sociedade Editorial de Sergipe, 1995. p. 7.

CALASANS, José. **Aracaju e outros temas sergipanos**. 2. Ed. São Cristóvão: Editora UFS; Aracaju: IHGSE, 2013. 190p. (Coleção Biblioteca Casa de Sergipe).

CAMPOS, Olimpio Campos de Sousa **Orientação da política de Sergipe: resposta ao Dr. Felisbello Freire**. Typ. d' O Estado de Sergipe, 1906. 66 p.

DIÁRIO OFICIAL DO DISTRITO DO RIO DE JANEIRO. **Decreto-lei 231 de 19 de março de 1896**. Publicado em 20 de março, p.1351-1362,1896.

Documento Inédito. **Revista do Aracajú**, ano IV, nº 4, p.164, 1951.

FORTES, Bonifácio. **Felisbello Freire: O Homem Público, o escritor e o constitucionalista**. Aracaju, 1958.

FREIRE, Felisbello. **História da Cidade do Rio de Janeiro: 1564-1700**. Rio de Janeiro: Typ. da Revista dos Tribunais, v.1, 1912.

_____. **Colonização de Sergipe 1500 à 1600: Governo de Thomé da Rocha e Diogo de Qoadros**. RIHGB. Suplemento t.51, p.205-227, 1888.

FREITAS, Itamar. **Historiografia Sergipana**. 1. ed. São Cristóvão: Editora da UFS, 2007. v. 1. 310 p.

GODOY, Arnaldo Sampaio de Moraes; JÚNIOR, José Levu Mello do Amaral. **Felisbello Freire: notas sobre o primeiro historiador do constitucionalismo brasileiro e o uso da história do direito como instância de argumentação política**. Universitas Jus. Brasília, v.27, n. 3, 2016 p. 1-6.

LIMA, Jackson da Silva. Felisbello Freire: um desbravador pioneiro. In: _____. **Os estudos antropológicos, etnográficos e folclóricos em Sergipe**. Aracaju: Governo do Estado de Sergipe, 1984. p. 17-18.

_____. Felisbello Freire. In: _____. **Os estudos filosóficos em Sergipe**. Aracaju: Sociedade Editorial de Sergipe, 1995. p. 75-76.

NUNES, Maria Thetis. Prefacio. In: FREIRE, Felisbello. **História territorial de Sergipe**. Aracaju: Sociedade Editorial de Sergipe, 1995. p. 9-12.

_____. **Felisbello Freire, o historiador**. *Caderno de Cultura do Estudante*, Aracaju, nº4, 1987:92-93

CONTEXTUALIZAÇÃO

ASSIS, Machado. **Esáu e Jacó**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2016. (Coleção Clássicos para Todos).

BARROSO, Gustavo. **Memórias: Liceu do Ceará**. Rio de Janeiro: Editora Getúlio Costa, 1940

CARVALHO, José Murilo. **A construção da Ordem: A Elite Política Imperial**. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1981. (coleção temas brasileiros; v.4).

_____. **Os Bestializados: O Rio de Janeiro e a República que não foi**. São Paulo. Companhia das Letras, 1987.

_____. **A Formação das Almas: o imaginário da República no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

_____. **D. Pedro II ser ou não ser**; Coord. GASPARI, Elio e SCHWARTZ, Lília M. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

CASTRO, Celso. **A Proclamação da República**. Rio de Janeiro: Editora Jorge Zahar, 2000.

CARONE, Edgard. **A Primeira República**. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1969.

COSTA, Emilia Viotti da. **Da monarquia à república: momentos decisivos**. 7 ed. São Paulo: Editora da UNESP, 1999.

LESSA, Renato. **A invenção Republicana**. São Paulo: Editora Vértice; Rio de Janeiro: Iuperj, 1988.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. **A questão nacional da Primeira República**. São Paulo: Brasiliense, 1990.

ANEXOS

Ora, a Lei n.º 85 de 21 de Setembro de 1892
 que estabeleceu a organização municipal
 do Districto Federal declarou que o
 Districto comprehenderia o territorio do
 antigo Municipio de I. E' sabido que
 esse Municipio, creado em 1834, pelo
 Acto adicional constava de diversas
 freguezias suburbanas, como Lapa, I-
 nhaima, Jacarepaguá, Campo Grande,
 Guaratiba etc de que o Auctor não cuidou
 e que fazem parte do actual Districto
 Federal, segundo os termos expressos da
 Lei organica de 1892.

2.º - O trabalho apresentado não abran-
 ge o periodo decorrido após o anno de
 1889, e no qual a organização do Municipio
 soffeu radical transformação. Releva
 ponderar que mesmo acerca dos annos
 anteriores a 1889, isto é: relativos ao pri-
 meiro e segundo reinados, o auctor tra-
 tou superficialmente de muitos dos
 principais successos quasi não se referin-
 do aos effectos sensiveis da Lei 1.º de Outubro
 de 1828, que alterou a feição das Municipa-
 lidades; por outro lado, commentou acor-

tecimentos políticos extranhos ao fim do trabalho e factos particulares, que nada tinham que ver com a materia.

Sem duvida a obra encerra boa copia de dados uteis para a Historia patria e mes-
mo para a do Rio de Janeiro, testemunhan-
do esforços intelligentemente feitos para
corresponder á Lei Municipal já refe-
rida; e, porém, susceptivel de profun-
das melhoras, acrescentando que o Instituto
não poderá applaudir algumas das
versões, notoriamente farridas, de que o
auctor se soccorreu em certos casos.

Com summa, pensam os abaixo assigna-
dos que o trabalho não está de accôrdo
nem com os intuitos dos legisladores, nem
com os termos da Lei e que quanto ao seu
merito elle o encerra, sem que por isso se
possa consideral-o sufficiente, attentas
as condições da mesma Lei.

O Senhor Prefeito Municipal poderá, entre-
tanto, recompensar, por equidade, essa
tentativa assaz brilhante, o que natural-
mente serviria de estímulo aos illustrado
auctor e aos outros estudiosos que por

ventura se quizessem envolver no cer-
tamen.

Do Instituto Historico e Geographico
Brasileiro não é licito, porém, cancela-
mar, pelos fundamentos acima expostos,
as conclusões do parecer da Commissão
especial.

P. m. f. Rio 27 de junho de 1902.

Henri Raffard

Maestrius

Submarine Telegraph Company e linha oriental de telegrammas de serviço publico de julho a setembro ultimos (aviso n. 619);

De 4:5438430, idem, idem (aviso n. 620);
De 5035711, idem, idem pela construcção de uma linha telephonica em novembro ultimo (aviso n. 621);

De 1425500, a Francisco Faizreira Braga pelo material fornecido em dezembro ultimo para aquelle fim (aviso n. 622);

De 16:8115214, ao consul geral do Brazil em Genova por vistos lançados em documentos de imigrantes, no 2.º, 3.º e 4.º trimestres de 1894 (aviso n. 623).

Providencias:

Afim de que no Thesouro Federal:

Seja restituída aos empreiteiros do prolongamento da estrada de ferro de Porto Alegre a Uruguanayana, Barão de Drummond & Passos, a quantia de 10:8378812, em que importa o certificado para levantamento de caução por haver expirado o prazo de responsabilidade para a conservacção das obras, (aviso n. 609);

Seja passada á viuva do Dr. Silvino José de Almeida, ex-commissario fiscal de emmigração para o Brazil, em Lisboa a competente quitacção da quantia de £ 110—0—0 recebida para os gastos da mesma commissão, (aviso n. 611);

Para que seja enviada a esta secretaria de Estado relação nominal dos engenheiros e demais pessoal da estrada de ferro de Santa Anna do Livramento que receberam ajudas de custo no Thesouro Federal, com discriminação das respectivas importancias (aviso n. 625);

Afim de que a Delegacção do Thesouro Federal em Londres, seja autorizada a realizar o pagamento dos juros devidos á Companhia *Coast Harbour Corporation*, correspondentes ao 2.º semestre do anno passado, (aviso n. 620).

Transmittindo cópia do aviso n. 916, de 17 de abril ultimo, sobre pagamento a Carlos Hartmann da quantia de 885500, (aviso n. 624).

Dia 16

Ao Ministerio da Fazenda, solicitando os seguintes pagamentos:

De 3148900, aos guardas geraes, condutores, estafetas e auxiliar de compras empregadas na conservacção, reparos e melhoramentos do abastecimento da agua para transporte em fevereiro ultimo, (aviso n. 628);

De 1558, a Antonio Gonçalves Marques pelo serviço de condução de malas do Correio, em janeiro ultimo, (aviso n. 629);

De 1488078, a Bernardino da Silva Maia pelo mesmo serviço, em dezembro ultimo, (aviso n. 629);

De C 4.381-11-11, á Companhia Metropolitana por passagens concedidas a imigrantes, em fevereiro ultimo, (aviso n. 631);

De C 748-14-11, idem, idem, (aviso n. 632);

De 575580, a Caetano Antunes Fernandes por fornecimentos feitos á Estrada de Ferro do Rio do Ouro, em novembro ultimo, (aviso n. 633);

De 9858, a Felismino Soares & Comp., por concertos feitos na lancha *Glycerio*, em janeiro ultimo, (aviso n. 634);

De 405500, ao *Jornal do Commercio* por publicacções feitas para a Estrada de Ferro do Rio do Ouro, em dezembro ultimo, (aviso n. 635);

De 608, a Laemmert & Comp. pela assignatura da revista *Engineering* no anno passado para a Inspectoria Geral de Estradas de Ferro, (aviso n. 636);

De 1:9758300, indemnizacção á Imprensa Nacional por trabalhos feitos para a Directoria Geral de Estatística em outubro, novembro e dezembro do anno passado, (aviso n. 637).

Requerimentos despachados

Dia 19 de março de 1896

Adelaide Henriqueta de Souza Noves, solicitando os favores do montepio pelo fallecimento de seu pae Antonio Joaquim Heiber, 2.º official aposentado da secretaria de Estado deste ministerio.—Deferido.

Dr. Manoel Ignacio Gomes Valladão Junior, ex-engenheiro fiscal de 2.ª classe da Inspectoria Geral do Estradas de Ferro, pedindo permissão afim de continuar a contribuir para o montepio dos empregados deste ministerio.

Dr. Arthur Pio Deschamps de Montmorency, pedindo a mesma concessão.—Completo o selo.

Engenheiro Joaquim Francisco Gonçalves Junior, ex-delegado da Inspectoria Geral das Terras e Colonizacção, no estado do Paraná, requerendo a mesma concessão.—Deferido.

Directoria Geral da Industria

Expediente de 18 de março de 1896

Autorizou-se o presidente do estado de Goyaz a providenciar para que continue a ser feito pelos actuaes contractantes o serviço de navegacção do rio Araguaya até o fim do corrente exercicio.

Dia 19

Solicitou-se do Ministerio da Marinha a designação de um dos lentes da Escola Naval para proceder a exame previo na invenção de Miguel Velez para um novo systema de embarcações a que denominou—Barcos Velez.

—Remetteram-se ao inspector das linhas de navegacção subvencionadas, o requerimento da Empresa Viacção do Brazil e demais documentos, relativos ao pagamento das subvencções correspondentes aos mezes de novembro e dezembro ultimos, afim de que informe qual o numero de milhas não navegadas e a importancia que deve ser descontada da respectiva subvencção.

—Solicitou-se do Ministerio da Guerra a designação de um dos membros da commissão tecnica militar consultiva para proceder a exame previo na invenção de Hiram Heveur Marin para aperfeiçamentos em cubões automaticos.

—A Inspectoria Geral de Terras e Colonizacção:

Declarando ficarem approvados os contractos que celebrou para o fornecimento de viveres, carne verde, pão, carvão Cardiff e coque, drogas e medicamentos, utensilios e ferragens, ás hospedarias de imigrantes em Pinheiro e Ilhas das Flores, durante o corrente anno.—Remetteram-se ao Tribunal de Contas copias dos contractos;

Autorizando a fazer acquisição de um animal para o serviço de fiscalizacção da entrega de café da hospedaria de imigrantes em Pinheiro.

—Ao Presidente do Tribunal do Jury, requisitando a dispensa do serviço do mesmo Tribunal, do cidadão Leopoldo Carlos Castrioto, 2.º official da Administracção dos Correios do Districto Federal.

—A Directoria Geral dos Correios, autorizando a elevar á 3095 annuaes, o salario do estafeta de Dionysio á Santa Anna do Alfio.

Requerimentos despachados

Dia 18 de março de 1896

Aleides do Sá Brito, pedindo que, por arrendamento ou venda, lhe sejam concedidos 50 kilometros das terras situadas na região das Missões, medidas da linha limitrophe para léste, vigorando, no caso de venda, o preço e as obrigações consignadas no decreto n. 528, de 28 de junho de 1890.—Dirija-se ao Poder Legislativo, que é o competente para attendere.

Dia 19

Companhia *Minas and Goyaz, limited*, pedindo autorisacção para funcionar na Republica.—Apresente traducção dos respectivos estatutos por traductor publico, fazendo tambem reconhecer a firma do seu requerimento por tabelião publico.

Directoria Geral de Viacção

Por portaria de 19 do corrente, foi nomeado o engenheiro Julio Alves da Cunha para o cargo de ajudante de engenheiro residente da 5.ª divisão da Estrada de Ferro Central do Brazil.

DIRECTORIA GERAL DOS CORREIOS

Movimento de malas na 5.ª secção, 17 de março de 1896

Entradas	
Diarias.....	Malas 59
Paquete inglez <i>Carib Prince</i> , Nova-York.....	14
Paquete francez <i>Aquitaine</i> , Europa....	4
Paquete inglez <i>Liguria</i> , Europa.....	145
Paquete nacional <i>Planeta</i> , Norte.....	44
Paquete nacional <i>Piuma</i> , Victoria e escalas.....	13
<hr/>	
279	
Salidas	
Diarias.....	Malas 87
Paquete francez <i>Cercanica</i> , Havre e escalas.....	6
Paquete francez <i>Ville de Buenos-Aires</i> , Havre e escalas.....	13
Paquete allemão <i>Belgrano</i> , Santos....	1
Paquete inglez <i>Liguria</i> , Pacifico e escalas.....	23
Paquete inglez, <i>Pitcomayo</i> , S. João da Barra.....	1
<hr/>	
131	
Resumos:	
Entradas.....	279
Salidas.....	131
<hr/>	
Somma.....	410

INTENDENCIA MUNICIPAL

Prefeitura do Districto Federal

ACTOS DO PODER EXECUTIVO

Decreto n. 230—de 19 de março de 1896

Que resolve sobre a canalizacção das aguas pluvias nas ruas cujos passeios estoverem acima do nivel do calçamento.

O prefeito do Districto Federal: Faço saber que o Conselho Municipal decretou e eu sanciono a seguinte resolução:

Art. 1.º Nas ruas cujos passeios estiverem acima do nivel do calçamento é obrigatoria a canalizacção das aguas pluvias, por baixo delles a desaguar nas sargetas lateraes da via publica.

Art. 2.º Ao fim do prazo de seis mezes, contados da data da promulgacção desta lei, será applicada aos infractores della a multa de (50:000) cincoenta mil réis, elevada ao dobro, nas reincidencias e na falta de pagamento substituida pela pena de prisão por cinco dias.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrario.

Districto Federal, 19 de março de 1896.—Dr. Francisco Furquim Werneck de Almeida, prefeito municipal.

Decreto n. 231 — de 19 de março de 1896

Que estabelece o premio de 50:000\$ para o autor da historia completa do Districto Federal desde os tempos colonias.

O prefeito do Districto Federal: Faço saber que o Conselho Municipal decretou e eu sanciono a seguinte resolução:

Art. 1.º Fica instituido pela Municipalidade o premio de cincoenta contos de réis (50:000\$) para o historiar que escrever a historia completa do Districto Federal desde os tempos colonias até a presente época.

Art. 2.º Para julgamento do merito, do trabalho historico, será nomeada uma commissão de pessoas competentes a juizo do Poder Executivo.

Art. 3.º E' fixado o prazo de cinco annos para a execução desta lei.

Art. 4.º Revogam-se as disposições em contrario.
 Districto Federal, 19 de março de 1896.—
 Dr. Francisco Parquim Werneck de Almeida,
 prefeito municipal.

Decreto n. 232—de 19 de março de 1896

Que autoriza a construção de um cemiterio municipal na ilha do Governador

O prefeito do Districto Federal :
 Faço saber que o Conselho Municipal decretou e eu sanciono a seguinte resolução:
 Art. 1.º Fica o prefeito autorizado a mandar construir um cemiterio municipal na ilha do Governador, de conformidade com o decreto n. 37, de 5 de maio de 1893.

Paragrapho unico. As despesas que occorrem para a execução do que dispõe este artigo, serão feitas pela verba—Cemiterios—do orçamento de 1896.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrario.

Districto Federal, 19 de março de 1896.—
 Dr. Francisco Parquim Werneck de Almeida,
 prefeito municipal.

**Directoria do Interior e Estatistica
 2ª secção**

Expediente de 19 de março de 1896

Officios recebidos:

Da agencia do 2º districto do Engenho Novo, communicando ter remetido á procuradoria municipal um auto de infracção lavrado contra o cidadão Manoel José da Silveira.—
 A' Directoria de Obras.

Officios expedidos:

A's directorias de hygiene e de fazenda e á agencia do districto de Santa Rita, communicando o indeferimento do requerimento de José Rodrigues dos Santos.

A' directoria de hygiene e á agencia do districto da Lagoa, communicando o indeferimento do requerimento de Manoel Dias Pereira.

A' directoria de hygiene e ao Dr. 1º procurador dos Feltes da Fazenda Municipal, communicando a relevação da multa imposta a Antonio Domingos de Assumpção.

Ao fiscal do 1º districto de inflammaveis, communicando o despacho dado ao requerimento de P. S. Nicolson & Comp.

Ao agente do districto da Gloria, pedindo informações sobre as cocheiras da rua do Pinheiro n. 22.

Requerimentos despachados

Enviados á Directoria de Fazenda :

Inicio de negocio, industria ou profissão :
 Botequins—Barão do Bom Retiro n. 43, Manoel Gouvêa; travessa de Santa Rita n. 27, Vasconcellos & Queiroz; Magalhães Castro n. 1, Rezendo & Rezende.—Deferidos.

Padaria e confeitaria—Estrada de S. Pedro de Alcantara sem numero (Irajá), Casimiro Lopes da Silva.—Deferido.

Carpintarias e marcenarias — Riachuelo n. 237, Manoel Pereira de Castro; Riachuelo n. 314, Avelino Gonçalves & Dias.—Deferidos.

Officina de artefactos de metal—Lavradio n. 24, Frederico Hauzer & Comp.—Deferido.
 Joalheiro—Praça Tiradentes n. 46, Carvalho & Pinto.—Deferido.

Fazendas, roupas feitas etc — Ouvidor n. 58, M. Buarque de Macedo & Comp.—Deferido, de accordo com a informação.

Armarinho e fazendas — Hospicio n. 241, Elias Jacob & Comp.—Deferido.
 Armarinho—Cunha n. 34, Elvira Albertina de Miranda.—Deferido.

Fabrica de colletes — Urugayana n. 2, Mme Nunes Ribeiro & Comp.—Deferido, de accordo com a informação.

Officina de machinas de costuras—Constituição n. 1 E, Augusto Mosse de Castro & Comp.—Deferido.

Barbeiros—Praça Duque de Caxias n. 4, João de Jesus Cardozo; General Camara n. 250, Antonio Lino.—Deferidos.

Lojas de calçado—Ouvidor n. 9, Almeida & Costa; Areal n. 20, Antonio Chiachio.—Deferidos.

Casas de alugar commodos — Lavradio n. 43, Victor L'ual; Andradas n. 50, Manoel da Silva Mourão.—Deferidos, de accordo com a informação.

Escriptorios (dentista) — Frei Caneca n. 105, Alfredo de Oliveira & Comp.; (Revista Brasileira) travessa do Ouvidor n. 31, José Verissimo Dias de Mattos.—Deferidos.

Carvão e lenha—Pedro Americo n. 8, João Medeiros.—Deferido.

Estabulo—D. Marianna n. 68 A, José da Rocha Corrêa Junior.—Deferido, de accordo com a informação.

Horta—Gloria n. 2, Victorino Duarte.—Deferido.

Cadeira de engraxador.—S. Christovão n. 23, João Rodrigues Peixoto.—Deferido.

Mercadores ambulantes :
 Antonio Gallo, Antonio do Couto Ormande, Antonio José de Azara, Antonio Dias, Antonio Rafa, Felix Manoel Bessa, Francisco Gallo, Francisco Pereira Rezende, Manoel Gonçalves Ribeiro e Valentim Francisco de Oliveira.—Deferidos.

Bernardino José Coelho, João da Camara Vieira, Manoel Corrêa Martins e Ormande & Siqueira.—Deferidos, de accordo com as informações.

Veiculos terrestres:
 A. Vieira Pesson, Alexandre Baptista Lage, Rouchet & Comp., F. A. M. Esberard, Jorge Augusto Petex, Joaquim Pires Marcellino de Freitas e Rodrigues & Gomes.—Deferidos.

Requerimentos enviados ás agencias respectivas:
 José Duarte Martins.—Deferido, de accordo com a informação.

Adicionaes—Dez vacas ao estabulo existente á rua Mariz e Barros n. 46, Maria Josephina Tasso de Faria.—Deferido, de accordo com a informação. A' Directoria de Fazenda.

Requerimento archivado:
 Comidas frias, café, charutos e cigarros ao negocio de calçado—Praia n. 12, José Rodrigues dos Santos.—Indeferido.

Enviados á Directoria de Fazenda:
 Continuação de negocio, industria ou profissão:

Escriptorio de commissões—Candelaria n. 5, C. A. Azambuja.—Deferido, de accordo com a informação.

Transferencias de firma:
 Armarinho, perfumarias, etc.—S. Joaquim n. 68, de Zacharias Antonio para Abraham Zar e Miguel Rude.—Deferido.

Estabelecimento de beneficiar café—Imperatriz n. 66, de Torres Soares & Garcia para Torres & Soares.—Deferido.

Carroças—N. 1.321, de Jess Pacheco Drummond para Manoel Medeiros da Silva; n. 1090, de Manoel Lauro para José Rodrigues; n. 1.047, de Ricardo Rodrigues Gonçalves para Francisco Jose Vieira.—Deferidos, de accordo com a informação.

Estabulo e carroça n. 216—Visconde de Caravellas n. 8, de João Armond para José Domingues Brazil.—Deferido, de accordo com a informação.

Tilbury n. 80, de Joaquim Moreira Machado para Secundino de Castro & Comp.—Deferido, de accordo com a informação.

Transferencia de local:

Casa de pasto—Da rua do Cateite n. 102 para a mesma rua n. 233, José Balbino Rodrigues.—Deferido, de accordo com a informação.

Barbeiro—Da rua Imperial n. 44 C para a mesma rua n. 43, Bernardino de Figueiredo Monteiro.—Deferido.

Chapelaria—Da rua de S. José n. 75 para a do General Camara n. 90, Bart & Comp.—Deferido, de accordo com a informação.

Lojas de calçado — Da rua da Alfandega n. 358 para a do Machado Coelho n. 134, Vicente Canton.—Deferido.

Da rua do General Camara n. 297 para a mesma rua n. 283, Francisco Teixeira da Cunha.—Deferido, de accordo com a informação.

Cadeira, de engraxador—Da rua dos Ourives n. 89 para a do Sacramento n. 2, Caputo Francisco.—Deferido, de accordo com a informação.

Requerimento archivado:

Estabulo — Da rua D. Marciana n. 68 A para a de Fernandes Guimarães n. 11, Manoel Dias Pereira.—Indeferido.

Enviados á Directoria de Fazenda:

Lettreiros — Santa Luzia n. 47, Joaquim José de Souza; Santo Antonio n. 24, Companhia Centro Pastoral do Brazil.—Deferidos.

Toldo—Largo do Rosario n. 9 D, Silvana Alves de Figueiredo.—Deferido.

Baixas de imposto:

Bilhetes de loteria—Conceição n. 68 A, José Joaquim Rodrigues Carneiro; kiosque n. 35, João Pinto Ferraz.—Deferidos.

Senador Euzébio n. 62, Soares Freitas & Comp.; Lavradio n. 39, Antonio Ferreira de Carvalho.—Deferidos, de accordo com a informação.

Carroças—Ns. 661 a 663, José Faria Loureiro Coimbra.—Deferido, de accordo com a informação.

Relvação de multa:

Antonio Domingos de Assumpção.—Deferido.

Desembarque de inflammaveis e explosivos na estação Maritima:

P. S. Nicolson & Comp.—Deferido, de accordo com a informação.

Despachos interlocutorios:

Onze requerimentos á Directoria do Hygieno.

Um dito á Directoria de Obras.

Um dito á Directoria de Fazenda.

Directoria da Instrucção

1ª secção

Expediente de 16 de março de 1896

Officio ao Sr. inspector escolar do 8º districto, para que devolva, informada, uma representação de diversos moradores do logar—Piares—freguezia de Inhama, que pedem, para alli, o estabelecimento de uma escola.

— Ao Sr. Dr. inspector escolar do 3º districto, autorizando a mudança da 4ª escola masculina para o predio n. 57 da rua Silva Manoel.

Dia 17

Ao Sr. Dr. inspector escolar do 10º districto, communicando que concedeu-se permissoes para funcionar no palacete do Matatouro, no curato de Santa Cruz, a escola subsidiada da professora Maria José Tinoco da Silva.

— Ao Sr. Dr. prefeito, apresentando, informado, o requerimento em que a professora Luiza Alves da Cruz Motta pede dous mezes de licença para tratar de negocios do seu interesse.

— Portaria á professora adjunta Julia Ferreira de Freitas para reger interinamente a 6ª escola feminina do 3º districto, durante o impedimento da cathedraica, Luiza Alves da Cruz Motta.

— Ao Sr. Dr. inspector escolar do 9º districto, para que devolva, informado, o requerimento em que Americo do Amaral Savaget pede subsidio para uma escola na estação de Sapopemba, freguezia de Irajá.

BAIANCETE DA RECEITA E DESPEZA DA PREFEITURA DO DISTRICTO FEDERAL NO MEZ DE FEVEREIRO DE 1896

Receita

§ 1. Renda do patrimonio.	16:021\$070
§ 2. Dita da directoria de obras.....	30:604\$883
§ 3. Dita do matadouro..	49:759\$200
§ 5. Imposto sobre subdi- dios e vencimentos.	14:462\$425
§ 6. Dito de sello.....	20:549\$000
§ 12. Taxa sobre aver- ção de immoveis....	1:040\$006
§ 13. Imposto do gado....	54:530\$500
§ 14. Dito de licenças alva- rãs.....	400:285\$900